Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fundado em 1º de novembro de 1894

(Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 59.151, de 26 de agosto de 1966 e pela Lei Estadual 508, de 17 de novembro de 1949)

Sede própria: Rua Benjamin Constant, 158

Fone: 232-8064 - Fax: 232-3582

CEP: 01005-000 - São Paulo

VOLUME XC

SÃO PAULO
1995

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Existe receita ideal para uma Revista que reflita, pelo menos razoavelmente, o que se diz, debate, suscita, escreve, em quarenta sessões anuais? Bem que a Comissão da Revista procurou por essa eventual regra de bem editar, quase submersa que esteve pelo caudal de trabalhos oferecidos à publicação.

A escolha reflete a variedade de assuntos, desde os indispensáveis relatório e balancete alusivos ao exercício de 1993, as sempre interessantes atas das sessões, manancial para o pesquisador, a reverente homenagem aos companheiros falecidos, à variedade dos assuntos. A revelação de quem foi o "Padre Z", tão decisivo na vida de Paulo Setúbal e personagem misteriosa do livro "Confiteor"; de como a guerra civil federalista e a revolta na armada influenciaram a vida paulista; o triste sucedido com as crianças que vivenciaram o drama de Canudos; a homenagem ao professor Tito Lívio Ferreira no seu centenário; a proposta de discussão apresentada pelo jovem médico e pesquisador Marcelo José de Carvalho, a respeito do povoamento dos Campos de Piratininga, matéria inserida mesmo para oferecê-la à discussão, pois, também é missão do Instituto expor assuntos tidos por definidos à luz de angulações ousadas e novas, ainda que sem esposá-las. E vários artigos assinados por renomados historiadores e geógrafos. Temos História, temos Geografia, temos São Paulo, Brasil, Universo. Podemos esperar, proporcione boa leitura.

HERNÂNI DONATO,
Presidente

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

EXERCÍCIO DE 1993

INTRODUÇÃO - cumprindo determinação estatutária - Art. 16, inciso e, combinado com o Art. 30 - A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, prazerosamente, apresenta aos senhores sócios do sodalício e aos interessados, o RELATÓRIO das atividades correspondentes ao Exercício de 1993.

Registre-se inicialmente, que a sociedade brasileira conviveu, durante o ano de 1993, com a persistência de altas taxas inflacionárias, cujos reflexos se fizeram sentir na vida econômica, social, política e cultural do País. Constantes altas de preços, desvalorização da moeda, salários defasados, retração industrial e comercial, desemprego, são algumas resultantes, fatores que atingem as atividades das pessoas físicas e jurídicas, e, entre estas, mais aquelas que se dedicam à Cultura e não possuem fins lucrativos e rendas próprias.

Acrescente-se à esse quadro geral, a insegurança das ruas com o aumento da violência e a indignação dos cidadãos de bem ante a onda de corrupção que atingiu uma parcela dos responsáveis pela legislação e administração do País, deixando-os atônitos e entristecidos. Felizmente, passamos o ano sem perturbações políticas que colocassem em risco a estabilidade das instituições democráticas. Apesar do descrédito provocado pelas mazelas que afligem a nação, a sociedade continuou mantendo a esperança no saneamento moral e em dias melhores para o País.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, instituição prestes a comemorar o seu Centenário de fundação, procurou resistir às circunstâncias adversas do momento, em sua tarefa de contribuir para o aperfeiçoamento cívico, moral e cultural de nossa gente, realizando conferências, palestras, cursos, sessões culturais, mesas redondas de comunicações e debates, publicações de livros e artigos de seus sócios, expedição de boletim mensal, Revista do ano, intercâmbio com entidades culturais e científicas de São Paulo, do Brasil e do Exterior.

Registre-se a posse, em 25 de janeiro, de sua nova Diretoria para o

triênio 1993/96, cujo programa de ação estabelece a continuidade e a dinamização das atividades do sodalício. Suas instalações permaneceram abertas aos associados, pesquisadores e estudantes, interessados em usufruir de sua biblioteca, hemeroteca, arquivo e museu. Às vésperas das comemorações do Centenário de sua fundação, certamente o Instituto se fará ainda mais conhecido como instituição que sempre honrou as suas tradições cívicas, culturais e científicas.

SESSÕES

Foram realizadas vinte e três (23) sessões plenárias, assim distribuídas: uma sessão-Relatório, em 13 de janeiro, uma sessão magna em 25 de janeiro de posse da Diretoria para o triênio 1993/96 e de homenagem aos 439 anos da fundação da cidade de São Paulo e aos 99 anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vinte (20) sessões culturais e administrativas, nas primeiras e terceiras quartas-feiras dos meses de fevereiro a outubro, uma sessão magna de homenagem aos sócios falecidos no decorrer do ano, em 20 de outubro.

REUNIÕES

Foram realizadas dezesseis (16) reuniões do Centro de Estudos Históricos - CEHIS e dezessete reuniões da Diretoria, número este sem precedentes na história do sodalício.

SESSÕES CULTURAIS

As sessões culturais foram realizadas nos meses de fevereiro a outubro, com a participação de sócios e interessados, obedecendo à seguinte ordem:

3 de fevereiro - "O Centenário de Paulo Setúbal", por Henrique L. Alves.
3 de março - "São João de Brito, tricentenário do martírio", por Frederico Perry Vidal.
24 de março - "Parlamentarismo e Presidencialismo", "Monarquia e República"- sessão especial.
5 de maio - "Mário de Andrade, musicólogo", por José da Veiga Oliveira.
26 de maio - "Sesquicentenário de nascimento do Almirante Arthur Silveira da Motta, Barão de Jaceguai", por Délio Freire dos Santos.
2 de junho - "Anchieta, doutor dos índios", por André Kisil.
7 de julho - "Sesquicentenário do Visconde de Taunay", por Odilon Nogueira de Matos.
4 de agosto - "A vida atormentada de Tchaikovski", por José da Veiga Oliveira.

SESSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

No dia 24 de março, o Instituto promoveu uma sessão especial de

estudos, conforme reza o art. 22 do Regimento Interno, tendo em vista a proximidade do plebiscito sobre sistemas e formas de governo. Foram convidados três relatores, especialistas em ciência Política e Direito Constitucional, que apresentaram seus temas, seguidos de debates. Pela ordem:

"Parlamentarismo Monárquico", por Ives Gandra da Silva Martins
"Parlamentarismo Republicano", por Celso Ribeiro Bastos
"Presidencialismo", por Eduardo Muylaert Antunes.

Sessões Administrativas

As sessões administrativas constaram de leituras de Atas, leituras de Efemérides, apresentação do Expediente da Secretaria, dos Balancetes financeiros da Tesouraria, de assuntos administrativos e de moções pelos senhores sócios.

Homenagem aos Sócios Falecidos

Em 20 de outubro foi realizada a sessão magna de homenagem aos sócios falecidos no decorrer do Exercício. O 1° orador Israel Dias Novaes discorreu sobre a personalidade, vida e obra de cada um dos seguintes saudosos sócios: sócio titular - José Augusto Vaz Valente; sócios eméritos: Álvaro do Amaral e Honório de Sylos; sócios honorários: Álvaro Pinto de Aguiar, Américo Jacobina Lacombe, Antônio dos Santos Oliveira Jr., Antônio Rangel de Torres Bandeira, Carlos Torres, David Antônio da Silva Carneiro, Dulcídio Tavares de Lacerda, Emílio Amadei Beringhs, Epifânio da Fonseca Dória de Menezes, José Botelho de Athayde, Nicanor Teixeira de Miranda, Waldomiro Benedito de Abreu; sócios correspondentes nacionais: Austregésilo de Athayde (Rio de Janeiro), Fausto Pires de Oliveira (São Simão, SP), Fernando Monteiro (Rio de Janeiro), Francisco Klors Werneck (Rio de Janeiro); sócio correspondente estrangeiro, Alberto Iria (Lisboa, Portugal).

Sócios Eméritos

Conforme determina o Art. 4°, alínea b dos Estatutos, os sócios titulares com vinte ou mais anos de ingresso no Instituto, passarão para a categoria de sócios Eméritos, foi aprovada e registrada em Ata da Diretoria - reunião de 24 de novembro, os seguintes sócios Eméritos (pela ordem alfabética): Alberto Lemos, Ana Maria de Almeida Camargo, Antônio Delorenzo Neto, Antônio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Byron Gaspar, Délio Freire dos Santos, Demócrito de Castro e Silva, Durval Sarmento da Rosa Borges, Eduardo Vilhena de Morais, Hélio Falchi, Homero Silveira, Jesuino Felicíssimo Júnior, Lauro Ribeiro Escobar, Leda Maria Pereira Rodrigues, Luís Wanderley Torres, Maria

Amália Corrêa Giffoni, Miguel Ângelo de Barros Pereira, Nilva Rogick de Mello, Paulo Pereira dos Reis, Roberto Machado Carvalho, Rosemarie Erika Horch, Rubens José Rodrigues dos Santos, Rudolf Robert Hinner e Tácito Remi de Macedo van Langendonck.

Curso de Genealogia e Heráldica

Em co-promoção com o Instituto Genealógico Brasileiro, o sodalício realizou, em seu auditório, nos meses de agosto e setembro, um curso de Genealogia e Heráldica. O curso obedeceu à seguinte ordem:

4 de agosto - "Os cristãos novos no Brasil", por José Gonçalves Salvador.
11 de agosto - "Cronogeneografia e sistema binário", por Alejandro Caballero de Figueroa.
18 de agosto - "Situação da heráldica no Brasil", por Celso Maria de Melo Pupo.
25 de agosto - "A História da Família e a preservação dos documentos", por Demar Stanicia e Álvaro Santin.
1º de setembro - "A família de Washington Luís", por Célio Debes.
8 de setembro - "Sobrados e barões da velha São Paulo", por Mario Jorge Pires.
15 de setembro - "Particularidades da heráldica cívica paulista", por Lauro Ribeiro Escobar.

Ciclo de Palestras

Nos meses de outubro e novembro, o Instituto fez realizar um ciclo de palestras intitulado "Centenário do IHGSP":

20 de outubro - "São Paulo no ano de 1894", por Hernâni Donato
- "A fundação do IHGSP - os idealizadores e a sessão inaugural. Cesário Motta Jr., o primeiro presidente. As antigas e a atual sede", por Roberto Machado Carvalho.

27 de outubro - "Prudente de Moraes - primeiro presidente honorário", por Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci.
- "Os fundadores do Instituto", por Duílio Crispim Farina.

3 de novembro - "Afonso Taunay e o IHGSP", por Odilon Nogueira de Matos.
- "As condecorações do IHGSP", por Lauro Ribeiro Escobar.

10 de novembro - "O Arquivo Histórico e o Museu "José Bonifácio", por Reginaldo Moreira de Miranda.
- "A Biblioteca e a Hemeroteca do Instituto e a pesquisa histórica e geográfica; a Revista e seus notáveis colaboradores", por Célio Debes.
- "A Paleografia no IHGSP", por Ricardo Román Blanco.

17 de novembro - "Os literatos no IHGSP", por Antônio Roberto de Paula Leite.
- "Artistas plásticos no IHGSP", por Délio Freire dos Santos.

- "A expressão musical de São Paulo em fins do século XIX", por José da Veiga Oliveira.

Nota: no último dia do Ciclo, foram entregues como prêmios aos participantes com melhores freqüências, Coleções do Almanaque Literário de São Paulo, publicado por José Maria Lisboa, oito volumes.

REVISTA

O Instituto iniciou uma nova etapa de publicação de sua Revista, graças a um acordo efetuado com a Imprensa Oficial do Estado - IMESP, situada na Rua da Moóca, nº 1.921, nesta capital, que ficará encarregada da composição, fotolitagem e impressão. O volume LXXXVII (87), com 113 (cento e treze) páginas, correspondente ao ano de 1992 e publicado no início do mês de dezembro de 93 inaugurou essa nova etapa, que abrange a melhoria de seu aspecto gráfico, colocado em bases modernas, um menor número de páginas, o que facilitará o manuseio e permitirá a edição de mais volumes anualmente. O volume LXXXVIII (88) que contará com a matéria especial sobre o "Centenário do Instituto" está em fase de composição e trará algo inusitado em seu fundo de capa, isto é, a reprodução de sua porta principal, uma relíquia histórica que pertenceu ao antigo Palácio do Governo, situado no Pátio do Colégio.

QUADRO DE SÓCIOS

Desde o início da gestão da atual Diretoria presidida pelo acadêmico Hernâni Donato foram reabertas as inscrições para sócios do Instituto, em todas as categorias. O sr. presidente designou os seguintes sócios para a Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios: Genésio Cândido Pereira Filho, Divaldo Gaspar de Freitas e Isaac Grinberg.

O sodalício encerrou o ano com o seguinte quadro de sócios - total de 325 (trezentos e vinte e cinco), assim distribuídos: 41 (quarenta e um) titulares, 84 (oitenta e quatro) honorários, 95 (noventa e cinco) eméritos, 2 (dois) beneméritos, 5 (cinco) benfeitores, 67 (sessenta e sete) correspondentes nacionais e 31 (trinta e um) correspondentes estrangeiros.

SECRETARIA e TESOURARIA

Todos os Livros da Secretaria - de Atas, Presenças, Termos de visitas, registros de Condecorações - e da Tesouraria estão em ordem e em dia. A Tesouraria apresentou os Movimentos Financeiros mensais, todos aprovados em reuniões da Diretoria, e serão publicados na Revista do ano. Verifica-se que o Instituto cumpriu integralmente com seus balanços financeiros, registrando a

receita proveniente de aluguéis e condomínios, com reajustes conforme a legislação em vigor e rendimentos de aplicações, e as despesas com a folha de pagamento do pessoal, reajustada conforme a legislação trabalhista e outros como pintura, reformas e consertos do edifício-sede e a publicação da Revista. Procedeu-se à renovação dos documentos requeridos pelo Conselho Nacional de Serviço Social e por outras entidades oficiais.

BANDEIRAS

Uma oportuna medida de efeito cívico foi tomada pela Diretoria - o hasteamento permanente nos mastros situados na fachada do sétimo andar das bandeiras Brasileira e Paulista.

Informe HISTÓRIA

Sob a responsabilidade do jornalista e 2º Vice-presidente J. Pereira foram editados seis (6) números do jornal mensal do Instituto, Informe HISTÓRIA, com artigos, notícias sobre as atividades do sodalício e assuntos relacionados com a história, geografia e ciências correlatas de São Paulo, do Brasil e do mundo.

LIVROS

O Instituto, considerando que lhe compete estimular a distribuição de livros, abriu suas instalações - o salão nobre e a sala do sétimo andar - para os autores-sócios que desejarem fazer o lançamento de suas obras. Registre-se em 1993, o lançamento das seguintes obras:

"Cronologia Histórica de Jundiaí", de Geraldo Barbosa Tomanik.
"Antecedentes Históricos do ABC Paulista", de Wanderley dos Santos.
"Apontamentos sobre a crítica literária em São Paulo (1880-1910) de Antônio Roberto de Paula Leite.

CUIDADOS com o PATRIMÔNIO

Durante o exercício, o edifício-sede mereceu especiais cuidados da administração. Foram executados diversos reparos em suas instalações visando dar-lhe uma melhor aparência estética e condições que assegurem o respeito às determinações de segurança. Assim, o edifício-sede está preparado para abrigar condignamente os festejos do Centenário. Nesses trabalhos, foram gastos novecentos e nove mil, novecentos e cinco reais e oitenta e três centavos. Os trabalhos envolveram serviços de pintura, de rede elétrica, de consertos do forro, de vidraçaria, de manutenção de elevadores e extintores, de encanamento e calhas e outros menores. Registre-se ainda a realização do curso de "brigada

de incêndio" ministrado aos funcionários por uma equipe do Corpo de Bombeiros.

INFORMATIZAÇÃO

A Diretoria ampliou a informatização dos serviços burocráticos e da biblioteca, proporcionando aos funcionários responsáveis pelos setores, cursos adequados e complementação do equipamento.

Para facilitar a comunicação externa do Instituto foi montado na Secretaria (7° andar) um FAX, cujo número é o mesmo do telefone - 232-3582.

INTERCÂMBIOS

A Diretoria durante o ano findo tratou de ampliar o relacionamento externo do Instituto, obtendo bons resultados. Citemos alguns exemplos: um acordo com a Associação dos Professores Universitários de História - ANPUH, para a realização de um Seminário em meados do ano de 1994 versando como tema central, "o Instituto e a história de São Paulo"; com a Fundación MAPFRE América, de Madrid, que proporcionou o acesso do Instituto aos seus arquivos e bibliotecas, nas cidades de Madrid e Toledo, Espanha, resultando na doação à nossa biblioteca, de duzentos e vinte (220) valiosos volumes; o Instituto sediou diversas reuniões de presidentes e representantes de entidades, tendo em vista a elaboração do Programa comemorativo do 4° Centenário do retorno a São Paulo da Bandeira de Domingos Luís Grou e Antônio Macedo; o Instituto deu irrestrito apoio à congênere da cidade de Sorocaba, na solicitação encaminhada ao MMDC de São Paulo para que o herói-vítima Orlando de Oliveira Alvarenga receba homenagens especiais pelo seu sacrifício em maio de 1932; o Instituto participou do movimento cívico cultural no sentido de incluir no currículo das escolas da rede municipal de ensino, a cadeira de História de São Paulo; solicitou empenho do governo do Estado no sentido de ser brevemente editada a obra do consócio Célio Debes versando sobre "Washington Luís"; deu efetivo apoio ao movimento que visa instalar no Palácio de Schönbrunn, em Viena, Áustria, de uma sala reservada ao culto da memória da Imperatriz Leopoldina; solicitou ao sr. Presidente da República e aos ministros da Justiça e da Cultura, o aumento de verba federal destinada às atividades culturais; requereu ao sr. Governador do Estado e ao sr. Prefeito municipal providências para que a data de 9 de julho volte a ser feriados estadual e municipal; pleiteou junto à diretoria do Hospital Santa Catarina seja dado ao seu auditório o nome da exímia pianista Antonieta Rudge; a entidade insistiu junto à autoridade competente sobre a reativação dos trabalhos da Comissão de "identificação dos jazigos" e indicou para representá-lo, o consócio Délio Freire dos Santos; solicitada a opinar sobre a sede da instalação da primeira

Câmara Municipal do Brasil, o sodalício optou pela antiga vila de São Vicente; por último, o Instituto aplaudiu a administração da Fazenda Ipanema, região de Sorocaba, pelos trabalhos de recuperação daquele local histórico de São Paulo.

CENTENÁRIO

Durante o ano de 1993 foram tomadas diversas providências de preparo para o maior realce das comemorações do Centenário do Instituto, programadas para o ano de 1994. Ficou acertada a criação do Colar do Centenário, tendo emprestado valiosa colaboração à confecção o sócio-heraldista Lauro Ribeiro Escobar; a emissão pela Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, de um selo postal comemorativo; a programação pelo Jóquei Clube de São Paulo de um páreo especial em homenagem ao Instituto; a realização de diversos Cursos em co-promoções com outras entidades; a realização de um Seminário com a Associação Nacional dos Universitários de História, ANPUH; a seleção e premiação das melhores obras de história e geografia publicadas no ano pelas editoras paulistas, contando com a colaboração da Câmara Brasileira do Livro.

BIBLIOTECA "AFONSO d'ESCRAGNOLLE TAUNAY"

1° bibliotecário - Célio Salomão Debes
2° bibliotecário -Adérito Augusto de Moraes Calado
Funcionária - Sabia Hussein Mustafa

A Biblioteca "Afonso d'Escragnolle Taunay", uma das principais dependências do Instituto, esteve aberta ao público em geral, de segunda a sexta-feira, das 13 às 18 horas. Verifica-se de ano a ano um crescimento do número de consulentes, pesquisadores, estudiosos e estudantes. Em 93, de janeiro a novembro, freqüentaram a Biblioteca, 270 (duzentos e setenta) consulentes, os quais solicitaram 1.066 (um mil e sessenta e seis) obras.

O acervo da Biblioteca foi enriquecido com novas doações. Naquele período, ela recebeu 142 (cento e quarenta e duas) doações de livros, ofertas de autores, sócios e amigos do sodalício.

Os senhores sócios responsáveis pela Biblioteca apresentaram em reuniões da Diretoria, sugestões de benefícios para aquele setor: dotação de recursos para a aquisição de livros de história, geografia e ciências correlatas, editados, em grande número nos últimos anos, bem como para a conservação de obras, mormente quanto a encadernações; visitas às editoras de São Paulo, no sentido de solicitar as ofertas de suas edições anuais ou, ao menos, a concessão de descontos especiais, no caso de aquisições; a ampliação do espaço físico para melhor acomodação do acervo; a admissão de um funcionário ou estagiário

para dinamizar os serviços.

Registre-se ainda que no período citado foram informatizados 854 (oitocentos e cinqüenta e quatro) obras, dentro de critérios técnicos e no ritmo da capacidade que seu pessoal pode desenvolver. Também foi feito um completo levantamento da quantidade de exemplares de cada volume da Revista. Saliente-se o encontro de 12 (doze) exemplares do fascículo 1 (um) de 1895 e 70 (setenta) exemplares do fascículo 2 (dois) de 1896, ambos compondo o 1° volume. Neste caso, a Diretoria providenciará a encadernação dos mesmos, de modo a preservá-los.

HEMEROTECA "JÚLIO MESQUITA"

Hemerotecário - Délio Freire dos Santos
Funcionário - Bras Ciro Gallotta

No período de janeiro a novembro, 158 (cento e cinqüenta e oito) pessoas fizeram consultas num total de 495 (quatrocentos e noventa e cinco) títulos de periódicos da Hemeroteca, além de 173 (cento e setenta e três) volumes da Revista do Instituto. Destaque, considerando o montante de consultas, para as seguintes pesquisas: "Biografia de Martins Fontes", por Rui Calisto, "Imprensa Espiritualista em São Paulo, 1871 a 1951", por Eduardo C. Monteiro, "A Guerra do Paraguai" (bibliografia) por Sinésio de Siqueira Filho, "História da Papelaria em São Paulo, século XIX", por Adriana Mafredini. No decorrer do ano foram recebidos os seguintes totais de periódicos: 229 (duzentos e vinte e nove) Revistas e 115 (cento e quinze) Jornais, sendo doados 343 (trezentos e quarenta e três) e adquiridos 4 (quatro). Entre os doadores cumpre mencionar: Arquivo do Estado de São Paulo, Universidade de São Paulo e os senhores: Bras Ciro Gallotta, Hélio Damante, Geraldo Magella de Freitas, Duílio Crispim Farina, Roberto Machado Carvalho, Amedeu Bobio, Ignês Pitta de Almeida, Hernâni Donato, Odilon Nogueira de Matos, Orlando de Carvalho, Cássio da Costa Carvalho, José Sebastião Witter, J. Pereira, Rudolf Robert Hinner e Pedro Celestino Bourroul.

MUSEU "JOSÉ BONIFÁCIO", ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

Diretor - Reginaldo Moreira de Miranda

Localizado no quarto andar do edifício-sede, o Museu, Arquivo e Documentação apresentam boas condições de segurança e acervos preparados para receber pesquisadores e visitantes.

Entre as visitas, destaca-se a efetuada em 26 de maio, pelo Vice-Almirante

Luiz Santos Doring, presidente da Comissão Naval de São Paulo, acompanhado por oficiais superiores servindo naquela Comissão. Ressalte-se ainda que as consultas efetuadas no Arquivo pelos professores de História da Arte, Maria Alice Milliet e Dalton Sala e pela professora dra. Maria Helena P. Toledo Machado. Registre-se ainda a valiosa colaboração do pesquisador Jaime Mesquita Caldas, da cidade de Santos, que em dois dias de trabalho ajudou a melhorar as condições de conservação e consulta do arquivo de Benedito Calixto.

Centro de Estudos Históricos - CEHIS

O Centro de Estudos Históricos - CEHIS, realizou suas reuniões das segundas e quartas quartas-feiras dos meses de fevereiro a novembro, na sala maior do sétimo andar, prestigiado por bom número de sócios e convidados que apresentaram e debateram comunicações sobre os mais diferentes temas relacionados com as ciências humanas.

Conclusão

O ano de 1993 foi o primeiro da atual Diretoria que se propôs a realizar um amplo Programa de atividades do sodalício. De um modo geral o balanço foi positivo como constata o presente Relatório. Nos próximos dois anos, a Diretoria pretende completar, com as mesmas e outras atividades, a execução de seu plano de trabalho.

Agradecendo a colaboração dos senhores sócios e amigos do Instituto nas atividades do ano findo, o Instituto está certo de continuar recebendo o apoio e a participação de todos.

Os diretores e consócios estão perfeitamente cientes da importância do ano de 1994 na história do Instituto, marcando o seu Centenário de fundação. Nessa oportunidade, o sodalício irá promover uma série de comemorações, à altura de suas tradições cívicas, culturais e científicas.

São Paulo, 19 de janeiro de 1994

Roberto Machado Carvalho
1º Secretário

Hernâni Donato
Presidente

ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE, ENTRE A HISTÓRIA E O ROMANCE

Antônio Celso Ferreira (*)

"Sonhos, chimeras, ficções innumeráveis, tudo é vão e praticamente incomprehensível, e todavia é com isso que o mundo caminha".
Theodoro Sampaio, 1899

Este artigo salienta alguns traços distintivos da produção historiográfica do *IHGSP*, de 1895 ao final da década de 1930. Com base em proposições da crítica historiográfica e literária, será dada ênfase às temáticas predominantes, aos gêneros discursivos e às formas narrativas observadas nos trabalhos da época, buscando-se compreender os seus significados socioculturais [1].

Antes de tratar diretamente do assunto, convém apresentar, de modo resumido, um perfil do Instituto na fase em que alcançou maior prestígio, correspondente aos anos da *"República Velha"*.

Coube a ele lançar os modelos de representação da história regional, que muito contribuíram para conferir identidade às elites econômicas, políticas e culturais do Estado. Não resta dúvida de que essa elaboração discursiva pode ser interpretada como uma das mais importantes manifestações simbólicas do *regionalismo paulista* [2].

Já em 1894, a agremiação mostrou-se estreitamente ligada às camadas sociais proeminentes de São Paulo. Dos 107 sócios fundadores (conforme relação de 1900), grande parte era originária de famílias ilustres, beneficiadas pela cafeicultura e por outras atividades empresariais, como por exemplo os Toledo Piza e Almeida, Costa Carvalho, Cerqueira Cezar, Prado, Mesquita, Penteado, Andrada, Siqueira Campos.

Nos primeiros decênios de atividade acadêmica, sobressaíram nomes

---

(*) Professor Assistente Doutor da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, câmpus de Assis.

1. Exposição realizada em 16/06/1994 na mesa-redonda "*O IHGSP através de sua revista*": Seminário **IHGSP: 100 ANOS**, promovido em conjunto com a Associação Nacional de História (ANPUH), Núcleo Regional de São Paulo. Agradeço às sugestões dos professores Célio Debes, John M. Monteiro e Vavy Pacheco Borges.
2. Sobre o assunto, em seus aspectos gerais, consultar LOVE, J. L., 1982.

de propagandistas do Partido Republicano Paulista, de deputados, secretários ou presidentes de Estado (Antônio de Toledo Piza, Eugênio Egas, José Hypólito da Silva, Rangel Pestana, Carlos de Campos, Altino Arantes, Bernardino de Campos) e até mesmo presidentes da República (Prudente de Morais, Rodrigues Alves, Campos Sales, Washington Luís). Ao lado deles - e como um sintoma adicional de conservadorismo ou das relações íntimas com as instituições mais influentes, destaca-se também a presença de membros da hierarquia católica.

Contando ainda com a participação de uns poucos intelectuais estrangeiros aqui radicados (Henry White, Hermann von Ihering, Orville A. Derby) ou de sócios correspondentes dos demais Estados brasileiros, o grupo era formado basicamente por paulistas.

Outra característica reveladora daquele ambiente intelectual diz respeito à composição inteiramente masculina da entidade, de acordo com os costumes e as mentalidades vigentes. Somente na passagem do século seriam admitidas algumas mulheres, provenientes, é claro, de famílias de estirpe, entre elas, a viscondessa de Cavalcanti e Veridiana Prado.

No conjunto dos associados, predominaram expoentes notórios das profissões liberais, na maioria, *bacharéis* em Direito (diplomados pela Faculdade do Largo de São Francisco), além de médicos, engenheiros politécnicos, jornalistas ou formados em Letras e Humanidades. Afora algumas figuras ligadas ao monarquismo, quase todos eram partidários do republicanismo liberal, àquela altura uma doutrina hegemônica e de viés conservador.

Nas décadas de 1920 e 1930, nota-se uma pequena mudança nos quadros do Instituto, com a inclusão de intelectuais (*"primos pobres das oligarquias"* [3]) identificados com uma base social menos restrita, alguns deles vindos do Modernismo ou que haviam passado pelas fileiras do Partido Democrático [4]. De toda maneira, eram como os demais, homens letrados numa sociedade majoritariamente analfabeta, por isso mesmo distintos e auto-incumbidos de papel civilizatório.

Tal aspecto seletivo remonta à experiência organizativa e à reflexão filosófica das academias *ilustradas* do século XVIII europeu, criadoras de padrões que também foram seguidos pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, fundado em 1838 [5]. De modo semelhante a este, o *IGHSP* teria como objetivo básico a definição da nacionalidade, concebida segundo os moldes de uma expansão da civilização branca nos trópicos. Todavia, buscaria fazê-lo deslocando o eixo do seu núcleo promotor do Rio de Janeiro para São Paulo ou da sociedade da corte para as elites agrárias regionais. O mencionado ingresso de sócios modernistas e democratas, defensores de um nacionalismo mais arejado (a referência, é óbvio, não vale para os chamados *nacionalistas de direita* do

3. Cf. expressão de MICELI, S., 1979.
4. Entre os novos sócios, constam, por exemplo, os nomes de Mário de Andrade (tesoureiro do IHGSP em 1937), Renê Thiollier e Sérgio Milliet.
5. Cf. GUIMARÃES, Manoel L. S., 1988.

primeiro movimento que, igualmente, integraram o Instituto), ao que tudo indica, não produziu efeitos consideráveis em tal tendência.

A essa herança do *iluminismo* devem ser somados, ainda, ecos *evolucionistas* e *cientificistas* do século XIX. No entanto, eles foram filtrados de modo a manter o grupo unido em torno do ideal comum de erguer a tradição paulista, sem desarmonizá-lo em função de filosofias extremadas. Nesse sentido, foi diminuto o espaço reservado às posturas radicais, como o *positivismo anticlerical*. A presença de um Luís Pereira Barreto, conhecido médico e filósofo positivista - ou de mais alguns *materialistas* -, aparece isolada nas fileiras da agremiação, nas quais prevalecia o compromisso entre os poderes laico e religioso ou entre o cientificismo e o espiritualismo.

* * *

Definido, em linhas gerais, o perfil da associação, resta tratar das temáticas, dos gêneros de discurso e das formas narrativas perceptíveis nos escritos dos seus historiadores. Preliminarmente, essa produção será designada de *historiografia artesanal*, com isto entendendo-se: 1. atividades não-profissionalizadas, que se realizavam no tempo ocioso das ocupações liberais; 2. gêneros, procedimentos e estilos ecléticos, resultantes do *bacharelismo* e do autodidatismo, diversos dos métodos historiográficos adotados ulteriormente na universidade brasileira [6].

Os artigos publicados na revista do *IHGSP* orientam-se prioritariamente, como não poderia deixar de ser, para o estudo da história paulista e do desenvolvimento regional [7].

A matéria de abertura do primeiro número (1895), assinada pelo geólogo Orville A. Derby, trata da denominação da Serra da Mantiqueira. Longe de significar mero exercício de erudição, ela anuncia uma preocupação recorrente: contribuir para o conhecimento pormenorizado do Estado, tomando-se como base informações geológicas, geográficas, históricas, etnológicas e lingüísticas.

Nessa mesma linha, os volumes seguintes veiculam trabalhos sobre o Rio Tietê, os caminhos coloniais e o estabelecimento dos limites de São Paulo com as províncias vizinhas. O número de 1925 traz um extenso relatório de viagem do engenheiro Edmundo Krug às margens do Paranapanema (realizada

6. As diferenças entre uma *historiografia artesanal* e outra *profissional* acentuaram-se a partir da década de 1950, com a afirmação dos cursos universitários de História. Nas precedentes, alguns historiadores do Instituto, como Afonso de Taunay, Aureliano Leite e Alfredo Ellis Jr., lecionaram na USP e influenciaram gerações de profissionais, entre eles Sérgio Buarque de Holanda. O assunto ainda não foi suficientemente estudado, mas seria sugestivo para a compreensão da primeira fase da historiografia universitária, caracterizada por temas marcadamente regionais: monções, bandeirantismo, núcleos e atividades pioneiras, povoamento do Estado de São Paulo e outros.

7. A própria organização do *IHGSP* previa diferentes comissões de pesquisa: de *História do Estado de São Paulo, História Geral do Brasil, Geografia de São Paulo e Geografia Geral do Brasil.* Apesar disso, os assuntos

em 1905), com dados geo-histórico-culturais preciosos sobre o local, que ainda se encontrava em processo de colonização. Na revista de 1927, o engenheiro Armando de Arruda Pereira descreve uma excursão profissional a Mato Grosso, apresentando anotações saborosas a respeito de suas vias de comunicação, seus veículos, tipos, linguagens, costumes da fronteira e "*um pouco de geographia e história*".

Como se observa, seja centrando as atenções na expansão territorial dos séculos passados, seja nas novas frentes pioneiras, essas pesquisas pretendiam reunir dados seguros para o controle da região, o que não deixava de corresponder ao projeto modernizador então em curso, encetado pelos poderes público e privado.

Apesar disso, o tema das origens, nas suas múltiplas manifestações, constituiu a preocupação fundamental do *IHGSP*.

Uma das suas vertentes dedicou-se a investigar a formação dos antigos núcleos urbanos, desde as capitanias, tendo sido exaustivamente investigadas a própria capital, São Vicente, Santos, Itu, Tatuí, Sorocaba, São Miguel ... Nessas abordagens, marcadas por forte convencionalismo, avultam biografias dos pioneiros e suas obras, bem como as histórias de dioceses na missão civilizadora sobre o vasto território. As mais interessantes são as que extrapolam o círculo institucional em direção ao cotidiano dos seus moradores, entre as quais se distingue a descrição de São Paulo no século XIX, realizada por Afonso A. de Freitas.

Pode-se também acompanhar outro grupo de textos, cujo propósito é delimitar as origens de certas manifestações e empreendimentos culturais (a iconografia, a imprensa) ou de tendências políticas no Estado (o militarismo colonial, as idéias de independência e de república). Sobre estas últimas, o Instituto dedicou todo um volume, ilustrado, à comemoração do centenário da Independência do Brasil, em que se enfatiza a importância dos acontecimentos locais para o sucesso de 1822. Quer neste exemplo ou nos demais, acentua-se a natureza precursora da cultura regional.

Acima de tudo e principalmente depois de 1920, o tema do bandeirantismo estimulou incontáveis elaborações, beneficiadas pela descoberta de velhos manuscritos e mapas de deslocamento. Procurava-se reavivar uma época de aventuras e um espírito coletivo intrépido, de acordo com os anseios da elite recente, interessada em fixar o imaginário da *civilização paulista*. Na historiografia do Instituto, o feito bandeirante é recriado como o construtor da própria nacionalidade e, longe de restringir-se ao passado, projeta-se ao futuro. Significa o mito instituidor do progresso e o emblema de uma dinâmica regional que continuava na cafeicultura, nas locomotivas, na metrópole e nas indústrias[8].

extra-regionais não se desvincularam inteiramente do foco paulista. As questões políticas giravam em torno do republicanismo (suas origens em outras províncias e manifestações em países da América Espanhola); os estudos etnológicos e os relatos de viagem tratavam de áreas fronteiriças, próximas das frentes pioneiras da cafeicultura (Minas Gerais e Mato Grosso); os trabalhos históricos relacionavam-se com o bandeirantismo (o ouro de Minas Gerais, as explorações em Cuiabá), etc.

8. A propósito, consultar SCHWARCZ, Lilia M., 1993.

Sintomaticamente, acoplam-se a essa tendência numerosos estudos genealógicos e nobiliárquicos, indicando o desejo de enobrecimento das camadas sociais dominantes. Daí, também, a busca de brasões ou outros símbolos distintivos que se verificou nos primeiros anos de atividade da agremiação, vindo a contribuir para a formação do seu acervo. A ascendência ilustre na Europa, privilégio de poucos, ou a filiação aos homens das bandeiras, foram intensamente perseguidas, num período marcado pelo advento de forças desarmônicas, resultantes do almejado progresso: o cosmopolitismo, as multidões, as classes médias e populares ou os transitórios valores modernos.

Como decorrência dessa obsessão, o problema racial teria de ser investigado. Mas ele conduzia ao terreno inarredável da mestiçagem, condenada pelos postulados científicos da época. Não sendo possível extirpá-la da história, ela tornou-se objeto de valoração positiva para os mais otimistas, no caso dos primeiros cruzamentos entre brancos e índios, ainda que isso representasse o distanciamento dos preceitos em voga. Resultou dessa postura a atualização, pelo ângulo regional, do romantismo indianista herdado da literatura e da historiografia precedentes. O natural da terra paulista, de tribos já desaparecidas, foi assim, transformado em *bom selvagem.* Civilizado pelos jesuítas e caldeado nas bandeiras, sem no entanto perder o caráter indômito, ele poderia ser, afinal, elemento instituinte da *raça de gigantes* - metáfora de Alfredo Ellis Jr. Antes deste autor, Afonso Antônio de Freitas respondeu por muito dessa construção mitológica[9].

Busca das origens, bandeirismo e indianismo unem-se numa mesma perspectiva, o que explica o número expressivo de títulos sobre os chamados *selvagens: a lenda de Piratininga;* os *guaianá*; a língua, os costumes dos tupi-guarani e suas permanências no vocabulário e nos hábitos caboclos e caipiras... Porém, repetindo a postura do *IHGB*, a produção de São Paulo quase não trata do negro, embora fizessem parte do *IHGSP* alguns dos seus descendentes ilustres. A exclusão significa, por si, uma fala.

* * *

No essencial, essa criação discursiva inspira-se na épica[10], pautando-se por concepções e formas históricas pouco renovadas. Mostra-se como sinônimo

---

9. J. M. MONTEIRO (1992), no artigo *"Tupis, tapuias e a história de São Paulo"*, discute o conteúdo ideológico e o contexto do debate intelectual sobre os indígenas de São Paulo. Segundo ele, a afirmação da tradição paulista (mestiça) foi associada aos lendários *guaianá*, supostamente de origem *tupi*, o que significou negar as evidentes origens *tapuias* - índios considerados antropófagos - e o parentesco aos *kaingang*, em extinção nas modernas frentes pioneiras.

10. Evidentemente, toma-se aqui o termo em sua significação aberta, uma vez que *épica* e *epopéia* são gêneros de estrutura definida que se referem, além de tudo, a contextos socioculturais que vão da Antigüidade à época moderna. Neste caso, a inspiração *épica* manifesta-se quanto ao assunto *"ilustre, sublime, solene, especialmente vinculado a cometimentos bélicos"*. Prende-se também a *"acontecimentos históricos, ocorridos há muito tempo, para que o lendário se forme e/ou permita*

de grande arte, mais do que de ciência, ou como conjunto de gêneros e estilos ecléticos, mais do que pura especialidade. Para legitimar-se, ela usaria os procedimentos típicos de um campo de saber que se tornava disciplina, no século XIX: o apego aos documentos e a presunção à objetividade, ou seja, aquilo que, via de regra, se associava à historiografia positivista. Entretanto, pode-se dizer que esses recursos conferem aparência moderna a uma substância *épica* prefigurada.

Nota-se que a consecução dependeu, além disso, de suas séries discursivas. A primeira inclui tanto áreas de conhecimento mais velhas e igualmente em processo de mudança - a Geografia e a Gramática pré-Lingüística -, como também habilidades intelectuais herdadas da historiografia tradicional, mas já tendentes ao desuso - estudos genealógicos, nobiliárquicos, heráldicos ou numismáticos. Deve-se acrescentar a esta linha os elogios, quase sempre obituários, feitos a homens ilustres, muitos deles, da própria agremiação. A segunda série é formada por disciplinas de data mais recente (século XIX) - Geologia, Engenharia, Antropologia e Arqueologia -, responsáveis por um número razoável de matérias publicadas na revista [11].

Mas os gêneros discursivos *modernos* mostram-se um tanto dissolvidos no conjunto dos escritos, sem demarcar métodos, abordagens ou conteúdos peculiares. No fim das contas, eles apenas reafirmam uma arquitetura artesanal e eclética. Em parte, isto derivou da postura autodidata da maioria dos historiadores da entidade. Possuidores de uma formação acadêmica jurídico-humanística, esses *homens de letras* enveredaram sem cerimônia e de modo pouco rigoroso (às vezes num mesmo estudo), por campos diversificados: históricos, geográficos, geológicos, arqueológicos, antropológicos ou lingüísticos. De outros, deveu-se à polivalência ou a certo *bacharelismo* dos próprios especialistas - engenheiros e geólogos, por exemplo. Os relatórios de sua autoria, longe de limitarem-se à apresentação de pesquisa empírica, prestam-se a argumentações históricas e etnológicas, ou ainda a exercícios estilísticos e imaginativos. Assim sendo, até o que poderia ser compreendido como ciência *stricto sensu*, confundiu-se com arte liberal.

Em vista disso, a simples nomeação de disciplinas é insuficiente para elucidar os modos de discurso que percorrem a historiografia do *IHGSP*. Pode-se acomodá-los, porém, de maneira abrangente e sem o risco do anacronismo, no interior das expressões *literárias* do período, tomando por base a concepção

---

que o poeta (ou para nós, o historiador) *lhes acrescente com liberdade o produto de sua fantasia".* Cf. MOISÉS, M., 1988.

11. O Instituto constitui vários grupos de trabalho organizados em torno dessas modalidades. Em 1923, por exemplo, além das comissões de História e Geografia (cf. nota 7), foram definidas as de Etnografia, Literatura e Manuscritos, Arte e Indústrias, Ciência Numismática e Arqueologia. Deve-se ainda lembrar que muitos dos seus sócios integraram-se às atividades e aos debates científicos do Museu Paulista, órgão que se dedicava a resgatar a cultura material do Estado, promovendo pesquisas antropológicas e arqueológicas.

de literatura da época. Uma marca especial nesse conjunto ganha significado na expressão *"Letras históricas"*, encontrada em várias referências. As duas designações, afinal, correspondem às habilidades intelectuais polivalentes de um grupo que ainda não se profissionalizara conforme os padrões de especialização modernos.

Para analisar tal característica literária, convém, inicialmente, cotejar os escritos do Instituto com os textos *beletristas* que os seus autores produziram em atividade paralela. Constata-se que esse tipo de criação era largamente cultivado, de modo simultâneo ao *científico* e sem configurar uma escala de menor prioridade ou valor.

Muitos dos sócios chegaram a ocupar cadeiras na Academia Paulista de Letras - órgão que, desde 1909, também se propunha a fixar a tradição intelectual do Estado: Brasílio Machado, Alfredo Pujol, Affonso A. de Freitas, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, João Vampré, Wenceslau de Queiróz, Américo de Moura, Amadeu de Queirós, Gomes Cardim, Eugênio Egas, Altino Arantes, Plynio Airosa, Afonso de Taunay, Washington Luís, Aureliano Leite, Paulo Setúbal, Júlio de Mesquita Filho, Alfredo Ellis Jr, Amadeu Amaral ... [12].

A obra *literária* desses e de outros membros do *IHGSP* envolve modalidades variadas: ficionais ou afins - romances, contos, novelas, teatro, poesia -, memórias, biografias ou descrições de viagens [13]. Em tais escritos, nota-se, de partida, assim como nos trabalhos historiográficos, a mesma busca de uma tradição regional. Tanto os ambientes urbanos e rurais, o clima cultural ou os personagens retratados são paulistas, quanto se pode apreender forte dose de apego e afetividade pelo território. Se ainda comparados aos textos representativos da literatura coeva de outras partes do Brasil, não será equivocado tomá-los como de afirmação regionalista.

Autores da primeira geração do Instituto, como Brasílio Machado, Alfredo Pujol e Eugênio Egas, interessaram-se pelas biografias de grandes personagens históricas, predominantemente de São Paulo: José de Anchieta, Brás Cubas, Diogo Feijó e outros. O gênero teria continuidade nos estudos de vida transformados em romances históricos. Exemplo disso se encontra no livro *"Índios! Ouro! Pedras!*, de Afonso de Taunay, sobre os bandeirantes Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes Leme. Aureliano Leite, em *"Amador Bueno, o aclamado"*, pesquisou história para construir uma lenda muito difundida sobre o espírito de autonomia dos paulistas. Alfredo Ellis Jr. contribuiu com *"Pedras Lascadas"*, *"O tigre ruivo"*, *"Jaraguá"* e *"Tesouro de Cananéia"*, este em co-autoria com Menotti Del Picchia. No entanto, o maior sucesso do gênero seria alcançado por Paulo Setúbal, cuja obra, além de se aproximar das

12. À lista, somam-se também, os nomes de René Thiollier, Guilherme de Almeida e Mário de Andrade, sócios das duas agremiações desde a década de 1930. Diferentemente dos demais, todavia, ao que tudo indica eles não escreveram para o Instituto, além de terem suas biografias mais ligadas à *literatura* propriamente dita, na acepção atual.

13. Consultar o conjunto da **Revista da Academia Paulista de Letras** e CARDOSO, Z., 1983.

anteriores pela temática histórica - por exemplo, o bandeirantismo em *"El Dorado, "O sonho das esmeraldas"* e *"Os Irmãos Leme"* -, acrescenta uma peculiaridade: a preocupação com os amores e aspectos mundanos na vida dos grandes vultos, emoldurados com simpatia e um certo romantismo em *"A Marqueza de Santos"* e *"As maluquices do Imperador"*. Vale assinalar que vários desses livros foram consumidos avidamente pelo grande público ou destinaram-se à formação patriótica dos escolares.

Os textos considerados específicos de *letras históricas*, muito bem acolhidos na Academia, foram também feitos para o *IHGSP: "Povoadores do campo de Piratininga"* (Américo de Moura), *"O grito do Ipiranga"* e *"A Convenção de Itu"* (Eugênio Egas), *"Primitivos habitantes de São Paulo"* e *"Os guainás de Piratininga"* (Plynio Airosa), ou *"Capitania de São Paulo"* e *"Na Capitania de São Vicente"* (Washington Luís). Seja por meio do engrandecimento de personagens ou de eventos, ele têm como objetivo, novamente, delinear a tradição de São Paulo.

A extensa produção de memórias e de *literatura de viagem* configura um propósito semelhante. A memória individual dirige-se ao passado regional para revigorá-lo diante do ritmo frenético da modernidade, da quebra dos valores herdados e das intensas mudanças socioculturais. Assim fazem Martim Francisco Ribeiro de Andrada (*"São Paulo independente"*) e Altino Arantes (*"São Paulo e seus homens no centenário"* e *"Passos do meu caminho"*) - narrativas que se revelam parentes em primeiro grau dos trabalhos históricos publicados na revista do *IHGSP*. As impressões experimentadas nas viagens, tanto pelo exterior quanto pelo restante do país (nas obras de Eduardo da Silva Prado ou Júlio de Mesquita Filho), situam, além disso, olhares pessoais do espaço, do tempo e da cultura locais em mapas de maior amplitude.

Compartilhando as pistas abertas por Flora Sussekind no estudo sobre a literatura *pré-modernista*, não será demais interpretar as memórias e as narrativas de viagem como maneiras de distanciar-se da modernidade, através da construção literária de tempos e espaços alternativos, ancorados no pretérito[14].

De todas essas manifestações, uma delas merece comentário à parte, pela elaboração estética superior e pelo contraste que sugere, apesar de ter sido ignorada pela crítica literária. Trata-se do livro *"Memorial de um passageiro de bonde"*, de Amadeu Amaral, cujas crônicas, ao invés de abrirem-se ao passado, ambientam-se na capital paulista em tempo presente, registrando *flashs* urbanos vistos de um bonde. O que se busca, como o nome diz, é criar uma memória para o tempo fragmentado, para o tempo-velocidade.

Resta referir-se a outros textos que, apesar de terem estatutos narrativos diferenciados - poéticos, ficcionais, etnológicos -, apresentam temáticas

---

14. A criação poética desses mesmos autores, um tanto menor, não deixa de revelar a busca da *"eternidade como coordenada temporal"*, nas formas rebuscadas e parnasianas de *"desaceleração do presente"*, cf. ainda interpreta SUSSEKIND, F., 1987.

semelhantes às de algumas matérias divulgadas pelo Instituto. Nesses escritos, não se descreve a vida e os feitos dos grandes homens, mas a cultura popular - quase sempre rural -, vista de um prisma histórico-antropológico (ou folclórico) como reserva de tradição. O assunto preferencial é o indígena e o *caboclo*, corroborando o que já se disse anteriormente sobre a valoração positiva da mestiçagem entre brancos e *selvagens*. Exemplos disso são encontrados na peça teatral *"Caboclos"*, de Gomes Cardim; nos poemas *"Alma cabocla"*, de Paulo Setúbal; nos *"Contos de Carimbamba"*, de Amadeu de Queirós; nos estudos etnológicos ou históricos de João Vampré (*"A dança dos caiapós"*), Otoniel Mota (*"Selvas e choças"*) e Amadeu Amaral (*"Dialeto caipira"* e *"A poesia da viola"*).

Em numerosos artigos publicados na revista do *IHGSP*, percebe-se idêntica importância conferida às expressões culturais coletivas, cujo repertório de estudo extravasou o universo das camadas dominantes. A despeito de serem encaradas na perspectiva das elites - denotando ora o preconceito ora a idealização paternal dos grupos subalternos -, elas ajudam a larguear as narrativas políticas ou biográficas, as crônicas sobre os tempos passados e os relatos *técnicos* de viagem. Alguns exemplos: as lendas e a imaginação popular no sertão dos séculos XVI e XVII (Theodoro Sampaio - 1899); os hábitos rústicos, as formas de falar e as crendices populares nas frentes pioneiras de Mato Grosso e do Paranapanema (relatos já citados); Deus e os santos na superstição brasileira - Edmundo Krug - 1925); as festividades, os rituais sagrados/profanos e as reminiscências da feira de Sorocaba - (Afonso de Freitas Jr. - 1925); a religiosidade popular católica na Folia do Espírito Santo, do século XIX ao XX (mesmo autor e época).

Em todos esses casos, é curioso observar tonalidades de uma história antropológica que, não raro, mescla-se à literatura *caboclista*, de grande aceitação no período. Se fosse chamada a definí-la, a historiografia profissional da atualidade diria tratar-se de estudos de cotidiano e mentalidades.

Lidos como artefatos *literários*, os escritos dos autores do *IHGSP* - da revista ou de criação paralela - eliminam a separação estanque entre ciência e literatura, demonstrando, ademais, uma incipiente divisão do trabalho intelectual. Nos gêneros discursivos, é pequena a distância que separa a história, da memória ou do romance histórico; a antropologia, a geografia e outras disciplinas, das crônicas, das narrativas de viagem e dos contos regionais. Quanto aos conteúdos, as lendas e os mitos tornam-se elementos configuradores da trama histórica. Enfim, ficção, imaginação e subjetividade mostram-se, nas formas narrativas, como contrapontos aos interditos do real, ou como respiradouros do procedimento científico e da objetividade.

* * *

As obras de Afonso Antônio de Freitas e Afonso A. de Freitas Júnior - notórios membros do Instituto na década de 1920 - além de sugerirem uma

mesma herança intelectual (de resto, comum nas *dinastias* que se formaram tanto no *IHGSP* quanto na *APL*), tipificam, exemplarmente, esse pendor historiográfico-literário. Os ingredientes, já referidos, de construção de uma história épica, aparecem exacerbados nos seus trabalhos: busca das origens, pesquisa da tradição, enaltecimento do passado regional e elogio às grandes personagens. Também se fazem presentes neles o mito bandeirantista, a romantização do indígena e a idealização da cultura popular, especialmente do mundo rural, simbolizando a permanência dos valores diante da transitoriedade moderna. Concorre para singularizar essa elaboração, no entanto, a ênfase dada à ação dos missionários católicos, seja no período colonial ou nos anos posteriores à Independência. Explicita-se em suas versões, dessa maneira, uma história de conteúdo religioso, que muito traduz dos compromissos entre ciência e espiritualidade.

Quanto às formas narrativas, gêneros discursivos e procedimentos empregados pelos autores, não é difícil constatar, ainda mais avivadas, as características de uma história artesanal. Tanto o pai quanto o filho dedicaram-se a diversos campòs de conhecimento, de modo autodidata e tendo como suporte filosofias ecléticas. Além disso, observa-se em seus textos farto uso da imaginação, acentuada estilização e recursos semi-ficcionais, lado a lado com parágrafos impessoais, objetivos e *científicos*. Não obstante, tais marcas *literárias* apresentam-se submetidas aos efeitos da verdade (ou verossimilhança), por meio do uso de *provas documentais* e outras estratégias *científicas*.

A título de ilustração - ainda que com isso nos sujeitemos ao risco de expor um artifício -, vale a pena comentar a construção discursiva dos dois autores, interligando, num mesmo enredo, quatro artigos e três relatórios de sua autoria, publicados na revista de 1925.

Nos artigos *"Folia do Espírito Santo"* e *"A cidade de São Paulo no anno de 1822"*, Afonso A. de Freitas (o pai) inicia o trabalho de retrospecção, lançando um olhar panorâmico sobre a metrópole da década de 1920. Lamenta vê-la mergulhada na crise da tradição, provocada pelo avanço da modernidade, com o desenvolvimento técnico, o urbanismo desenfreado, o cosmopolitismo e a velocidade do tempo:

> *"O progresso, firmado no moderno systema utilitarista da lucta pela vida, atulhando a formosa "urb" paulistana de uma multidão que se acotovela e se comprime numa azafama quasi feroz, atravancando-a em contínuo e vertiginoso vae-vem, que se atropelam e se chocam não raro espatifando cousas e esmagando pessoas por amor à velocidade, transformam os hábitos do povo paulistano, tornando impraticáveis na moderna capital os velhos costumes tradicionaes (...) A transcorrência da vida social moderna baseia-se na movimentação agitada, no aproveitamento rápido do tempo: a pratica dos velhos hábitos da primitiva população cidadã paulistana, firmava-se na morosidade contemplativa: dahi a transformação realizada numa rapidez cosmoramica dos nossos hábitos e do nosso viver material no*

último trintenio".

Pautando-se pela crítica aos tempos modernos, o autor volta-se para resgatar, no passado, os sujeitos da história, as fontes de estabilidade e os valores permanentes. Encontra-os na comunidade que, há cem anos, deixara-se regular por hábitos austeros, por princípios viris e pela fidelidade ao catolicismo, nos rituais da Igreja e nas formas populares de religiosidade:

> *"A Paulicêa era, material e espiritualmente considerada, quasi a mesma cidade dos entranhados tempos coloniais: pacata e ordeira, quasi marasmática nas manifestações da vida quotidiana: viril e altiva, como nos tempos do padre Albernaz, da questão jesuítica e da guerra dos emboabas, na defesa dos seus brios e dos interesses da Collectividade".*

É nessa cidade ordeira e religiosa que o escritor irá descobrir a figura capaz de preencher as lacunas do tempo, de representar a coletividade, a história e a própria tradição paulistas: o padre Diogo Antônio Feijó. A reconstrução da personagem dá-se numa série de relatórios apresentados ao *IHGSP* sobre o *"paradeiro dos restos mortaes"* do religioso, resultantes do trabalho de uma equipe por ele presidida [15].

Nesses textos, amenizando o linguajar *beletrista* que costumava utilizar, Afonso A. de Freitas tenta valer-se de um vocabulário científico. Narra a exumação dos despojos do padre com termos da Medicina Legal e do *"systema de identificação da anthropologia"*; articula sua biografia com análises sociológicas; reveste o relato, finalmente, de informações históricas colhidas em fontes fidedignas. E desse modo, retomando a retórica, põe em relevo o vulto histórico dos paulistas e da própria nacionalidade:

> *"... um homem, apoucado de physico, claudicante de saúde, porém, athleta de animo e sadio de espirito que, pela impeccabilidade de suas virtudes, pela limpidez de suas intenções, pela vastidão dos seus talentos, pela rigidez do seu caracter e pela inflexibilidade de suas convicções, impõe-se à vontade nacional, eleva-se ao poder..."*

Coubera a ele a tarefa de dar continuidade à ação bandeirante dos séculos anteriores, consolidando não só o prestígio de São Paulo, como também a unidade nacional. E mais: Feijó dera seqüência à missão apostólica inaugurada na colonização, assumindo o comando político e espiritual da pátria. Para explicar a procedência dessa energia férrea, Afonso A. de Freitas segue no encalço das origens familiares do menino que fôra enjeitado na infância e vivera humildemente. Revolvendo genealogias, descobre sua filiação à família

15. Os títulos das matérias são: *"Os restos mortaes do Padre Diogo Antonio Feijó"*, *"Quem descobriu os despojos de Feijó?"* e *"Filiação, puericia e adolescencia do Padre Feijó"*: Revista do IHGSP (1927: vol. XXIII). Os demais textos citados nesta parte também se localizam no número referido.

Camargo, do tronco dos velhos bandeirantes, estes, por sua vez, descendentes dos primeiros cruzamentos entre indígenas e brancos.

O estudo biográfico, novamente, leva ao tema racial. Nesse intento, o escritor recua ainda mais longe no tempo, indo em direção à gênese da raça paulista. Chega, então, ao esboço original, ao *marco zero* de um povo, ao início de uma epopéia que, além de ter sido dirigida pelo branco católico, contou também com o vigor *selvagem.* É o que se acha retratado no artigo *"Piratininga exhumada"* (o termo médico se repete), sobre o período pré-colonial e o momento de fusão entre as duas culturas, no século XVI.

Revestindo a narrativa de proteção documental, o historiador tenta dar veracidade à lenda de *Piratininga* sobre a nação *Guayaná,* que habitara as cercanias de São Paulo e se misturara aos colonizadores, servindo de berço à raça paulista. Delimita o território indígena valendo-se de antigos testamentos e trazendo-o ainda à vida por meio de confecção de um mapa; empreende estudos lingüísticos do *tupi* para comprovar o relato; descreve, enfim, sua exuberante flora e fauna - a natureza paulista:

> *"Era o celleiro das tribus Guayanás. Com a descida das águas, os campos cobriam-se de perdizes e de tal quantidade de veados que o rio fecundante chamou-se Anhamby (...) muitas vezes bandos de onças, acossados pelos indígenas e com a retirada cortada pelo lado do rio, cahiam espavoridos sobre a nascente povoação de São Paulo do Campo (...) Essa região paradisíaca era a Piratininga dos primitivos paulistas(...)"*

No artigo *"A missa padroeira"*, sobre a mesma época e a mesma geografia, seu filho Afonso A. de Freitas Jr., deixando de lado a capa protetora das fontes documentais, voa ainda mais alto, dando asas à imaginação. Como simulacro dos romances romântico-indianistas e ainda das pinturas históricas alusivas à catequese dos jesuítas [16], as páginas desse artigo são coloridas por metáforas rebuscadas, por termos *tupi* e por diálogos imaginários entre índios e brancos:

> *"A sombra daquella arvore gigantesca, frondejando à beira da escarpa, um vulto acobreado, empennachado, guizonante, ergue-se em todo o aprumo de sua magestade selvatica, passeia a vista indagadora em derredor, leva a dextra ao sobrolho e fita o disco solar flammejante na aboboda celeste, azulinea, limpida, infinita...*
> *Coema ramé: linguareja elle em sua voz guttural, rouca e cavernosa.*
> *- Quem é esse que assim fala? Esse, imponente como um rajah indiano, que traz sobre a fronte, como o orgulho da raça, o canguape de plumagem rubro-amarella (...)?*
> *(...) - É Tibireçá - O vigilância da terra, chefe da nação guayaná(...)"*

16. Refere-se, aqui, aos conhecidos óleos de Vítor Meirelles e Oscar Pereira da Silva.

Assim, revela-se o encontro entre a natureza (terra e selvagens) e a cultura (jesuítica), entre o espírito indômito (tupi) e a missão colonizadora (portuguesa). Desenha-se, por fim, a cena de origem, o nascimento de São Paulo, cidade frutificada pela exuberância tropical e lapidada pela religiosidade européia:

"Eil-os, os famosos campos piratininganos! Eil-os, em toda a sua pujança bravia e primitiva! Eil-os, em toda a sua belleza ridente e agreste! Eil-os, como nol-os descreveram os primeiros cruzados do Christo em nossa terra!".

"(...) Subito, levanta-se a esteira que protege a porta dessa pequenina casa e surge à vista deslumbrada do gentio, reunido no recinto, padre Manoel de Paiva, paramentado com as vestes sagradas para missa consagrante da fundação do novo collegio, pedra fundamental de uma grande cidade.
Irrompem, pela primeira vez, accordando os écos virgens das selvas, os canticos lithurgicos do novo credo e o bimbalhar festivo dos sinos(...)".

Na elaboração dos dois Afonso de Freitas, ilumina-se a própria historiografia do *IHGSP*: seu enredo épico vagueia entre a tradição e modernidade, entre a história e o romance.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

CARDOSO, Zélia. - **O romance paulista no século XX**. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1983, v. 12.

GUIMARÃES, Manoel L. S. - *"Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.* In - **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro (nº 1: 198: 1/84).

LOVE, Joseph. - **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MICELI, Sérgio. - **Intelectuais e classe dirigente no Brasil** (1920-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MOISÉS, Massaud. - **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1988.

MONTEIRO, John M. - *"Tupis, tapuias e a história de São Paulo"*. In - **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: 1992 34: 124/135.

SCHWARCZ, Lilia M. - *"O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: o modelo bandeirante"*. In - **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 125/132.

SUSSEKIND, Flora. - **Cinematógrafo das Letras**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CAMPOS DE PIRATININGA

Marcelo José de Carvalho

O DIÁRIO DE NAVEGAÇÃO

A distância do tempo, por vezes, encobre a história da fundação das grandes cidades. A cidade de São Paulo, não foge a esta regra, também ela está envolta em trabalho, luta e mistério.

A descoberta dos famosos **"Manuscritos de Évora"** por Francisco Adolfo de Vernhagem, em 1837, alumiou em muito a questão.

São eles: O **"Diário de Navegação"** de Pero Lopes de Souza e as **"Cartas do Padre Manuel da Nóbrega"**.

O "Diário de Navegação" foi escrito pelo futuro donatário da Capitania de Santo Amaro, em estilo sóbrio, direto e seco, sem quaisquer notas subjetivas, como bem o coloca o eminente historiador português Jaime Cortezão.

Neste Diário é descrita a primeira expedição povoadora nas terras do Brasil, sob o comando do capitão-mor da armada Martim Afonso de Souza.

Martim Afonso, também o foi primeiro Governador do Brasil, como já o lembrava Frei Gaspar da Madre de Deus, baseado para tanto em duas Cartas de Sesmarias. E, este fato é confirmado pelo seu irmão Pero Lopes.

> *"Na era de 1530, sábado 3 dias do mês de dezembro, parti desta cidade de Lixboa, debaixo da capitania de Martim Afonso de Souza meo irmão, que ia por capitam de hua armada e governador da terra do Brasil"*

No ano de 1532, este determina o povoamento de duas vilas:

> *"A todos nos pareceu tam bem esta terra, que o capitam I. determinou de povoar, e deu a todolos homês terras para fazerem fazendas: e fez hûa villa na ilha de Sam Vicente e outra 9 leguas dentro pelo sartam, à borda d'hum rio que se chama Piratininga, e repartiu a gente nestas 2 villas e fez nellas oficiaes: e pôz tudo em boa ordem de justiça, de que a gente toda tomou muita consolaçam, como verem povoar villas e ter leis e sacrefícios e celebrar matrimônios, e viverem em comunicação das artes; e ser cada um senhor do seu; e vestir as* enjurias particulares; e ter todolos outros bens da vida sigura e conversavel."

E, mais adiante, no dia 5 de fevereiro:

> *"E assentaram que o capitam I. devia de mandar as naos para*

Portugal, com a gente do mar; e ficasse o capitam I. com a mais gente em suas 2 villas, que tinham fundadas, até ver recado da gente, que tinha mandado a descubrir pela terra dentro, e logo me mandaram fazer prestes para que eu fosse a Portugal nestas 2 naos e dar contas a elrei do que tinhamos feito."

Em seguida, tomamos conhecimento da partida de Pero Lopes de Souza do porto de São Vicente em 12 de maio de 1532. Ficando a fundação da Vila de Piratininga, em data incerta, entre 22 de janeiro (dia da fundação da Vila de São Vicente) e 5 de fevereiro.

Podemos encurtar ainda mais este período, se lembrarmos que levava 3 dias a viagem do litoral até o planalto, na época.

O TESTEMUNHO DE NÓBREGA

Muitas considerações já foram feitas em cima deste texto, até mesmo de ser apócrifa esta parte do Diário, conforme nos coloca Azevedo Marques. Porém, corroborando a fundação de uma vila no planalto estão as "Cartas do Padre Manuel da Nóbrega", publicadas muito tempo depois do Diário. Numa carta escrita em outubro de 1553 ao rei D. João III de Portugal, referindo-se ao local onde hoje se localiza o Pátio do Colégio, nos diz:

"E do mar dez legoas pouco mais ou menos, duas legoas de huma povoação de João Ramalho, que se chama Piratinim, onde Martim Afonso de Souza, primeiro povoou, ajuntamos todos os que Nosso Senhor quer trazer à sua Igreja e aquelles que sua palavra e evangelho engendra polla pregação."

E, noutra carta, de maio de 1556, ao Padre Miguel de Torres em Lisboa:

"E com isto e com o mais que a casa tem seria colégio fixo, porque já tem casas e igrejas e cerqua, em muito boom sitio posto, o melhor da terra, de toda abastança que na terra pode aver, em meo de muitas povoações de Indios e perto da Villa de S. André, que hé de christãos, e todos os christãos de sejão hir aly viver se lhes dessem licença."

"Aly foi a primeira povoação de Christãos, que nesta terra ouve em tempo de Martim Afonso de Souza, e vierão-se ao mar por razão dos navios, de que agora todos se arrependem e todavia a alguns deixarão lá hir viver."

Houve portanto uma povoação martim-afonsina, conhecida como Piratininga, de vida efêmera, que precedeu em mais de vinte anos a missão jesuítica. Assim nos fala, o próprio descobridor dos manuscritos, o Visconde de Porto Seguro na sua História Geral do Brasil:

"Foi a aldeia de Piratininga que Martim Afonso de Souza escolheu para fundar a colônia ou vila sertaneja,cujo governo militar confiou a João Ramalho, com o pomposo título de guarda-mor do campo. Eis a origem européia da atual cidade de São Paulo."

A VILA DE SANTO ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO

Porém, nova querela se instalou para se determinar o local exato, desta primeira povoação sertaneja. Uma das hipótese mais aventadas é de que seja a Vila de Santo André. Esta hipótese é afastada por uma carta de José de Anchieta, de 30 de julho de 1561.

"Ultra desto una poblatión de Portugueses, que estava tres leguas apartada, se mude para Piratininga por mandado por mandado del Governador a instantia de Los Padres..."

Esta povoação de portugueses, que Anchieta refere era a Vila de Santo André da Borda do Campo, mudada para junto de Piratininga por ordem do Governador-Geral do Brasil Mem de Sá, em 1560, a pedido dos jesuítas.

Este fato é confirmado, na carta de sesmaria de 26 de maio de 1560.

"... que agora ahi se faz em Piratininga para onde se muda a Villa de Santo André da Borda do Campo..."

Sobre a fundação de Santo André, cabe um esclarecimento: o Padre Leonardo Nunes, predecessor de Nóbrega e Anchieta no desbravamento do planalto, refere que já encontrou portugueses espalhados no campo. Na carta escrita de São Vicente em novembro de 1550:

"Aqui me dixeron que em el Campo quatorze e quinze leguas daqui, entre los Indios estava alguna gente christiana derramada, y passavase el ano sin oyr missa y sin se confessar, y andavam en una vida de salvajes."

Na mesma carta mais adiante:

"Trabaje mucho con los christianos que alle derramados en aquel lugar entre los Indios, que se tornasen a las villas entre los christianos, en lo qual yo hos halle muy duros, mas en fin acabe com ellos que se ayuntas en todos en un lugar y hiziessen una hermida."

Uma parte da população estabelecida no planalto por Martim Afonso de Souza, acabou por se dispersar pelo campo, derramada, como nos conta o jesuíta. Porém, este fez com que se reunissem num local onde fizeram uma ermida. Fato confirmado pelo Governador-Geral do Brasil Tomé de Souza, na carta que comunica a fundação da Vila de Santo André; em 8 de abril de 1553:

"Onde a situei estava uma ermida deste Apóstolo".

Devido a isso Teodoro Sampaio, conclui que a Vila de Santo André, não foi obra de João Ramalho como geralmente se presume, mas do Padre Leonardo Nunes. (Restauração Histórica da Vila de Santo André da Borda do Campo).

O INHAPUAMBUÇU

A outra hipótese mais aventada para a localização de Piratininga seria o próprio núcleo do Pátio do Colégio, situado na colina entre o rio Tamanduatei e o Anhangabaú. Novamente recorremos as cartas do Padre Manuel da Nóbrega.

Numa delas escrita ainda em São Vicente, antes de subir a Serra do Mar, em 15 de junho de 1553, idealiza a fundação de um povoado:

> *"En el campo de aqui doze leguas se quieren se juntar tres poblaciones en una para mejor aprende la doctrina christiana, y muestran grande fervor y desseo de aprender y de les predicar. Con ellos gastaremos el tiempo hasta venia el Hermano Correa de la Baya para entrarmos."*

E realmente o fez, no dia 29 de agosto daquele mesmo ano, conforme ele mesmo nos relata:

> *"Ontem, que fué fiesta de la degolación de San Jóan, venuedo a estar en una Aldea donde se aiuntam nuevamente y apartan los que se convierten, adonde tengo puesto dos hermanos para doctrina dellos huza solennemente algunas 50 catecúmenos..."*

Finalmente, na carta de outubro de 1553, relata o seu desenvolvimento:

> *"E estes de todo deixão seus custumes e se vão estremando dos outros, e muita esperança temos de serem verdadeiros filhos da Igreja; e vaisse fazendo huma formosa povoação..."*

Este núcleo é a região central de São Paulo, o antigo Triângulo.

Precedendo a ação de Anchieta, com a localização definitiva do povoado e início da catequese dos indígenas. Destacando-se a intenção da fundação de um grande povoado, com a reunião de três grandes aldeias e a mudança de local destas. Este fato é narrado na Crônica da Companhia de Jesus de Simão de Vasconcelos:

> *"A primeira cousa que intentou o Padre Manuel da Nóbrega, depois do novo título de provincial, e da chegada de tão bom auxiliar foi a fundação de um colégio nos campos de Piratininga, para onde tinha já feito mudar alguns índios principais com suas aldeias deixando o lugar das antigas."*

Conforme o próprio Simão de Vasconcelos relata, os dois primeiros a se murarem foram Tibiriçá e Caiubi, senhor de Jaraibatigba. Julgamos que a terceira aldeia mencionada fosse Ururaí, cujo maioral era Piquerobi, que posteriormente transformou-se em inimigo dos portugueses.

Frei Gaspar da Madre de Deus confirma o relato de Simão de Vasconcelos, sobre a transferência das aldeias de Tibiriçá e de Caiubi:

> *"Para mais comodamente poderem instruir aos neófilos, aconselharam a Martim Afonso Tibiriçá e a Cayuby, Senhor de Geribatiba, já muito velho, que transferissem suas residências para junto ao Colégio futuro. Conformaram-se ambos a vontade dos padres, e Tibiriçá veio levantar suas casas onde hoje esta o Mosteiro de S. Bento. Seguiram os vassalos de Tibiriçá o exemplo de seu príncipe e fundaram nova aldeia no terreno que agora ocupa a Cidade de S. Paulo, desertando a outra Piratininga, habitação antiga de seus pais e avós."*

Esta colina evidencia a mentalidade mediterrânea, de edificação em acrópole, e tinha como nome indígena o de Inhapuambuçu, conforme nos relata Antônio Baptista Pereira. Inhapuambuçu significaria o monte que se vê de longe,

esta foi a última aldeia de Tibiriçá, porém não era a primitiva aldeia de Piratininga.

A TRILHA TUPINIQUIM

Enfim, onde então se localizava Piratininga?

Affonso E. Taunay em "São Paulo no século XVI" analizando numerosos documentos do século XVI e XVII, conclui que Piratininga era um dos bairros próximos da villa de S. Paulo. Ficava São Paulo entre Piratininga e Pinheiros, medeando entre as duas localidades o Anhangabaú. Portanto, Piratininga localizaria-se na margem esquerda do ribeirão paulistano, nas várzeas ocupadas pelo bairro da Luz.

Também Affonso de Freitas em estudo independente exposto no livro "Tradições e Reminiscências Paulistanas" declara de ser ali, no tão humilde Bom Retiro, no monótono Campos Elísios, o paraíso terreal dos piratininguaras, a ignorada e, através dos séculos, tão procurada Piratininga dos nossos maiores.

Não temos porque discordar destes insígnes historiadores, se alguma dúvida havia esta é dissipada na monografia "A Cidade de Anchieta". Nela Antônio Baptista Pereira complementa o trabalho dos seus predecessores, descrevendo a Trilha dos Tupiniquins (o Peabiru), trajeto este ocupado pela antiga São Paulo Railway, sendo o Anhembi (Tietê), na região de Piratininga, a cabeça e a chave da Trilha dos Tupiniquins. Esta estrada ia do Paraguai ao Atlântico e revela o raro tino de orientação do índio: os engenheiros que construíram a São Paulo Railway adotaram-na quase que rigorosamente.

Por esta estrada que Martim Afonso subiu a Serra do Paranapiacaba chegando até a várzea do rio Tietê, onde se impressionou com o seu tamanho:

> *"... um rio grande, que envereda pelo continente"* (história do Rio Tietê de Mello Nóbrega).

Também os jesuítas quando aqui chegaram, divisaram a importância deste caminho:

> *"... por ser esta terra mais aparelhada para a conversão do gentio que nenhuma das outras, porque nunca tiverão guerra com os christãos, e é por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão, de que temos boa informações."* (Carta de Nóbrega, outubro de 1553).

O irmão Antônio Rodrigues vindo do Paraguai, deve tê-la usado, conforme relata Anchieta, na carta de 1° de setembro de 1554:

> *"A estes (os Carijós) seguem-se inumeráveis outras gentes a ocidente, pelo interior até a Província do Peru, quase todas as quais percorreu um Irmão nosso."*

Noutra carta de março de 1555, Anchieta conta que alguns castelhanos vítimas de um naufrágio, desejavam seguir até a cidade do Paraguai por terra, porém não o fizeram por estar proibido pelo Governador Tomé de Souza. Evidenciado o seu valor estratégico para a conquista portuguesa e a ciosidade com que era guardado.

Em 1560, este caminho que passava por Santo André, foi obliterado por ordem do Governador Mem de Sá. Sendo aberto o caminho novo ou caminho do Padre José (Anchieta), posteriormente chamado Caminho Velho do Mar, ou Estrada Vergueiro (A Cidade de Anchieta de Antônio Baptista).

AS DISTÂNCIAS

Mais recentemente, Wilson Maia Fina, levantou a hipótese de Piratininga situar-se na Serra da Cantareira. Em "Martim Afonso de Souza e os Primeiros Povoadores", citado o Diário de Pero Lopes distância em 9 léguas a vila até o mar em São Vicente.

Referindo que esta medida equivaleria entre 45 e 60 quilômetros, em média 55 quilômetros, e, se medíssemos com um compasso, traçaríamos um arco que alcançaria as ondulações da Cantareira.

Porém, numerosos relatos distanciam S. Paulo até S. Vicente em 10 léguas, e S. Paulo até Sto. André em 2 ou 3 léguas, restando de Sto. André até S. Vicente 7 léguas. Como veremos:

Na carta de Nóbrega vista no início deste trabalho, coloca Piratininga a dez léguas do litoral e duas léguas de uma povoação de João Ramalho (a Vila de Sto. André).

Na carta de Anchieta de 1561, coloca a povoação de Sto. André a três léguas de Piratininga, sendo esta a distância mais vezes citada.

Simão de Vasconcelos também coloca St. André distante três léguas de Piratininga:

> *"Moravam estes (os Ramalhos) em um lugar três léguas distante de Piratininga por nome S.André."*

Frei Gaspar da Madre de Deus confirma a distância de três léguas entre a povoação de Santo André e S.Paulo, e mais, coloca o ribeiro Piratininga a meia légua da cidade de S.Paulo:

> *"Nele (o rio Tietê) faz confluência em ribeiro a que os índios da terra intitulavam Piratininga, ou Piratinim, como acho escrito em alguns documentos antigos e o lugar dessa confluência fica longe da cidade cousa de meia légua. Em uma das margens do tal ribeiro estava situada uma aldeia, cujo nome era Piratininga, onde residiu Tebiriçá, Soberano dos Guaianazes: ela tomou o nome do ribeiro, o qual se comunicou a todo o País, e este se chamou Campos de Piratininga."*

O ilustre beneditino, nascido em 1714 na Vila de S.Vicente (Província de S.Paulo - Azedo Marques), foi contemporâneo do bairro de Piratininga, pois este último é citado até o início do século XVIII. Determina a distância de meia légua de Piratininga até São Paulo,relatando que este nome se tornou designativo de todo o planalto paulistano.

Julgamos que a grande região designada por Wilson Maia Fina, recebeu este nome, por extensão ao bairro que a precedia.

A PRIMEIRA MISSA

A proximidade da aldeia de Piratininga, situada aos pés da povoação jesuítica, determinou o primeiro nome com que ela foi conhecida. Nas Cartas de Anchieta e de agosto de1554,assim a nomeia:

"Estamos como les he scripto en esta Aldea de Piratininga donde tenemos una gran escuela de niños..."

Apenas na carta de 1° de setembro de 1554, onde relata a 1ª missa de 25 de janeiro de 1554 e a dedicação da povoação ao apóstolo S.Paulo, nomeia-a de Casa de S.Paulo, como ficou conhecida a partir de então:

"Alguns dos Irmãos mandados para esta Aldeia no ano do Senhor de 1554, chegamos a ela a 25 de janeiro e celebramos a primeira missa numa casa pobrezinha e muito pequena no dia de Conversão de S.Paulo, e por isso dedicamos ao mesmo esta nossa Casa."

Quem confirma esta nova denominação é o próprio Padre Manuel da Nóbrega, em carta de maio de 1556:

"Desta maneira vivemos até agora nesta Capitania, onde estávamos seis Padres de missa e quinze ou desaseis Irmãos por todos, e aos mais sustentava aquella casa de São Paulo de Piratininga com alguns meninos do gentio..."

Após a mudança da Vila de Santo André para junto de Piratininga esta passa e se chamar Vila de São Paulo de Piratininga, como podemos verificar na doação de sesmaria de 12 de agosto de 1560, aos padres jesuítas; e na carta da Câmara de São Paulo de Piratininga a D.Catarina rainha de Portugal, 20 de maio de 1561.

OS CAMPOS ELÍSIOS OU BEM AFORTUNADOS

Varnhagem, nos explica a origem do nome Piratininga:

"Chamava-se, tanto a aldeia como a ribeira, de Piratininga ou do Peixe-seco. A origem do nome explica a causa porque se fundara aí a aldeia: Provinha das frequentes pira-cemas ou invasões do peixe."

Simão de Vasconcelos descreve a região de Piratininga, como se fosse o próprio Paraíso Terreal:

"De toda abundância de cousas necessárias para o uso da vida humana são capazes; e ainda para recreação e delícia, a quem a procurar."

Frei Gaspar da Madre de Deus também acentua seu caráter campesino:

"Martim Afonso por conhecer que, sem negócio e agricultura nenhuma colônia se aumentava, promoveu quanto lhe foi possível, estes dois ramos, introduzindo todas as espécies de animais domésticos, depois que foi a Piratininga, e viu a bondade de seus campos para criarem gado vacum, cavalar e ovino."

Temos também o testemunho mais recente de Augusto de Saint-Hilaire

na sua Viagem à Província de São Paulo, em 1819:

> *"À medida que nos afastamos do Pico do Jaraguá e do Capão das Pombas, as terras se tornam menos irregulares, acabando por se transformar numa vasta planície ondulada, limitada ao norte pelos morros que acabamos de transpor. São esses os aprazíveis campos que os primeiros habitantes da região denominaram, como os índios, de planície de Piratininga, e que chamavam também de paraíso terrestre e de Campos Elíseos do Brasil."*
>
> *"O nome de Piratininga já caiu em desuso, mas os campos a que ele se refere nada perderam de sua beleza, e hoje acham-se animados pela presença de numerosos burros, cavalos e bois que pastam ali tranquilamente em grandes parques por assim dizer, rodeados de fossos profundos. Não me lembro, porém, de ter visto em nenhuma parte dessa província nada que pudesse, pelo seu aspecto, ser comparado a planície de Piratininga;"*

Mesmo relatando que Piratininga é um nome que já caiu em desuso, localiza esta com certa exatidão, ao colocá-la a noroeste de São Paulo.

O DESENVOLVIMENTO ULTERIOR DOS CAMPOS DE PIRATININGA

Após a transferência da Vila de Santo André para São Paulo, em 1560, inicia-se a ocupação permanente dos Campos de Piratininga, atuais bairros do Bom Retiro e da Luz. A primeira olaria de São Paulo, datada de 1575, localizava-se às margens do rio Tietê, perto da atual Ponte das Bandeiras, onde é hoje o bairro do Bom Retiro, serviu para fabricação das primeiras telhas com que se cobriu o Paço Municipal, paragem que ficou conhecida como Olaria (o Bairro do Bom Retiro e Seus Primórdios - Wilson Maia Fina).

O bairro da Luz teve seu início com a instalação de Domingos Luiz, o Carvoeiro, em 1583, na região do Guaré, para onde foi transferida a capela de Nossa Senhora da Luz, erguida no Ipiranga. Esta capela, já é aludida em 1598, na sua localização definitiva, dando nome a este antigo bairro paulistano. (Bairro da Luz - Laiz de Barros Monteiro Guimarães).

Nas cartas de Datas de Terra da Cidade de São Paulo, volume VI (XCVIII; XCIX; e C), encontramos referências a uma chácara pertencente ao coronel João Jácomo de Baumann, sendo que o nome desta, somente aparece na XCIX, em 13.12.1817:

> *"... fazemos saber aos q. a prezente nossa carta de Datta de Terras virem q. pr. pte. do coronel João Jácomo de Baumann nos foi enviado a dizer pr. huma sua petição em acto de Camara de onze de janeiro do corrente anno, q. era senhor, e possuidor de hua chacra intitulada - Bom Retiro - e confinado suas terras com hua nesga, ou triangulo, q. fica entre a Chacra do Brigadeiro Gavião, e a do suppe."*

Infelizmente não encontramos nem nas Cartas de Datas de Terra e nem no Repertório das Sesmarias Concedidas pelos Capitães Generais a doação da

chácara Bom Retiro. Julgamos que esta se formou após a vinda do suiço Baumann a S.Paulo, em julho de 1815 (Brigadeiros e Generais de D. João VI e de D. Pedro I - Coronel Laurenio Lago).

Baumann foi elevado a Brigadeiro em 6 de fevereiro de 1818, e neste posto que Saint-Hilaire o visitou no dia 29 de novembro de 1819:

"Durante minha estada em São Paulo fui fazer uma visita ao Brigadeiro Baumann, que morava numa chácara a meia-légua da cidade, do outro lado de Santa Efigênia."

A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

O bairro mais antigo de São Paulo, não é o bairro da Sé, mas o bairro de Piratininga, bairro este que não mais existe.

Resta-nos porém, a localização exata da antiga aldeia, e quem a nós dá é novamente Antônio Baptista Pereira:

"Na confluência do Piratininga (Tamanduateí) com o Anhembi, aí, segundo a tradição, teve Tibiriça a sua taba principal. E compreende-se: os dois rios eram igualmente navegáveis. O general Couto de Magalhães aí comprou um terreno. Fez casa e construiu o seu pequeno mas famoso observatório astronômico. E escolheu esse terreno porque, velho indianista, tinha orgulho demorar na taba de Tibiriça."

Esta chácara localizava-se no bairro atualmente conhecido como Ponte Pequena, que recebeu este nome, em referência a ponte sobre o rio Tamanduateí.

Este, é o local onde houve a mais antiga povoação européia do interior do Brasil e a mais antiga referência ao sítio que ora ocupa a cidade de São Paulo.

Mas será que a Martim Afonso de Souza, caberia o título de ser o fundador de São Paulo? Sobre esta questão, eminentes historiadores já se manifestaram.

"Ao primeiro donatário não cabe a honra de ser o fundador da grande metrópole." (Affonso E. Taunay).

"Não há motivo para tal (dúvida). São Paulo foi fundada pelos jesuítas." (Antônio Baptista Pereira).

O aparelho administrativo montado por Martim Afonso, em Piratininga, não prosperou. Somente em 1560, após a transferência da Câmara Municipal de Santo André, por ordem do Governador-Geral do Brasil Mem de Sá, a pedido dos jesuítas, temos a instalação definitiva da Vila de São Paulo.

Julgamos, que a Martim Afonso caberia o título, mais apropriado, o que Nóbrega já lhe deu: de povoador ("onde Martim Afonso de Souza primeiro povoou" - outubro de 1553); título este, também citado no Diário de Navegação de Pero Lopes (o Capitão determinou de a povoar).

EVOLUÇÃO DA IMPRENSA PAULISTANA (*)

J. Pereira

Prólogo

Acredito ser do meu dever advertir que sou dos que fazem distinção entre os significados dos vocábulos imprensa e jornalismo, muitas vezes empregados com o mesmo sentido, o que constitui um equívoco. Imprensa - a própria palavra o diz - traduz a parte material da atividade de imprimir e multiplicar escritos, que terão como suporte livros, jornais, panfletos, plaquetas e papéis avulsos os mais variados. No caso dos jornais, significa o seu setor industrial (oficinas, com suas máquinas impressoras e materiais tipográficos). Daí a denominar-se "indústria de notícias", ou "indústria cultural", a imprensa de hoje, entregue às estratégias mercadológicas e pressões da indústria da publicidade (ou da propaganda, se preferirem).

Jornalismo, entretanto, é coisa diferente. Ele é a instituição da qual depende a defesa da sociedade contra aqueles que contra ela investem. O jornalista - a pessoa que faz do jornalismo a sua profissão - tem o sagrado dever, a fundamental obrigação, de ser o porta-voz das aspirações do povo, porque, no mais das vezes, "a debilidade das sociedades as impede de falar e as comunidades que não falam convertem-se em sociedades escravas" (Carlos Fuentes). Assim, como afirmou Gregório Marañon Moya, "se jornalismo é amor à informação veráz; se jornalismo é a difícil arte de valorizar a atualidade; se jornalismo é o mágico instinto da notícia, o jornalismo tem sido, é e será uma das mais puras vocações do homem".

O jornalismo, em verdade, é a representação institucional do instinto de conservação do homem e das sociedades. É por isso que sou tomado por indizível tristeza e indignação quando ouço afirmar-se que jornalismo é um negócio como outro qualquer. E isto tem sido dito e escrito até mesmo por professores de ética de faculdades de jornalismo e comunicação. De tão absurdo, isto soa como uma estrepitosa gargalhada dentro de uma igreja. Confundem as coisas, entendendo que as palavras imprensa e jornalismo querem dizer a mesma

(*) Palestra pronunciada no auditório do IHGSP aos 11 de maio de 1994, Ano do Centenário.

coisa quando, positivamente, não dizem.

"Imprensa" - a indústria, o negócio do escrito impresso, ou seja, a "indústria da notícia" - capitaneada por grandes empresas, constitui, nos dias de hoje, realmente um grande, lucrativo e próspero negócio. Mas o jornalismo - a instituição, a profissão inspirada e fundamentada em princípios que informam os mais puros ideais - esse não é e não poderá ser um negócio, pois solaparia, à vista dos interesses envolvidos, a mais sagrada das suas missões que é a defesa do povo, vale dizer da sua liberdade, do seu direito, dos seus princípios de igualdade, de fraternidade, de aspirações legítimas, de segurança pessoal e da família. É, ademais, o esteio da democracia.

A capital paulista foi, no Brasil, a última cidade a conseguir, a duras penas, autorização para a instalação de uma tipografia e, assim, poder ter um jornal impresso. Mas foi aqui, na Paulicéia, antes da imprensa, antes de aparecerem as máquinas de imprimir que, pelas mãos de um idealista, surgiu o primeiro e único jornal manuscrito da História do jornalismo brasileiro, evidenciador do culto às liberdades públicas, ao direito, à justiça e anseios de paz da gente paulista.

Escrevendo há poucos dias num jornal do qual foi redator-chefe, o conhecido jornalista Fernando Pedreira salientou:

"Hoje, a tendência, mesmo entre as melhores folhas, é dar na primeira página, não propriamente as matérias mais relevantes, mas as mais atraentes ou "chamativas" para um universo de leitores - ou antes para um variado universo de consumidores potenciais do "produto", isto é, do jornal.

Em outras palavras, misturamos jornalismo e "marketing" em doses diversas - e a triste (ou alegre) verdade é que o "marketing" tende cada vez mais a prevalecer. A idéia de fazer da capa uma espécie de vistosa embalagem comercial, além de contrariar o que o jornalismo pode ter de melhor e mais responsável, não parece bem fundada bem mesmo em termos, digamos, comerciais".

Imprensa, assim, como negócio, como indústria da notícia, tem muito a ver com a manipulação da notícia, da informação, transfigurando-as (como mercadorias) no que já se denominou "espetáculo hiper-real", isto é, na notícia ou informação mais verdadeiras que as reais, "que distorce o real sem dele se afastar". É um método de exagerar as conseqüências do real baseando-se nele mesmo e em nenhuma subjetividade, a não ser a do olhar e do discurso de quem o enfocar com lentes de aumento e com alto grau de detalhamento e diferenciação. "Esse expediente diabólico - como o classificou o jornalista Arthur da Távola no Congresso Internacional de Comunicações, realizado em Barcelona, Espanha, em 1993 - penetrante e disfarçado, destaca o real de si mesmo e da generalidade onde vive e se dilui, fazendo-nos supor ser o real focalizado a única ou "a melhor" expressão real. É um estratagema de pungente força

transfiguradora pois utiliza, além do próprio real, a verossimilhança e a meia-verdade, unindo-as num todo coerente, verdadeiro e ao mesmo tempo ilusório. É a mais penetrante e sutil forma de denunciar porque só é subjetiva no momento da escolha da objetividade destacada". Ou, como escreveu Karin Thomas: "A temática fundamental do hiper-realismo é a ilusão da realidade e a realidade da ilusão".

O hiper-realismo transforma em linguagem o que é recurso, como a ênfase, por exemplo, recriando assim o real através dele mesmo" - como sublinhou o jornalista e deputado Paulo Alberto Artur da Távola Monteiro de Barros.

Jornalismo, por princípio, por fundamento, por ideal, nada tem a ver com o processo mercadológico em que se envolveu a imprensa, neste século 20. Por isso, não pode e não é um negócio. O jornalismo tem, isso sim, compromisso com o fato, com a verdade. O que a indústria da informação, ou cultural, a imprensa de uma forma geral, vem fazendo, sobretudo nos últimos tempos, é explorar, como negócio altamente rentável, o hiper-realismo que, como acabamos de demonstrar, é a mentira da verdade. Isso, todo jornalista consciente sabe, não é jornalismo na essência significativa do vocábulo.

Eis porque tornou-se imprescindível distingüir-se, nos dias atuais, a diferença de significação entre imprensa e jornalismo.

* * *

A imprensa paulistana ou, mais propriamente, o jornalismo paulistano, teve início antes da existência de tipografias por aqui. Não se trata do jornalismo silvícola, boca-a-boca, primitivo, das terras brasílicas já encontrado pelos integrantes das missões de Cabral e de Martim Afonso de Souza. A côrte portuguesa relutou muito em autorizar a instalação de tipografias em São Paulo, muito embora as tenha tolerado, depois da instalação da Impressão Régia, no Rio de Janeiro, em alguns pontos do país, mas sob severo controle. Mesmo assim, não admitia a impressão de jornais. O denominado "jornal oral", ou seja, a notícia transmitida por pessoa a pessoa ou - o que era muito comum - transmitidas pelos sacerdotes através do púlpito ou mesmo do interior dos confessionários era a forma dos paulistanos ficar a par dos acontecimentos, das intrigas, dos escândalos, das fofocas sociais, dos segredinhos de alcova e outros, até mesmo das safadezas de muitos. Como hoje. Só que "por ouvir dizer". Nada escrito ou impresso, exceto através de cartas ou bilhetinhos de uma pessoa a outra, o que era muito raro, pois a grande massa da sociedade de então era formada por analfabetos.

Um dos mais eficientes processos para a transmissão de notícias em São Paulo, através do jornalismo impresso - acentue-se - foram os "moleques de recado". Geralmente filhos de escravos, eram utilizados pelos senhores de

então e pelas sinhás-moças para mandar recados, dando notícias e até mesmo para transmitir as intriguinhas de uns e outros. Uma cópia dos antigos mensageiros persas. Esse menores escravos eram encontradiços nas casas mais abastadas, sobretudo nos anos anteriores à abolição da escravatura. Eram, em verdade, os primeiros "repórteres" paulistanos. Estavam por dentro de tudo o que se passava. E tinham consciência do papel que representavam. E representavam, à época, não apenas o "jornalista" (o captor e transmissor de notícicas, falsas ou verdadeiras), mas o próprio jornal, o telefone, a rádio, a televisão, o telégrafo e o fax. No que diz respeito às intimidades das sinhazinhas, então, sabiam mais do que deviam, pois elas, não sabendo ler nem escrever, na maior parte das vezes, "para não se tornarem falazes", segundo a mentalidade vigente, passavam as mensagem oralmente, tornando esses primitivos comunicadores donos de delicados segredos, o que lhes rendia excessivas e perigosas regalias. Não apenas garotinhos, filhos de escravos, eram empregados nessa forma de "jornalismo" paulistano das priscas eras, mas também índios, quando grangeavam a confiança dos senhores e para missões informativas de maior responsabilidade.

Mas o jornalismo propriamente dito, ainda que não impresso, começou em São Paulo no ano de 1823, quando um jovem professor de nome Antônio Mariano de Azevedo Marques, cognominado de "Mestrinho", convencido da inutilidade dos esforços, até mesmo pelo Governador da Província, Lucas Antônio Monteiro de Barros, que vinham sendo feitos para ver instalada em São Paulo uma tipografia - apesar também do apoio de D. Pedro I - para ser impresso um jornal, resolveu, como protesto, lançar um manuscrito (ele contratara meia centena, ou mais, de copistas - ou escribas, como se dizia), desafiando assim as autoridades, que sabotavam as ordem do Imperador, favorável a uma tipografia em São Paulo, temerosas de um órgão de divulgação na província, já então visada pelo governo central. Esse primitivo jornal paulistano recebeu o título de "O Paulista" e apareceu pela primeira vez em 29 de setembro de 1823. Era bi-semanário. Antes de lançá-lo, Antônio de Azevedo Marques preparou um "Prospecto" para esclarecer à diminuta opinião pública da São Paulo de então do por que e a que vinha a folha manuscrita: era - primacialmente - uma forma de protesto, explicava. Um protesto, frisava, "por desgraçadamente não ter sido possível à Província de São Paulo obter um prélo para se comunicarem e dissemirarem as idéias úteis e as luzes tão necessárias a um País livre". Um protesto, sobretudo, contra a má vontade do então ministro da Fazenda, um certo Martim Francisco de Andrade e Silva.

Já se haviam passado 15 anos do lançamento da "Gazeta do Rio de Janeiro,", o primeiro jornal impresso no Brasil, pela Impressão Régia, e o "Correio Braziliense", o primeiro jornal brasileiro, embora impresso em Londres, já ter deixado de circular, tendo polarizado as atenções dos brasileiros durante 13 anos. No entanto, São Paulo, dada a oposição das autoridades, ainda não

tinha o seu jornal impresso, por falta de tipografia. Passaria a tê-lo, contudo, ainda que manuscrito.

"O Paulista", assim, foi o marco, não vamos dizer da imprensa paulistana, porque não era impresso, mas foi o início do jornalismo escrito paulistano. E devemos isso ao idealismo de um jovem professor de gramática latina e retórica (e por isso, como dissemos, cognominado "Mestrinho"): Antônio Mariano de Azevedo Marques.

Quatro anos após o aparecimento de "O Paulista", ou seja, em 1827 - e o jornalzinho manuscrito não durou tanto - é que apareceu em São Paulo o primeiro jornal impresso, denominado "O Farol Paulistano", cujo editor foi José da Costa Carvalho, barão (depois marquês) de Monte Alegre, que obteve a devida licença da Côrte para a instalação da sua tipografia. A defesa das idéias monarquistas constituia a linha editorial desse segundo jornal paulistano. Nele escreviam figuras de pról da intelectualidade e da política paulista. Não era, todavia, "O Farol Paulistano", um jornal que primava pelo exercício do verdadeiro jornalismo, ou seja, pela independência, como "O Paulista", manuscrito. Integra, porém, a História da Imprensa de São Paulo como o primeiro jornal paulistano saído de uma oficina gráfica. Impresso. Seu primeiro número data de 7 de fevereiro de 1827.

Somente dois anos após, em 1829, não obstante em outros pontos do País o número de jornais se terem multiplicado, é que saiu a público o segundo jornal impresso paulistano. Intitulava-se "O Observador Constitucional", de propriedade de João Batista Líbero Badaró, um liberal médico italiano, entusiasta da prática da liberdade de expressão. Tão entusiasta que acabou sendo vítima dela. Esse jornal, apesar de ser de oposição, era impresso nas oficinas de "O Farol Paulistano". As críticas mordazes, quando não desabridas e violentas, de Líbero Badaró, especialmente dirigidas a D. Pedro I, grangearam-lhe inimigos de toda ordem e sem conta, incluindo o Governador da Província, D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade. No dia 20 de novembro de 1830, pouco mais de um ano de existência do seu jornal, o alemão Hermes Stockler e outros asseclas, a mando de Cândido Ladislau Jupeaçú de Figueiredo Melo, representante em S. Paulo da Justiça Imperial, o assassinou na via pública, na rua São José, que hoje leva o seu nome. Antes de morrer, Líbero Badaró pronunciou a frase, que passou à História: "Morre um liberal, mas não morre a liberdade". Alguns historiadores afirmam que a frase não foi bem essa, mas esta: "Morre um homem livre, mas fica a liberdade", que não permaneceu - salientam - porque despida de conotação política da primeira, adaptada e estimulada pelos liberais da época.

Entre 1830 e 1835 houve um hiato na História da imprensa paulistana, não aparecendo nesse período jornais na verdadeira conotação do termo. Surgiram, sim, publicações de pouca ou nenhuma significação histórica para o jornalismo, pois apareciam mais para servir pessoas em suas aspirações políticas

ou interesses outros, não raro inconfessáveis, nada tendo com os interesses da Nação e da sociedade. Apareciam e desapareciam rapidamente.

Nesse período - 9 de março de 1835 - foi editada a Lei Provincial que autorizou o governo paulista "a gastar o necessário para a redação, impressão e distribuição de uma folha diária, contendo atos governamentais que não exigissem segredo". Contudo, somente três anos mais tarde, em 1838, é que o governo conseguiu arrematar uma tipografia e editar, em oficinas próprias, "O Paulista Oficial", o primeiro diário oficial de São Paulo. Diário é força de expressão, porque a folha era publicada às quintas e sábado, a partir de 1835, quando era impressa nas oficinas de "O Farol Paulistano", em razão da Lei Provincial de 9 de março do mesmo ano.

Em 1842, "O Paulista Oficial" passou a chamar-se "O Governista" e a ser impresso noutra tipografia, de propriedade de um certo José da Silva Cabral, que já imprimia o jornal "Censor", título decididamente inapropriado para um jornal.

A partir de então começaram, por aqui, na Paulicéia, a pulular jornais como o "Solitário", o "Escandalizado", aparecidos em 1840, entre outros, sem qualquer expressão. Dentro de uma linha de extrema agressividade, surge, assim, "O Escorpião", aos 31 de agosto de 1841; mas em 1844 aparece, sob a responsabilidade do conselheiro Joaquim Inácio Ramalho, "O Americano", de linha monarquista e, conseqüentemente, defensor do governo. O conselheiro, assim - não é de admirar - não demorou muito a receber o título nobiliárquico de barão...

Sucederam-se outros jornais: "O Clarim de Saquarema", de Francisco José da Silva Sobral, com oficinas próprias e tendo como divisa "Viva o Imperador! Viva a Constituição!"; nesse mesmo ano de 1851, sai o primeiro número do "Aurora Paulistana", impresso na mesma oficina de "O Clarim" e se declara "um jornal político, industrial e literário". Por seu turno, o jornal "O Compilador Paulistano" surge aos 16 de outubro de 1852, impresso em oficina de propriedade de Luzada Antunes, enquanto que em 1° de agosto de 1853 aparece "O Independente" que, como o próprio título sugere, declara-se "defensor da tradição e propugnador dos ideais conservadores".

Merece destaque especial o fato de, em 1849, haver sido lançado o primeiro diário paulista. Efetivamente diário, pois saía todos os dias. Trata-se de "O Constitucional". Noutras partes do País, as folhas diárias já eram comuns, não porém em São Paulo, ainda, de fato, uma província. Basta dizer que, já em 1831, o Brasil tinha 54 jornais periódicos (16 na capital, a maioria diários). A Bahia já tinha, até, um jornal especialmente dirigido às mulheres. Intitulava-se "Jornal das Senhoras", de propriedade de Violante Rivar de Velasco (1852).

O "Correio Paulistano", fundado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques que, com os irmãos Eufrásio e Roberto Maria, dera a São Paulo o "Novo Farol Paulistano", apareceu em 26 de junho de 1854, tendo como redator-

chefe Pedro Taques de Almeida Alvim (*). Sua redação era na rua Nova São José (atual Líbero Badaró), passando, depois, para a rua do Ouvidor, 46, onde foi instalada a Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques", que proclamava ser "o mais bem montado estabelecimento typographico que possui a capital". O "Correio Paulistano", entretanto, não era um jornal diário, mas bi-semanal.

Na tipografia de Azevedo Marques eram impressos outros jornais, como o "União dos Circulos", duas vezes por semana; o "Ypiranga", uma vez por semana; o "Arcádia Paulistana", mensário, entre outros de menor ou sem qualquer expressão.

Em 1865 surgiu o primeiro "Diário de S. Paulo", cuja primeira edição apareceu no dia 1° de agosto desse ano. Era impresso na velha Tipografia Alemã, instalada na R. Direita n° 32 e de propriedade de um ourives de nome Henrique Schroeder, natural da Alemanha. Pedro Taques de Almeida Alvin, Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra e Antônio Pinheiro de Ulhôa Cintra, o barão de Jaguara, eram os principais redatores desse primígeno "Diário de S. Paulo", que se constituiu num modelo de renovação gráfica e redatorial da imprensa paulistana da época. Como colaboradores ostentava nomes como o do conselheiro Brotero (José Maria de Avelar), João Mendes de Almeida, professor da Faculdade de Direito; Antônio da Silva Prado, João Teodoro Xavier, Ezequiel Freire e muitos outros representantes da intelectualidade paulistana. Desde o seu aparecimento o "Diário de S. Paulo" exerceu atuante função social, praticando um jornalismo do mais alto padrão, defensor das liberdades públicas, do Direito, da Justiça e da Paz. Além de tudo, os proprietários do jornal, reconhecendo o trabalho dos seus funcionários, pagavam salários muito acima dos padrões da época.

Durou o "Diário de S. Paulo" apenas 13 anos. Seu proprietário, Paulo Delfino da Fonseca, não resistiu à pressão dos altos custos de produção do jornal sem abdicar da sua independência. Assim, aos 10 de agosto de 1878 deixou de circular, suspendendo temporariamente suas edições. Temporariamente essa que se tornou permanente.

No entanto, apreciável número de pequenos jornais apareciam e desapareciam na Paulicéia (ainda não desvairada). Jornais, por exemplo, como "A Ordem", "O Tribuno", "O Porvir", "A Crença", "O Rebate", "A Propaganda", "A Sensitiva", "O Trabalho", "A Consciência", "A Sentinela", "O Polichinelo", "Tribuna Liberal", "Diário da Manhã", "A Luta", "O Católico", "O provinciano", "O Comércio de S. Paulo", "Diário Mercantil", "A Farpa", "O Escandalo", "A República" (não confundir com "A República", de Benjamin Constant, órgão do Partido Republicano, editado no Rio de Janeiro); "A Democracia", "O Radical

---

(*) - Anteriormente, em 1831, circulou um "Correio Paulistano", tendo por proprietário o negociante José Gomes Segurado, sogro de Joaquim Roberto de Azevedo Marques. Era, porém, um jornal periódico e semi-oficial.

Paulista", "Jornal da Tarde" (não confundir com o seu homônimo que circula hoje, do grupo do "Estadão"); "A Gazeta do Povo", "O Protesto", "Jornal Operário", "Opinião Nacional", "Comércio de S. Paulo"e muitos e muitos outros, todos do fim do século 19, cuja maioria foi extinta com o próprio século no qual surgiram. Poucos ingressaram no século 20, entre eles "A Platéia", de Júlio Guérra que, entretanto, não resistiu 50 anos e desapareceu; e "A Província de S. Paulo", fundado por José Maria Lisboa, Américo Brasílio de Campos e Francisco Rangel Pestana, aparecido aos 4 de janeiro de 1875 e que, com o advento da República, passou a ser, a partir de 1º de janeiro de 1890, "O Estado de S. Paulo" de hoje, já que as províncias passaram a ser Estados com o regime republicano. Saliente-se que "A Província de S. Paulo" foi que instituiu o sistema de venda avulsa de jornais nas ruas da Paulicéia por meio de jornaleiro. Isto ocorreu aos 23 de janeiro de 1876 e o primeiro jornaleiro foi o francês Bernard Gregoire, que percorria as ruas paulistanas apregoando "A Província" (hoje o "Estadão"), assinalando a sua presença com o toque de um "berrante" (espécie de corneta feita de chifre de boi). Chamava a atenção dos passantes, montado num cavalo, sobraçando exemplares do jornal e ostentando uma touca branca na cabeça. Por assinalar o início desse sistema de venda de jornal, que fez época na cidade de S. Paulo e em outras cidades do País, sua figura tornou-se símbolo daquele matutino, tendo sido adotado como ex-libris da instituição jornalística, através do traço do desenhista José Wasth Rodrigues.

Também o "Diário Popular", fundado em 1884 (seu primeiro número saiu no dia 8 de novembro desse ano) ultrapassou o século 19 e se firmou no século 20 (é atualmente um dos jornais paulistanos de maior venda avulsa); sem se falar no velho "Correio Paulistano" que, embora tenha ingressado como "A Platéia", neste século, não resistiu nele permanecer. No entanto, é de se registrar que, em 1915, todos os 174 municípios paulistas existentes praticamente tinham o seu jornal, ou mais de um.

No alvorecer do século 20, contudo, entre os 1.496 jornais, revistas e outras publicações, segundo pormenorizado e criterioso levantamento feito por Affonso de Freitas para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e publicado no volume XIX (1914), apareceram jornais que fizeram época pelo vigor do jornalismo que exercitavam, pela combatividade, pela independência e, em conseqüência, também não sobreviveram. É o caso, por exemplo, de "O Combate", de Ludolfo Rangel Pestana. Sua crítica era violenta, quando não mordaz, ferina, contundente e, não raro, cruel. Como também de "A Ronda", de Aníbal Machado (não confundir com o Aníbal Machado, escritor carioca). "A Roda" era implacável em seus reparos e em suas críticas ao governo e a tudo que entendia errado e prejudicial à população de S. Paulo. Um dia, o chefe de polícia recebeu ordens para mandar apreender uma edição de "A Ronda". Continha severa crítica ao governador. Bloqueada a oficina onde o jornal era impresso, Aníbal Machado foi inteirado pelo delegado de polícia da

ordem de apreensão. Calmo e sorridente, Aníbal Machado mostrou que o jornal não era "A Ronda", mas "O Apito", e não podia ser apreendido. É que, informado da diligência, ele mudou o logotipo do jornal e deu instruções aos jornaleiros aos quais distribuiu dezenas de estridentes apitos. Mas que saíssem gritando, como sempre:

- Olha A Ronda ! Olha A Ronda! Escândalo no governo!"

Naquele dia, a venda avulsa de "A Ronda" (com o nome de "O Apito") bateu todos os recordes. E o truque audacioso do Aníbal Machado inscreveu o seu jornal na História bem humorada da imprensa paulistana.

Ao início do século, ao lado de "O Combate", de Ludolfo Rangel Pestana, passaram a concorrer com o já venerando "Diário Popular" outros jornais, como "A Gazeta", que fôra fundada em 1906 por Astolfo Araújo, mas, depois, adquirido por Casper Líbero; a "Folha da Noite", de Léo Vaz (Leonel Vaz de Barros, autor do clássico da literatura brasileira, "O professor Jeremias) e Rubens do Amaral; e, posteriormente, o "Diário da Noite", ao qual seguiu-se o "Diário de S. Paulo", estes dois últimos já sob a orientação do grande jornalista e empreendedor Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, a quem o Brasil deve, em boa parte, a sua unidade e consolidação graças à rede de jornais, rádios e televisões que implantou corajosamente por todo o território brasileiro. Esse conglomerado de jornais, rádios e televisões, entretanto, desapareceu em São Paulo graças à inépcia dos homens que, por aqui, sucederam o grande homem de imprensa que foi Assis Chateaubriand.

Lá pelo ano de 1925, surgiu a "Folha da Manhã", que passou a fazer dupla com a "Folha da Noite" que, na verdade, fôra a edição vespertina de "O Estado de S. Paulo", transmudada que foi do que se chamava "Estadinho". Dada a mudança de propriedade e através de estranho processo estratégico econômico-financeiro, a "Folha da Manhã" passou a ser "Folha de S. Paulo"e a "Folha da Noite, "Folha da Tarde". Nesses jornais, como no "Diário Nacional", pontificaram as maiores figuras do jornalismo paulistano, entre eles, Léo Vaz, Rubens do Amaral, Benedito Bastos Barreto (o conhecido caricaturista "Belmonte"); Breno Ferraz do Amaral e seu irmão, Pedro Ferraz do Amaral; Rui Bloem, Luiz L. Ribeiro, Astolfo Pio Ribeiro, Luiz de Araújo Faria, Francisco Sá (mais conhecido como "Chico Sá", repórter de polícia que, depois, passou a orientar "O Dia", em que era interessado, jornal que era recordista, à época, em circulação na capital paulista). Claro que se fôssemos desfilar aqui todos os nomes de jornalistas e de jornais que a capital paulista viu surgir (e desaparecer) levaríamos horas a fio para fazê-lo. Mas é bom não esquecer de "O Esporte" e de "A Hora", dos Médici e Piccinini, que fizeram época nos idos de 50, bem assim da "Última Hora", de Samuel Weiner, que introduziu na imprensa brasileira um novo tipo de paginação e apresentação gráfica de notícias, ao estilo argentino,

com a importação de profissionais da Argentina e que aqui fizeram escola e cuja influência ainda hoje se faz sentir nas páginas dos nosso jornais. O matutino "O Tempo", sob a orientação de Ermínio Sacchetta, é outro exemplo de jornal que, lançado na década de 50, não se deve olvidar. Sua paginação obedecia ao clássico estilo britânico. Aboliu as chamadas de notícias importantes na primeira página. Se era notícia importante havia de sair, toda ela, na primeira página, condensada, com o número mínimo de palavras e com clareza e objetividade. As demais, menos importantes, que fôssem para as páginas próprias, internas. Aboliu também os inter-títulos e, na separação de blocos, apenas uma palavra, rigorosamente uma palavra, alusiva ao bloco. Sua linguagem era clara, enxuta e objetiva; era uma linguagem espartana e não ateniense.

Mas a Paulicéia, já começando a ficar desvairada - segundo Mário de Andrade - viu ainda aparecer o "Jornal de São Paulo", sob a direção de Guilherme de Almeida e, também, o "Tablóide", um jornal quase todo feito por jornalistas que também tinham atividade nas emissoras de rádio e que foi uma agradável experiência. Desapareceu quando, curiosamente, sua circulação aumentava significativamente. Seus proprietários, todavia, não tiveram fôlego financeiro suficiente para mantê-lo vivo.

Houve um jornal político-humorístico de grande circulação na capital paulista, alí pelas décadas de 40 e 50. Chamava-se "O Governador". Sua crítica aos políticos era, toda ela, vazada em termos humorísticos e as suas edições (às quintas-feiras) eram esperadas com avidez pelos seus numerosos leitores. A página mais lida - segundo levantamento feito à época - era a do Sarravulho, que o humorista Zé Fidélis (integrante do elenco artístico da rádio Record) fazia humor através do linguajar do lusitano típico, morador de São Paulo.

Assinale-se o aparecimento, um pouco mais tarde, do "Jornal da Tarde"(1966), sob à direção de Rui Mesquita, de história vitoriosa, mas cheia de percalços em virtude do período político conturbado por que passou o País entre 1964 e 1974 em que a censura pintava e bordava nas redações. O "Jornal da Tarde" é o irmão mais novo de "O Estado de S. Paulo".

Vamos nos abster de fazer alusão a um tipo de imprensa que não pratica o jornalismo, objetivando outras metas, de caráter menor, comercial, composta de publicações como "Shopping News", "City News", "Metro News", "Primeira mão" e outras, meras captadoras de publicidade e comumente distribuídas graciosamente aos interessados (ou até mesmo aos não interessados), publicações essas alcunhadas de "prestadoras de serviço", conforme o jargão mercadológico. Não são jornais, na decodificação legítima do termo. Não praticam jornalismo no exato sentido do termo.

Não vamos nos referir, igualmente, aos jornais de bairro, que são numerosos, a grande maioria ainda precários e que, propriamente dito, igualmente exercita um jornalismo restrito, estreito, defasado, quando o pratica. Deixamos de lado, também, os jornais de empresa, pelos mesmos motivos.

Contudo, é de lembrar que São Paulo teve, anteriormente, além da sua imprensa humorística, o seu periodismo escrito em muitos idiomas, destinado às colônias estrangeiras, mas de circulação limitada. Teve, também, a sua chamada "imprensa negra", isto é, jornais destinados à comunidade de etnia negra. Possuiu a Paulicéia, até, a sua imprensa pornográfica e a maçônica, bem assim a dirigida a outras tendências religiosas e filosóficas. Como ainda hoje, quando circulam jornais destinados aos idosos, aos "gays" e às lésbicas...

Os jornais em língua estrangeira em maior número e em circulação eram - e são ainda - os redigidos em italiano e em japonês. Época houve que a leitura, por exemplo, do "Fanfulla", pelos italianos de São Paulo, constituia uma religião, enquanto que os japoneses e os alemães não perdiam uma edição do "Nipak-Shimbun" e do "Deutsche Zeitung", respectivamente. Mas os árabes e judeus, por sua vez, tinham - e têm - a sua imprensa em São Paulo, representados pelo "O Almanara" e pelo "O Hebreu", assim como outras colônias editam os seus jornais, dando notícias de seus respectivos países.

Os pasquins, por sua vez, não se fazem credores de referência, eis que embora façam parte da imprensa, não praticam o jornalismo em sua legitimidade. Faziam - e fazem - picaretagens. Eram - e são - publicações a que os historiadores da comunicação denominam de imprensa-revolver. Não têm, assim, nenhuma significação na história da cultura paulista. Talvez, sim, na história policial da cidade.

Quanto à denominada imprensa negra, é de justiça fazer-se menção a jornais como "O Clarim da Alvorada", "Cultura", "A Rua", "Xauter", "O Menelin", surgidos a partir de 1915. "O Clarim da Alvorada", de Jaime de Aguiar e José Correia Leite, apareceu em 1924 com o objetivo "de divulgar obras literárias de artistas negros e de mostrar que o negro podia e tinha capacidade de elevar-se de suas origens humildes para participar integralmente do desenvolvimento da sociedade", segundo artigo de apresentação de Jaime Aguiar. Mas outros jornais destinados aos negros surgiram: "A voz da raça", de Raul Amaral; "Novo Horizonte", de Ovídio Pereira dos Santos; "Senzala", "Mundo Novo" e "Cruzada Cultural", este último especialmente destiando a preparar novos jornalistas negros. E preparou. Um deles - vindo da Bahia - foi, até notável: Fernando Góes, que ocupou altos cargos em vários jornais paulistanos e acabou sendo apontado como "Principe dos Cronistas de S. Paulo" e eleito membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Paulista de História, além de integrante do Instituto Histórico de Geográfico de São Paulo.

Merecem ter seus nomes declinados os homens que fizeram a imprensa negra em São Paulo: José Correia Leite, Jaime Aguiar, Henrique Cunha, Francisco Lucrécio, Geraldo Campos, Aristides Barbosa e Oswaldo Camargo, entre outros, naturalmente, cujos nomes nos escapam. A atuação de José do Patrocínio, jornalista e farmacêutico, e de Luiz Gama, por sua vez, não pode ser olvidada.

E quanto à imprensa pornô? Fazemos alusão a ela simplesmente pela curiosidade do nome de um desses jornalécos destinados a explorar a pornografia gráfica. Esse jornal, que não tinha "expediente" para se saber quem era o seu responsável ou em que oficina era impresso, intitulava-se - pasmem! - "O Pensador". Pois é: "O Pensador". Dizem que quem mandava confeccioná-lo era um espertalhão português, botequineiro alí no Brás. Dele se tomou conhecimento por causa de uma página facsimilada existente nos arquivos dos "Diarios Associados" de São Paulo da edição de 31 de Março de 1839, nº 11, precisamente o último número editado. Mas a pornografia nele escrita, grosseira e ingênua, até que, hoje, poderia ser lida sem corar entre alunos seminaristas, acostumados a coisas muito mais pesadas, pelo rádio e televisão.

Mas, além de "O Pensador", houve em São Paulo outros jornalécos pornográficos e eróticos, como "O holofote", "A escova", "O Badalo", "O pau", "O Camaleão", "A Matraca", "O Canudo". Mais recentemente, em 1959, eram editadas revistas como "Código Secreto", "Indiscreta" e "Ronda da Noite", mas autoridades judiciárias e policiais, observando não se tratar de jornalismo mas, primariamente, de mera exploração da pornografia, proibiu-lhes a circulação.

O jornalismo esportivo, um filão inesgotável de atração para a venda avulsa dos jornais, contou com alguns jornais, todos eles, contudo - curiosamente - de vida curta, como "O Esporte", já mencionado anteriormente, o "Jornal dos Esportes" e, afinal, "A Gazeta Esportiva", filhote do inesquecível "A Gazeta", de Casper Líbero, que resistiu ao tempo e às crises da empresa à qual pertence e sua tiragem continua alta, aumentando, sempre, a sua carteira de publicidade. Tem tentado, como filha, reviver a velha mãe, "A Gazeta", por meio de um encarte, até porque a fim de manter, juridicamente, a propriedade do tradicional título do jornal.

A exemplo de Nova York, que reduziu acentuadamente o número de jornais que alí circulavam, São Paulo também sofreu desativação de grande número de seus jornais. As crescentes exigências de investimento na indústria da comunicação, ou da informação, ou cultural, como querem alguns pernósticos, levaram as empresas jornalísticas sem grandes capitais a desaparecerem. Jornais de expressão como o "Diário de São Paulo", de grande aceitação no interior paulista; "Diário da Noite", "A Gazeta" e outros fecharam, melancolicamente, as suas portas. Sobreviveram "O Estado de São Paulo", que edita também, o "Jornal da Tarde", do Grupo "O ESP"; a "Folha de São Paulo" e a "Folha da Noite", do Grupo "Folhas", bem assim, do mesmo grupo, "Notícias Populares" que foi, durante muito tempo, ao lado do "Diário da Noite", o vespertino de maior circulação em São Paulo. Fundado pelo cidadão romeno Jean Mellé, o "Notícias Populares", em pouco tempo, firmou-se como jornal típico da chamada imprensa marrom e encontrou pronta receptividade junto às classes menos favorecidas da metrópole e de leitura obrigatória entre marginais e policiais de todo tipo. Nele notabilizou-se o jornalista Ramão Gomes Portão

(também poeta de rara sensibilidade) que soube dar às notícias e à crônica de caráter policial novas dimensões, capazes de polarizar as atenções gerais pelo colorido poético e envolvente que a elas imprimia.

Sobreviveu ainda o velho "Diário Popular", entregando-se às pressões de modernização da impresa escrita e abdicando da sua tradicional orientação, imposta pelos antigos proprietários. É dos tradicionais jornais paulistanos de considerável venda avulsa.

"A Gazeta Esportiva", por sua vez, resistiu também às dificuldades e continua de circulação excelente junto a esportistas, enquanto jornais voltados ao campo da economia, como o "DCI" (Diário do Comércio e Indústria) e a "Gazeta Mercantil" prosseguem informando os seus leitores.

Quanto às revistas editadas na capital paulista e que obtiveram sucesso público, é de se destacar, "Inteligência" e "Saúde", editadas pelo jornalista e escritor Mário Graciotti; "Hoje", editada pelo jornalista e radialista Octavio Mendes Cajado, prestigioso tradutor literário, publicação essa que, em virtude da anterioridade e dedicada à seleção de artigos publicados na imprensa mundial (antes de aparecer por aqui a "Seleções de Rider's Digest"), não deve ser confundida com o jornal político do mesmo nome, aparecido depois, editado no Rio de Janeiro; e "Realidade", um grande sucesso editorial da Editora Abril, mas que teve vida efêmera. De mencionar, pelo seu significado histórico, a "Claxon", na qual escreviam os integrantes da Semana de Arte Moderna, da qual era porta-vóz; e a "Ilustração Paulista", especializada nos acontecimentos de São Paulo, fartamente ilustrada. Evidentemente, outras publicações do gênero editaram-se na Capital, mas tiveram significação de pouco alcance e, por isso, logo desapareceram. "A Cigarra" e "O Cruzeiro", que inicialmente eram editadas em São Paulo, foram transferidas para o Rio de Janeiro, mas também tiveram suas edições suspensas após terem batido recórdes de circulação no Brasil e no exterior. Hoje editam-se em São Paulo "Veja", "Elle", "Exame" e "Placar", êxitos editoriais da Abril; "Isto é" e "Vogue", da Editora Três; e "Visão", entre outras, de leitura dirigida a setores específicos, todas elas de estimulante circulação nacional.

Seria imperdoável se não mencionássemos a "Paulistânia", tradicional revista do Clube Piratininga, pelos excelentes trabalhos que costuma publicar sobre a História e as coisas de São Paulo.

A imprensa de São Paulo é dotada, também, de numerosas revistas infantis, em quadrinhos e de humor; de horóscopos, de modas, beleza, de agricultura, cinofilia, avicultura, pecuária, medicina, direito, culinária, pescaria, mobiliário, fotonovelas e de noticiário e fofocas de rádio e TV, além de programações específicas desses setores e de cinema e teatro. Isto, além de revistas técnicas de todo o tipo e variedade. Mas é uma imprensa que, verdadeiramente, não pratica o jornalismo, como tal. Conseqüentemente, sobre ela vale apenas o devido registro.

É imperioso lembrar, igualmente - pela importância do jornal - a criação do "Diário Oficial do Estado", órgão oficial do governo paulista, pelo decreto nº 162-A, de 24 de abril de 1891. A comissão encarregada de sua organização compunha-se de João José de Araújo, diretor do jornal "Federação", Hipólito Silva e Elverídio Cunha Leal, este como auxiliar e, depois, gerente das oficinas. O próprio João José de Araújo foi o seu primeiro direitor, que exerceu as funções até dezembro do mesmo ano, quando foi substituído por Horácio de Carvalho. Constituindo-se atualmente numa fundação gráfica, o Diário Oficial do Estado edita, também, além de livros e revistas de encomenda, o "D.O. Leitura", jornal cultural de alto nível.

Cumpre, finalmente, que se faça registro muito especial de uma publicação da imprensa paulistana dada a sua importância na História cultural de São Paulo. Trata-se da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, publicação quase centenária, pois o seu primeiro número saiu em 1895. Verdadeira enciclopédia de História e de Cultura, para ela escreveram (e escrevem) as maiores e mais destacadas figuras da intelectualidade paulista, realçando sempre personalidades, fatos, fastos e tradições da vida paulista e paulistana. É valioso patrimônio da vida cultural de São Paulo pelo alto nível com que sempre foi preparada.

Mas é preciso lembrar - ainda que um tanto melancolicamente - que as tiragens dos jornais paulistanos, juntando os vários grupos, ainda são muito baixas, como aliás acontece em outros pontos do País. Basta dizer que tanto "O Estado de S. Paulo" como a "Folha de S. Paulo", num "tour de force", mal chegam à casa do meio milhão de exemplares diários (1994). Se juntarmos as tiragens de todos os jornais paulistanos e de todos os jornais do Rio (e talvez de todo o País), a soma não atingiria a tiragem diária de um só jornal japonês, o "Asahi Shibum", de Tóquio, que alcança 12 milhões de exemplares diários. Às vezes mais.

Contudo, se compararmos o padrão gráfico e redacional dos jornais paulistanos (e brasileiros, em geral) ele é comparável (não raro até superior) aos dos jornais dos maiores centros jornalísticos do mundo, como são Washington, Nova York, Londres, Paris e Roma. Pena que a tendência (a exemplo do que ocorre também naqueles centros jornalísticos), em virtude da orientação da indústria da comunicação, é enveredarem para o cipoal espinhoso, nefasto e perigoso da manipulação anti-jornalística da notícia para tansformá-la no espetáculo hiper-real, como advertem, preocupados, os estudiosos e defensores do jornalismo como ideal, como sacerdócio, ético, como defesa do homem contra o homem.

Mas essa é outra história.

CAMPINAS E A REPÚBLICA

Odilon Nogueira de Matos

Em dezembro de 1870, fundou-se no Rio de Janeiro o Partido Republicano, atirando-se às lutas políticas por meio de um manifesto publicado no primeiro número do jornal "A República", do dia 3 daquele mês e ano. Documento importante de nossa história, embora discutido e criticado em muitos dos seus aspectos, teve, contudo, o mérito de fazer iniciar intensa propaganda do novo regime, que se estendeu por quase vinte anos, ou seja até a proclamação da República, em novembro de 1889.

Qualquer que seja nossa maneira de pensar com relação ao Manifesto de 1870, não podemos deixar de considerá-lo ponto de partida de uma propaganda sistemática dos ideais republicamos. O tempo que decorreu entre a fundação do Partido Republicano e a proclamação do novo regime é de muita importância e significação. Nele atuaram aqueles que costumamos denominar de "republicanos históricos", ainda hoje - e com razão - os mais lembrados de todos os nomes da República: Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, Quintino Bocaiúva, Rangel Pestana, Prudente de Morais, Campos Sales, Francisco Glicério, Alberto Sales, Silva Jardim, Lopes Trovão, Bernardino de Campos, Américo de Campos, entre outros, todos nomes evocados com freqüência em placas de ruas e até em nomes de cidades.

Não houve ano, nesse período, em que os republicanos não se reunissem nos mais diversos lugares do país e de quase todas essas reuniões resultaram documentos significativos (manifestos, proclamações, moções, não importa o nome), que constituem páginas importantes para uma história documental da República.

É importante observar, pela leitura desses documentos, o quanto os republicanos vão, ano após ano, avançando em suas proposições, em seus pontos de vista e em seu próprio programa, com relação ao manifesto inicial de 1870. Há uma certa tendência entre alguns historiadores para mal-julgar o manifesto de 3 de dezembro de 1870, considerando-o vazio, sem definição ideológica e sem abordar problemas essenciais para a vida brasileira, cuidando apenas do aspecto político e não levando em conta nada dos aspectos sociais e econômicos, palpitantes naquela segunda metade do século XIX. Não se pode, entretanto, esquecer a conjuntura do tempo. Não adianta evocar que, na época, fazia já mais de vinte anos que fôra divulgado o "Manifesto comunista", ou que numerosos países da Europa Ocidental estavam às voltas com movimentos

sociais da mais variada natureza. É preciso considerar se havia no Brasil clima para que tais movimentos aqui repercutissem e pudessem constituir bandeira para quaisquer agremiações partidárias. É aqui onde entra o que se poderia chamar a "cautela" dos republicanos. Não estavam eles, à época, seguros da receptividade de suas idéias e nem poderiam prescindir do apoio da classe agrária, que, afinal, era a que dispunha de poder. Daí a preocupação ou cautela em não desagradá-la, não fazendo bandeira de nada que pudesse contrariar seus interesses, como, por exemplo, o caso da propriedade e da escravidão. Principalmente esta, assunto vital para o país, e que, de fato, nem vem mencionado no Manifesto de 1870.

Mas, à medida que a propaganda se desenvolve, à medida que a receptividade às suas idéias vai se tornando mais sensível, também o tom dos republicanos vai se alterando. Convém comparar o Manifesto de 1870 com os da década seguinte. Eis porque devemos considerar o Manifesto de 1870 como um ponto-de-partida e não como um ponto-de-chegada. Apreciemo-lo pelo que ele contém e não pelo que nós, de hoje, gostaríamos que ele contivesse.

Por outro lado, a República não representou nenhuma ruptura com o passado monárquico, tal como, setenta anos antes, a Independência não representara uma ruptura total com o passado colonial. O Império, instituído em 1822 e institucionalizado em 1824, conservou muito do espírito e dos vícios do sistema colonial, tal como a República, implantada em 1889 e institucionalizada em 1891, conservou praticamente todos os vícios do sistema monárquico que os propagandistas tanto criticavam.

Ocorreu, ainda, curioso paradoxo: os republicanos que levaram vinte anos fazendo a propaganda da República, através de todos os meios disponíveis: congressos, convenções, jornais, livros, clubes, comícios, manifestos, etc., não chegaram sequer a proclamá-la. A proclamação resultou, como é sabido, de um golpe militar, talvez a única coisa não desejada pelos propagandistas. E praticamente nenhum deles aparece no ato da proclamação. Aparecem, isto sim, na organização do novo regime, tão logo o chefe do governo provisório constituiu seu ministério e, depois, obviamente, na institucionalização do sistema, com a Assembléia Constituinte da qual resultou a Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Mas, sem desprezar a experiência dos velhos estadistas imperiais. Não nos esqueçamos de que dois eminentes conselheiros da monarquia, Rodrigues Alves e Afonso Pena, ocuparam a presidência da República.

Obviamente, a República trouxe numerosas modificações com relação ao sistema monárquico: a forma federativa de governo com a transformação das antigas "províncias" em estados, com o nome de Estados Unidos do Brasil, denominação que vigorou até há bem pouco tempo, pois foi só em virtude da Constituição de 1967 que o país teve seu nome alterado para "República Federativa do Brasil"; a determinação de cada Estado ter sua constituição; a ampliação do colégio eleitoral e, conseqüentemente, a ampliação das possibilidades eleitorais; a separação da Igreja e do Estado; o registro civil; o serviço militar obrigatório; a pluralidade de partidos; o sufrágio universal; a elegibilidade dos governos estaduais, a ampliação dos órgãos de representação

como os senados estaduais, embora esta medida tivesse pouca receptividade, pois apenas dez dos vinte um estados julgaram necessária a sua criação. É bom que se considere, contudo, que nenhuma dessas "novidades" introduzidas pela República logo no seu início, é de origem explicitamente republicana. Todas elas já haviam sido pensadas em diferentes ocasiões durante o Império.

A exceção brasileira na América, pois o Brasil fôra a única nação de todo o continente americano a adotar a monarquia como forma de governo, constituía um "caputis diminutio", freqüentemente martelado pelos propagandistas, especialmente quando estabeleciam comparação com os Estados Unidos. Isto acabou se tornando não diríamos o único, mas um dos poucos pontos fracos da propaganda republicana: o excessivo apego à mística da República, o acreditar que todos os grandes problemas do Brasil seriam resolvidos simplesmente com a mudança do regime, com a substituição de um imperador vitalício por um presidente temporário. Isto, que se nos afigura, de certa forma, um traço de ingenuidade, dominou a mentalidade de quase todos os homens da propaganda. A ela não escapou nem um Quintino Bocaiúva, o maior jornalista brasileiro da época, que atribuía o grande desenvolvimento econômico e cultural dos Estados Unidos apenas ao fato de ser ele república e não monarquia. Mas, tivesse o grande propagandista olhado para os outros países americanos, e talvez seu entusiasmo não fosse tão grande. Todos os países americanos, exceto o Brasil, eram repúblicas, mas quase todas, do México à Argentina, dominadas durante boa parte do século XIX pelo mais exacerbado caudilhismo, que é negação completa do espírito republicano. Foi certamente a consciência disto que levou o presidente da Venezuela, o grande constitucionalista Rojas Paul, a exclamar assim que lhe contaram da proclamação da república no Brasil: "Acabou-se a única República da América : o Império do Brasil".

Ocorrência, para nós, profundamente significativa na história da propaganda republicana, como na campanha abolicionista - dois episódios que muito têm em comum -, é a participação das cidades do interior no desenrolar dos acontecimentos. Localidades até então de pouca ou mesmo de nenhuma presença na história do país, tornam-se centros de movimentos importantes, com a realização de congressos, convenções (ou que outro nome tenham), a fundação de associações ou clubes de natureza política e cultural, fundados especialmente para a propaganda republicana, ou de uma imprensa denodada e de grande atuação nos quadros do jornalismo brasileiro. Ainda está por ser feito um levantamento, com o devido significado dessa participação interiorana na propaganda republicana, no período que se estende da fundação do Partido, em 1870, até a proclamação do regime, em fins de 1889, e mesmo depois, na consolidação, um tanto demorada, sem dúvida, da instituição republicana. Nenhuma cidade de certa importância deixou de ter seu clube ou sua imprensa republicana. Muitos desses clubes, perdendo sua função com a proclamação da República, transformaram-se em clubes recreativos e nesta qualidade vários deles existem até hoje. Lembraríamos, apenas para exemplo, o velho Clube "Venâncio Aires", de Itapetininga.

Mais ainda: duas cidades do interior - e por sinal que do interior paulista - receberam cognomes vinculados à República, o que não ocorreu com nenhuma capital do país. Uma, Itu, foi denominada "berço da República". Outra, Campinas, mereceu o cognome de "Meca da República". Dois nomes significativos, que, certamente, não foram dados sem razão. Duas cidades de muita participação na vida política da província, talvez mais ainda Itu que Campinas, pois é pelo menos um século mais velha. E quanta gente dessas cidades - e tornamos a dizer mais ainda de Itu que de Campinas - teve intensa atuação na vida da província e do Império. Nosso preclaro confrade Roberto Machado Carvalho tem a todo instante mostrado nas páginas de jornais ituanos, da revista de nosso Instituto ou de outras publicações, essa presença ituana na vida brasileira. Apenas não entendemos bem - e nosso prezado colega não vai ficar zangado conosco - porque Itu foi denominada "berço da República" e nem sabemos mesmo como surgiu esse cognome e a quem é ele devido. Se a República teve um berço, quer nos parecer ter sido ele o Rio de Janeiro. Foi lá que se fundou o Partido Republicano, de lá foi que partiu o primeiro manifesto republicano e, afinal, lá é que foi proclamada a República... É certo que Itu foi sede de uma importante, talvez mesmo a mais importante convenção republicana realizada em terra paulista, mas não nos esquecemos de numerosas outras cidades em todo o país que também sediaram reuniões republicanas. Mas, fiquem tranqüilos nossos caríssimos amigos ituanos (e são tantos...), não vamos pleitear a retirada do epíteto de que tanto se orgulha a "fidelíssima" cidade paulista.

O objetivo, a partir deste ponto de nossa palestra é cuidar de Campinas, sua presença e participação na propaganda e institucionalização do regime republicano.

Diversas circunstâncias fizeram de Campinas, na época da propaganda republicana, a cidade mais importante do interior da província. Econômica e culturalmente. E rivalizando, sob muitos aspectos com a própria capital. Aliás, "capital agrícola da província", chegou a ser denominada em certa época. Situação essa que apenas sofreu declínio da última década do século, quando a cidade foi assolada por terrível epidemia de febre amarela.

A inauguração da estrada de ferro em 1872, pondo-a em contato com a capital, representa um marco na história de Campinas. E pouco depois, a fundação, na própria cidade, de outra importante ferrovia, que alcançou o Triângulo Mineiro e, ao longo de seu extensíssimo tronco, lançou diversos ramais que penetraram em território mineiro, fez capturar para a economia paulista extensas áreas do sul de Minas e do próprio Triângulo. Mais que a capital, Campinas beneficiou-se da situação que lhe propiciou esse entroncamento ferroviário que fez atrair para a cidade, para o seu comércio, indústria, suas escolas, seus hospitais, numerosas pessoas que normalmente se dirigiriam para a capital. Já se disse, com certa propriedade, que Campinas foi sempre a verdadeira capital do sul de Minas...

A presença de suas colônias estrangeiras, notadamente a italiana e a alemã, marcou fundamentalmente a vida da cidade. Não nos esqueçamos de que Campinas, embora tenha sido um dos maiores centros de concentração

escrava do Brasil, foi também o local onde se realizaram algumas das primeiras experiências com o trabalho livre na província de São Paulo, com o empreendimento do Visconde de Indaiatuba na sua fazenda "Sete Quedas", pela mesma época em que o Senador Vergueiro realizava tarefa semelhante em "Ibicaba", município de Limeira. Vale a pena ler as descrições das fazendas de Campinas dessa época, deixadas por alguns viajantes estrangeiros que visitaram a cidade na segunda metade do século XIX, depoimentos que podem ser lidos diretamente em seus livros ou, criteriosamente respingados pela nossa colega Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, em excelente capítulo constante de nosso pequeno livro Um pouco da História de Campinas.

Convém lembrar, a propósito, que as "cartas de Campinas", do futuro Visconde de Taunay, que tivemos oportunidade de divulgar em o último número de "Notícia Bibliográfica e Histórica" - e que foram também analisadas pela citada historiadora campineira em recente comunicação a uma reunião efetuada na capital baiana -, revelam, já em 1875, a existência na pequenina Campinas de então, de uma sociedade bastante requintada, que causou admiração ao jovem expedicionário do Rio de Janeiro. E a nobreza campineira, com seus vinte titulares, já muito bem estudada por Theodoro de Souza Campos Júnior e Lycurgo de Castro Santos Filho, dava uma nota especial à cidade, realçando-a ainda mais nos quadros da província de São Paulo. Mereceu a cidade, por quatro vezes, a visita do Imperador D. Pedro II, o que não ocorreu com nenhuma outra cidade brasileira, a não ser naturalmente Petrópolis, que era sua residência de verão. Nem sei bem porque estamos a falar de Campinas na segunda metade de século XIX, na presença de Celso Maria de Mello Pupo, o grande historiador da cidade. Seria mais útil aconselharmos a leitura de seu insubstituível livro Campinas, um município do Império.

Apesar de todo esse requinte imperial, tornou-se Campinas uma cidade empolgada pelos ideais republicanos, pois já em 1872, menos de dois anos após a fundação do Partido Republicano, inaugurava-se aí um dos primeiros clubes republicanos do Brasil.

Muitos dos grandes propagandistas viviam em Campinas, aí exercendo diversas atividades no jornalismo, no magistério, na advocacia. Alguns deles, e dos maiores, eram campineiros de nascimento, como Francisco Glicério, os irmãos Sales (Campos Sales e Alberto Sales), Francisco Quirino dos Santos, o conhecido "Doutor Quirino", jornalista e poeta, convencional de Itu em 1873 e figura de muita projeção na época, como o demonstra o fato de seu nome ter sido lembrado para patrono de uma das cadeiras da Academia Paulista de Letras, quando de sua fundação, em 1909. Cadeira ocupada primeiramente por Carlos Ferreira, um dos muitos não-campineiros de intensa participação na vida da cidade, e sucessivamente por Aristeu Seixas, César Salgado e desde 1979, por Geraldo Vidigal.

Campinas foi das primeiras cidades do país a ter um clube republicano e até imprensa, com a "Gazeta de Campinas", do Doutor Quirino, há pouco mencionado. Isto fez valer para a cidade do cognome de "Meca da República", expressão criada não por algum campineiro bairrista, mas por Quintino Bocaiúva,

jornalista ilustre do Rio de Janeiro, quando, em conferência proferida em Campinas em 1886, assim se expressou: "Assim como os maometanos tinham o costume de fazer uma peregrinação a Meca para pedir inspiração a seu profeta, assim também deveriam os republicanos vir a Campinas, não para pedir inspiração aos seus correligionários, mas para ver como germina e como desenvolve-se aqui, graças a um trabalho incessante, a doutrina que ainda há de ser a salvação de nossa pátria".

Leopoldo Amaral, uma das grandes figuras da imprensa campineira, em crônica publicada em "O Estado de S. Paulo", jornal de que era correspondente em Campinas, refere-se não apenas ao Clube Republicano, fundado em 1872 (um dos primeiros do Brasil, conforme assinalamos), mas também ao que ele denomina "Ninho da República", e que não era senão um estabelecimento comercial, a "Casa do Eloy", pertencente a Eloy de Cerqueira Leite, irmão de Francisco Glicério. Esse estabelecimento, localizado à praça atualmente denominada Bento Quirino (local histórico, pois foi onde nasceu Campinas), era um ponto de reunião de republicanos e a ele compareciam nomes que os campineiros conhecem das vias públicas da cidade: Morais Sales, Delfino Cintra, Antônio Pompeu, Doutor Quirino, Jorge Tibiriçá, Bento Quirino, Francisco Glicério, Coronel Silva Teles, Antônio Álvaro, Tomás Alves, José Paulino, Sampaio Ferraz, Alberto Sales, Júlio Mesquita.

Das grandes figuras republicanas de Campinas, três tiveram atuação mais destacada - Francisco Glicério, Campos Sales e seu irmão Alberto Sales. Os dois primeiros são homenageados nas duas mais importantes avenidas da parte central da cidade, sendo que Campos Sales fez jús a um belo monumento inaugurado em 1934, localizado inicialmente numa das praças centrais da cidade, mas transferido, por necessidades urbanísticas, para o início da avenida que tem o seu nome. Campos Sales foi um dos três primeiros deputados eleitos para a Câmara Imperial pelo Partido Republicano, sendo os outros dois o ituano Prudente de Morais e o mineiro Álvaro Botelho. Eleito presidente do Estado de São Paulo para o quatriênio 1894-1898, governou apenas pela metade em virtude de ter sido eleito para a presidência da República no período de 1898 a 1902. Sua atuação à frente do governo do país já mereceu julgamento definitivo por parte de todos os que estudaram o início da República, sem necessidade, portanto, de tratar novamente do assunto neste momento. Lembraremos, apenas, dois fatos que assinalaram fundamentalmente sua administração: a restauração das finanças e a chamada "política dos governadores", que ditou normas para o comportamento político durante quase toda a Primeira República. Terminado seu período de governo, retirou-se da política até 1910, quando se viu eleito para o Senado Federal, posto em que o colheu a morte, em Santos, a 28 de junho de 1913. Mais homem de ação que de pensamento (ao contrário de seu irmão Alberto Sales), deixou, contudo, um livro fundamental para a história da República do Brasil, Da propaganda à presidência, publicado em 1908. Muito já se escreveu sobre Campos Sales. No passado, Antônio Joaquim Ribas, Alcindo Guanabara e Tobias Monteiro (que o acompanhou à Europa) e, mais recentemente, Raimundo Menezes, Hélio Silva e Célio Debes, este, produzindo

sobre o grande campineiro obra por assim dizer definitiva.

Alberto Sales (1857-1904), embora exercendo também mandato político como deputado federal foi mais homem de pensamento, como jornalista e escritor. Militou na imprensa em Campinas e em São Paulo, na antiga "A Província de São Paulo" (o "O Estado" de hoje), da qual foi um dos proprietários em sua fase inicial. Dedicou-se ao magistério, lecionando no tradicional Colégio "Culto à Ciência", de Campinas, e na Escola Normal de São Paulo, da qual foi diretor. Além de uma importante obra doutrinária (Política Republicana), pela qual fez jús ao cognome de "ideólogo da República" (que lhe foi dado por um dos autores que dele cuidaram), contribuiu Alberto Sales para a propaganda republicana com um Catecismo Republicano, publicado em São Paulo, em 1885, do qual se fez enorme tiragem, para ampla difusão. Para corresponder ao título, deu-lhe o autor uma forma catequética de perguntas e respostas, como de hábito nos catecismos. "A vulgarização das doutrinas democráticas foi sempre, para mim, uma das mais urgentes necessidades, como um trabalho preliminar indispensável para o advento definitivo do governo republicano neste país", escreveu na introdução. Com este espírito, elaborou seu interessante e curioso catecismo, que Luís Washington Vita, um dos seus biógrafos, teve a feliz idéia de o anexar integralmente ao seu livro, Alberto Sales, o ideólogo da República, publicado em 1965 na conceituada coleção "Brasiliana". Além de Washington Vita, escreveram, também, sobre Alberto Sales, o nosso confrade Paula Leite e o Professor João Ribeiro Júnior, que estudou particularmente sua trajetória intelectual e seu pensamento político.

De Francisco Glicério (1846-1916), pode-se dizer que, sem alcançar o governo do Estado ou do País, foi uma das lideranças mais completas que a República possuiu em sua primeira fase. Integrou o ministério de Deodoro, ocupando a pasta da Agricultura. Campinas o reverencia com seu nome na principal avenida de sua parte central, verdadeira "Wall Street" campineira, pois nela se localiza o grande centro bancário da cidade que é considerada a terceira praça bancária do país, superada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro. Estudou-lhe o pensamento e, mais ainda, a ação, nosso preclaro confrade José Sebastião Witter, atual diretor do Museu Paulista.

As reuniões republicanas de Campinas - para não fugir à regra do que acontecia em outros lugares - realizavam-se sempre entre jantares e outras festividades, iniciando-se e encerrando-se ao som da "Marselhesa", o hino nacional francês. O curioso é que não se tocava o hino nacional brasileiro. Não que fosse proibido, mas durante todo o período imperial ele era muito pouco tocado, ou melhor só era tocado duas ou três vezes ao ano, por exemplo, no dia da Constituição (25 de março), no dia da abertura do parlamento (3 de maio) e no dia da Independência. Ao contrário de hoje, em que ele é tocado para se dar um chute numa bola de futebol. Este francesismo (o uso da "Marselhesa") encontramo-lo também no ato do governo provisório que incluiu o dia 14 de julho (data da Revolução Francesa) entre os feriados nacionais, que ele o foi durante toda a Primeira República, ou seja até 1930, em pé de igualdade com o 7 de setembro, o 15 de novembro, o 21 de abril e o 13 de maio. Há aqui,

evidentemente, uma influência positivista, a mesma que levou a inscrever o "Ordem e Progresso" na bandeira criada pela República.

Nos jantares ou banquetes, os pratos, como de hábito, eram todos designados por nomes franceses, costume que ficou até hoje, nos restaurantes mais sofisticados. Temos um belo exemplo de uma dessas festas republicanas campineiras, registrado pelo jornal "Gazeta de Campinas" do dia 7 de janeiro de 1882. O banquete realizara-se no dia 5. Como de praxe, os pratos do cardápio (ou "menu", para ficar bem à francesa), não só tiveram nomes franceses, como foram dedicados a participantes da festa. Assim, "cornichons" a Cesário Mota; "anchois" a eleitores de Campinas; "croquettes de volailles" a Rangel Pestana; "côtelettes d'agneau" a Quirino dos Santos; "poisson" a Carlos Ferreira; "mayonnaise" a Glicério; "jambon d'York" a Campos Sales; "petit-pois" a Bento Quirino; "artichaux" a Américo Brasiliense... Durante o banquete, sucediam-se os brindes. Brindava-se a todo mundo, pessoas, jornais, eleitores, lavoura, comércio, indústria, países (notadamente a França, a única nação da Europa que havia proclamado a república depois de mais de mil anos de regime monárquico), aos países americanos (todos repúblicas) e a Portugal, pois neste país havia, também, uma forte propaganda republicana. Só que lá, a República demorou bem mais para ser proclamada, o que só ocorreu em 1910.

Pedimos licença para ler a descrição dessa festa feita por Alberto Sales:

"O anunciado banquete republicano, realizado no dia 5 do corrente, nesta cidade, em o teatro São Carlos, assumiu todas as proporções de um verdadeiro acontecimento.

Festa essencialmente democrática e de grande significação, não podia deixar de despertar o maior interesse e o mais notável entusiasmo em quase toda a população, e não só nesta cidade como entre o grande número de republicanos de toda a província.

De São Paulo, do Amparo, da Limeira, do Rio Claro, das Araras, de muitas outras localidades chegaram durante o dia os numerosos convidados, figurando entre eles distintas famílias, jornalistas, importantes lavradores, chefes do partido e cidadãos que por seu amor à grande causa democrática, hão prestado os mais relevantes serviços aos seus municípios.

Um movimento desconhecido notou-se na cidade desde o começo do dia, aumentando consideravelmente à tarde, com a chegada dos últimos trens dos diversos pontos.

Era patente o interesse que o povo tomava pela manifestação esplêndida que projetara o avultado corpo eleitoral republicano em honra aos seus deputados provinciais, cujo patriotismo, cuja ilustração o país inteiro reconhece e acata.

Em honra, pois, aos ilustres representantes da província e das idéias mais adiantadas do século, os srs. drs. Campos Sales, Prudente de Morais, Rangel Pestana, Pinheiro Machado, Pisa e Almeida e Martinho Prado Júnior, foi realizado nesta cidade o mais esplêndido e grandioso banquete que esta província tem visto, a festa mais animada, mais entusiástica e mais cheia de harmonia e ordem que a imprensa pode, pela primeira vez, com verdadeiro orgulho, e de uma maneira honrosíssima para Campinas, a cidade de grandioso

futuro, o centro principal do republicanismo brasileiro, na frase incisiva do dr. Martinho Prado Júnior."

Essa frase de Martinho Prado Júnior considerando Campinas o "centro principal do republicanismo brasileiro" nos faz evocar Afrânio Peixoto, quando, no belo discurso com que recebeu a Alcântara Machado na Academia Brasileira de Letras, em maio de 1933, fez esta significativa indagação: "A República, com a propaganda dos Prudentes, dos Campos Sales, dos Glicérios, de tantos mais, não desponta em Campinas, antes de nascer para o resto do Brasil?"

A contribuição campineira à República não se limitou à propaganda. Estendeu-se à fase de implantação e consolidação do novo regime. O ministério do Marechal Deodoro foi constituído de elementos da mais variada procedência: um paraibano, Aristides Lobo; um mineiro, Cesário Alvim; um alagoano, o Marechal Floriano; um baiano, Rui Barbosa; um carioca, o Almirante Wandenkolk; um gaúcho, Demétrio Ribeiro; dois fluminenses, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva; e dois paulistas, Campos Sales e Francisco Glicério, coincidentemente ambos campineiros. E também de Campinas saiu Sampaio Ferraz, primeiro chefe de polícia do Rio de Janeiro, no novo regime. Campos Sales, já o lembramos, ocupou a presidência do Estado de São Paulo e a da República; e Glicério estendeu sua reconhecida liderança até o seu falecimento, em 1916. General honorário do Exército, foi apelidado de "General das 21 Brigadas", em alusão à influência que exercia nos 21 Estados do Brasil...

É natural, pois, que a República esteja presente em Campinas, através de diversas manifestações. Escolhemos uma, por exemplo e também a título de curiosidade: a nomenclatura das vias públicas, assunto que sempre nos interessou, já nos tendo levado a estudá-lo através da história, em todas as épocas e em vários países. Vemos, na nomenclatura de ruas, além de seu aspecto utilitário, que lhe é inerente, também um interesse cultural, especialmente histórico. Os nomes das vias públicas podem servir, quando dados com critério, para a reconstituição de muito da história da cidade. A recente publicação do guia de endereçamento postal, promovido pela Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, registrando os nomes das ruas das mais importantes cidades brasileiras, permitiu-nos uma pesquisa assás interessante. Não há em Campinas nenhuma "Praça da República", a exemplo do que ocorre em centenas de cidades brasileiras. Em compensação, afora São Paulo e Rio de Janeiro, duas cidades imensas, Campinas é a cidade do Brasil que possui o maior número de vias públicas com nomes de figuras da propaganda republicana, num total de quase 50... Isto nos demonstra significativo, embora possa parecer simples curiosidade, para mostrar a vinculação de Campinas com a República.

A CONTRIBUIÇÃO PAULISTA AO COMBATE À REVOLTA NA ARMADA 1893-94 E A GUERRA CIVIL 1893-95

Cláudio Moreira Bento

Em 5 de fevereiro de 1893 estourou a Guerra Civil 1893-95 no Rio Grande do Sul que vem passando à Tradição como Revolução Federalista 1893-95 e hoje chamada de Revolução de Bárbaros, Maldita, da Degola e dos Fuzilamentos pelos padrões de violência inauditos que a caracterizaram e que se estremaram no massacre do Rio Negro, de republicanos, respondido pelo massacre do Boi Preto, de federalistas (1). Sob o estímulo desta guerra estourou em 6 de setembro de 1893 no Rio a Revolta de 1/5 da Armada, nome da época de nossa Marinha de Guerra (2). Os dois movimentos armados com o objetivo comum de depor o presidente da República Mal. Floriano Peixoto envolveram, aterrorizaram e ensangüentaram as regiões Sul e Sudeste do Brasil, a exceção de Minas e Espírito Santo e dividiu profundamente a família da Região Sul entre maragatos e pica paus, razão a explicar, de certa forma, o memoricídio a que foram condenados os dois movimentos, para não reabrir feridas em cicatrização.

A historiografia aborda a Guerra Civil em foco como tendo ocorrido na Região Sul. Não aborda o envolvimento expressivo de São Paulo. Inicialmente para tentar contê-la combinada com a Revolta da Armada no Paraná, na Lapa, em Tijucas e Paranaguá; em seguida, para efetivamente barrar o seu avanço em Itararé e outros pontos da fronteira São Paulo-Paraná e, finalmente, para libertar o Paraná com expressivas forças, em especial paulistas mobilizadas, concentradas e apoiadas logisticamente pelo presidente de São Paulo dr. Bernardino de Campos, da ocupação e domínio por cerca de 100 dias por forças do Governo Provisório que a Revolta estabeleceu em Desterro (3).

A historiografia não destacou o hercúleo esforço de guerra do Estado de São Paulo, sob a liderança de seu presidente, para assegurar a inviolabilidade do porto de Santos, chave de acesso a São Paulo e objetivo inicial de conquista pelo plano inicial da Revolta na Armada (4) para estabelecer na capital paulista

o Governo Provisório do Brasil e, em Santos, a base de operações da Revolta, o que facilitaria por outro lado o reconhecimento da revolta como beligerante. Esforço dispendido também para guarnecer e defender os portos do litoral norte de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, como vias de acesso ao vale do Rio Paraíba, leito da ferrovia Rio-São Paulo, cuja proteção era vital, pois era a única entre as duas capitais em razão do domínio naval pela Revolta. Portos que poderiam servir de apoio aos navios revoltosos, do mesmo modo que os portos de Iguape e Cananéia, além de apoios a ataques naval e terrestre na direção Paranaguá-Santos.

Foi neste contexto de defesa dos portos paulistas que o cruzador República e o cruzador auxiliar Pallas bombardearam, em Santos, em 20 de setembro de 1893, os fortes da Barra e Augusto, pelos quais foram repelidos com algumas baixas para seus defensores do Exército e da Polícia Militar de São Paulo. Ataque repetido na cidade de São Sebastião, em 5 de outubro de 1893, pela torpedeira Marcílio Dias e cruzadores auxiliares Pallas e Iris que haviam se apossado do porto, a partir de base que estabeleceram em Ilha Bela.

De 6 de setembro, início da Revolta da Armada, até 8 de abril de 1894 passagem da Esquadra Legal por Santos, ao comando do almirante Jerônimo Gonçalves para bater remanescentes da Revolta baseados em Santa Catarina e Paraná, Santos e os demais portos paulistas viveram sete meses de angústias, incertezas, desinformação, de boatos alarmantes sob a ameaça de ataques de navios revoltosos desembarcando em suas praias federalistas. Possibilidades centuplicadas, acompanhadas do temor do confronto com tropas federalistas "habilíssimas no uso da lança e adeptas do extermínio dos adversários pela degola", pois em São Paulo havia chegado a vitória dos lanceiros de Gumersindo Saraiva em Cerro do Ouro em 20 de agosto de 1893, onde seus lanceiros mataram em campo aberto de 300 a 400 republicanos, bem como notícia do massacre do Rio Negro, próximo a Bagé, onde foram degolados após se renderem sob a garantia de vida cerca de 300 civis que constituíam a Cavalaria republicana ali presente (5). Assim São Paulo, em seu esforço de guerra, conseguiu evitar tentativas da Revolta em combinação com a Guerra Civil, de utilizarem Santos e os demais portos paulistas, bem como de interferirem na ferrovia São Paulo-Rio com apoio em simpatizantes no Estado com a Revolta e Guerra Civil.

Acreditamos que no ano do centenário daqueles sangrentos eventos fraticidas, seja a primeira vez que é evocada a interpretada a expressiva participação paulista, para a consolidação da República sonhada na Convenção Republicana de Itú.

Para conter o avanço federalista na barreira de Itararé e negar à Revolta na Armada a posse dos portos paulistas e, em especial o de Santos, o enorme esforço de guerra paulista se caracterizou segundo concluímos:

- aquisição de cerca de 7.000 fuzis Mannlicher, com cerca de 6.000.000 de cartuchos na Argentina, através do Ministro Plenipotenciário do Brasil, em

Buenos Aires, Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil e que começaram a dar entrada em Santos em 5 de fevereiro de 1894, seis dias antes da capitulação da Lapa-PR. Armamento e munições fornecidas às forças da Polícia Militar, Exército e Guarda Nacional que formaram o Corpo Expedicionário que defendeu a fronteira São Paulo-Paraná e depois libertou o último.

- fabricação e fornecimento de fardamento, calçados e equipamentos para as tropas do Exército, Guarda Nacional e Polícia Militar em São Paulo.
- aquisição de expressiva quantidade de cavalos e muares para os comboios de abastecimento logístico e para operações, em especial na ligação Tatuí-Itararé e na Caçapava-Paraibuna-Caraguatatuba e na Santos-Cananéia.
- apoio logístico a 8.000 homens do Exército, Polícia Militar, Guarda Nacional e Guarda Cívica que atuaram na defesa do litoral, da fronteira São Paulo-Paraná e que combateram em Tijucas e na Lapa, no Paraná.
- apoio ao fabrico de granadas de artilharia na Fábrica de Santana do Ipanema para a Artilharia que defendeu Santos.
- estímulo à fabricação de pólvora por indústria específica em Perus.
- confecção de Minas elétricas que minaram o canal de acesso ao porto de Santos.

História é verdade e justiça! Estes são um dos objetivos do presente ensaio no ano dos centenários da Revolta na Armada e da Guerra Civil, oportunidade em que são Paulo impediu que a Revolta usasse o porto de Santos como base de operações e os federalistas transpusessem a barreira de Itararé, chave para a conquista de São Paulo (cidade) e, a partir desta, o Rio de Janeiro com a conseqüente deposição de Floriano Peixoto.

Este estudo visa também atender conselho do mal Ferdinand Foch (6):

'Para alimentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar.'

E o estudo militar desta luta interna é rico em meditações e conseqüentes ensinamentos táticos, logísticos e estratégicos aos militares das Forças Armadas do Brasil, como a anterior a Revolução de 1842 e as posteriores Revoluções de 1924, de 1930 e de 1932 que envolveram São Paulo, com incidência em pontos expressivos para a condução de operações militares ou da Geografia Militar Paulista, tais como: cidade de São Paulo; portos de Santos e São Sebastião; cidades de Campinas, Sorocaba e Itararé; Vale do Paraíba (Caçapava, Taubaté, Guaratinguetá e Lorena articulando o litoral com o Vale e a Mantiqueira); cidades da Serra do Mar (Paraibuna, São Luiz e Cunha articulando na serra, o litoral com o Vale do Paraíba). Penso que as lições colhidas na luta interna em foco foram bem aproveitadas pelos revolucionários em 1924 e em 1930 e pelos revolucionários paulistas de 1932. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação!

São Paulo e a Guerra Civil na Região Sul 1893-95

Ao estourar a Guerra Civil no Rio Grande do Sul, São Paulo se solidarizou com o governo daquele Estado. Apoio traduzido na Lei 120, de 15 de março de 1893 votada pela Assembléia Paulista:

'Autoriza o governo de São Paulo a prestar à União os auxílios que forem necessários para manter a integridade da Pátria e as instituições republicanas.'

Lei promulgada no mesmo dia pelo presidente de São Paulo Dr. Bernardino de Campos.

Este apoio, na prática, se traduziu em linhas gerais: doação à União de 2 mil contos de réis para a compra de armas; pagamento das despesas para a defesa do porto de Santos e das decorrentes das movimentações das forças militares em São Paulo e da organização da 1ª Divisão do Corpo de Exército Expedicionário para defender Itararé e depois libertar o Paraná da Revolta e da Guerra Civil. Isto tudo implicou numa despesa estimada de 8 mil contos de réis, dos quais a União ficou devendo 6 mil contos, afora a doação de 2 mil contos. Em contrapartida a União cedeu a São Paulo por ocasião da revolta do almirante e senador Wandenkolk:

- apresentamento da fortaleza da Barra de Santos e cessão de uma Bateria do 2º Regimento de Artilharia do Rio e, também do Rio, um contingente do 22º Batalhão de Infantaria transformado em 1938 no 3º Regimento de Infantaria. Estas providências visavam melhor defender Santos que só dispunha do 3º Batalhão da Polícia Militar. A capital dispunha do 10º Regimento de Cavalaria Ligeira que em 1938 era o 6º RC de Alegrete, após aquartelar em Sorocaba de 1994-1908.

Santos e a Revolta da Armada

Ao estourar a Revolta na Armada em 6 de setembro Santos possuía os meios de defesa acima descritos. E Santos era o objetivo de conquista do Plano da Revolta como sua base de operações e a serviço de seu Governo Provisório a ser instalado na cidade de São Paulo (7), possibilidade comunicada em 8 de setembro ao presidente de São Paulo pelo presidente da República.

Dia 6 de setembro o presidente da República telegrafou ao Presidente de São Paulo comunicando-lhe o início da revolta e assinalou:

'Previno-vos, recomendando atividade e prudência. Olhai a cidade de Santos.' (8)

O presidente de São Paulo, em resposta, telegrafou nestes termos, protestando apoio e solidariedade ao presidente Floriano Peixoto, termos que foram mantidos até o final da Revolta e da Guerra Civil:

'Dou e darei todo o apoio a vossa autoridade porque sois o poder legítimo. Confiai em minha lealdade. Bernardino de Campos. (9)

A defesa do porto de Santos

Constando do plano de Revolta e do alerta do presidente da República ser o porto de Santos objetivo principal de conquista da Revolta na Armada, para torná-lo sua base de operações contra o governo do Rio, foram tomadas providências urgentíssimas para manter Santos em condições de resistir a ataques da Revolta. Isto talvez tivesse mais viabilidade se o almirante Saldanha da Gama não tivesse mantido neutralidade e controlando importantes efetivos com que a Revolta pudesse desembarcar em Santos e conquistá-la e a seguir São Paulo como sede do Governo Provisório.

Em 9 de setembro o presidente da República informou ao presidente de São Paulo que não poderia destinar à defesa de Santos mais tropas do Exército pois toda ela estava empenhada no combate a Revolta no Rio e a Guerra Civil no Rio Grande do Sul. Como medidas de defesa urgentes registre-se:

- transferência para Santos do comando do 4º Distrito Militar (atual 2ª RM) sediado em São Paulo ao comando do cel. José Jardim;
- recolhimento urgente de Santos para São Paulo de 10 mil ton. de carvão que poderiam servir aos revoltosos;
- recolhimento de todo o numerário das repartições federais e estaduais de Santos para São Paulo;
- estruturação da defesa de Santos, sob a liderança do presidente Bernardino de Campos, obedecendo ao seguinte esquema:
  - comandante do 4º Distrito Militar - cel. José Jardim
  - comandante da Polícia Militar de São Paulo - cel. PM Inocêncio Ferraz
  - comandante da Praça de Santos - Dr. Theodoro de Carvalho - Chefe Polícia.
- organização da defesa de Santos em 3 linhas ao longo da praia:
  - 1ª Linha: Paquetá-Ponta da Praia - comandante: ten. cel. A. Pinto Paca
  - 2ª Linha: Ponta da Praia-Praia José Menino - comandante: cel. Xavier Baptista
  - 3ª Linha: José Menino-São Vicente - comandante: cel. J. S. Torres Homem.
- obstrução do canal de acesso ao porto, com pontões, guardadas as margens do canal pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo, transformado em Infantaria, e ao comando do ten. cel. do Exército José Carlos da Silva Telles que vem sendo confundido com o tio Carlos Telles, herói da resistência ao cerco de Bagé que ocorreria três meses mais tarde.
- concentrar nas três linhas de defesa de Santos: em Ponta da Praia, Conceiçãozinha, Outerinho e Alto da Serra contingentes da Polícia Militar de São Paulo do 3º (Santos), 2º (Jundiaí) e contingente do 5º (São Paulo).
- reforçar a fortaleza da Barra de Santos, a cargo do Exército, com contingentes do 22 BI (Rio) e 20 BI (Goiás) do Exército.
- destinar a Bateria do 2º R. Artilharia do Rio (Regimento Floriano) para guarnecer o forte Augusto e operar 2 peças Krupp 75 e 2 La Hitte raidos retirados do navio de guerra Centauro que sua guarnição pôs a pique para não

servir à defesa de Santos.
- utilizar o 10° RCL (Exército) para a defesa da ponte de Paquetá e auxiliar a Artilharia da Barra.
- guardar a Alfândega com o 3° de Polícia Militar e defender o seu quartel com as duas únicas metralhadoras disponíveis em Santos.
- proteger a ferrovia Santos-São Paulo com os seguintes efetivos assim distribuídos: Cubatão (40h), Alto da Serra (20h), Rio Grande (20h), Ribeirão Pires (20h) e São Bernardo (25h).
- em caso de ameaça de ataque a Santos esta fica em condições de receber os seguintes reforços, todos à disposição do comandante do Distrito Militar: 1° e 5° batalhões da Polícia Militar da capital e 4° do interior, 300 guardas nacionais armados e mais duas metralhadoras da capital. Este foi o dispositivo que fez frente a ataque em 20 de setembro de 1893 de navios revoltosos e que será descrito adiante.

O efetivo de defesa de Santos durante sete meses variou de 550 a 1200 homens do Exército, Polícia Militar. Ela não dispôs de nenhum meio naval, pois o Centauro que contava foi afundado em 8 de setembro por sua guarnição.

Após o ataque sofrido por Santos em 20 de setembro sua defesa foi melhorada sensivelmente: Paquetá foi artilhada com duas peças, bem como a ilha Porchat. Foi reforçada pelos 1° e Batalhão Bernardo Ellis da Guarda Nacional e mais tarde pelo 109° e mais o Republicano de Santos da mesma Guarda Nacional. Foi ativado o sistema de Minas elétricas alimentados por um dínamo no forte Augusto e acionados das posições no Outerinhos, Conceiçãozinha e Entrada da Barra e desenvolvida por engenheiros paulistas. Estavam artilhadas Paquetá (duas peças), ilha Porchat (duas peças Krupp 75), forte Augusto (2 Krupp 75,2 La Hitte raiados e 4 Armstrong). As granadas estavam sendo fabricadas pela Fábrica de Santana de Ipanema dirigida pelo Exército e a pólvora era produzida em fábrica existente em Perus. Os corpos da Guarda Nacional de Sorocaba, Campinas e São Carlos substituíram a Polícia Militar. Merecia especial atenção a vigilância sobre a ilha Porchat, a ponta do cabo submarino em casa na praia José Menino e, a praia de São Vicente, pela possibilidade de um desembarque de tropas ali segundo boatos insistentes.

O incidente do afundamento do Centauro e o ataque de navios revoltosos a Santos em 20 de setembro de 1893

A defesa de Santos pensou contar com o navio Centauro em missão de serviço quarentenário em Santos e que protestou solidariedade ao governo. Na manhã de 8 de setembro correu a notícia de que ele havia sido posto a pique pela própria guarnição liderada pelo imediato ten. João F. dos Reis, em razão de seu comandante estar doente em terra. O ten. Reis embarcou o que foi possível nos rebocadores Mauro e República e rumou para o norte, indo desembarcar

na ilha Grande com 14 tripulantes, após seu grande e ousado feito naval. Foi encarregado de resgatar do fundo o Centauro o hoje consagrado herói naval, o então CT João Soares Dutra, o que não foi conseguido em tempo de ser usado na defesa de Santos. Os rebocadores Mauro e República, usados pela guarnição do Centauro foram recuperados na Ilha Bela e de lá resgatados por expedição chefiada por Soares Dutra e composta de 30 policiais militares do 3°. Trouxeram 6 tripulantes do Centauro que se entregaram, inclusive o ten. João Fagundes Lins. Comandava o Centauro o CF Júlio Brito. Indiscutivelmente foi um grande feito naval para a causa da revolta.

A Revolta despachou do Rio em 17 e 18 de setembro de 1893 a Divisão Naval Expedicionária ao comando do CMG Frederico Guilherme de Lorena, constituída do cruzador República, torpedeira Marcílio Dias e cruzador auxiliar Pallas. Eles forçaram a barra do Rio em brilhante feito naval. Sua missão:

> *'acelerar a vitória contra o governo, inutilizando instalações e aprendendo navios que encontrasse.' segundo o almirante Leôncio Martins.* (10)

A notícia ao chegar a Santos encheu a sua população de pavor. E grande parte dela procurou sair da cidade rumo a São Paulo e a serra. Havia uma grande inferioridade da Artilharia de terra em relação a dos navios revoltosos. Eram esperados em Santos 4 navios revoltosos e, em 20 de setembro pela manhã se apresentaram na barra de Santos o República e o Pallas que por suas atitudes deram a impressão que submeteriam Santos a bloqueio naval, como era do plano inicial da Revolta. Em seguida, das 9.30 as 11,30 horas os navios revoltosos atacaram com sua Artilharia e de posições não ideais os fortes da Barra e Augusto. A resposta da Artilharia das fortalezas não atingia os navios fora do alcance delas. Um projetil calibre 32 de uma peça Armstrong do República atingiu a muralha do forte Augusto cujos estilhaços do impacto feriram o cabo Francisco Nascimento e o soldado Pedro Augusto do Nascimento do Exército, do 22° BI. Granada caída próximo do forte Augusto feriu com um estilhaço o soldado João Baltazar do 2° BPM (Jundiaí). Este forte foi o QG da resistência. Ali se encontravam o presidente de São Paulo e o comandante do 4° distrito Militar. É atribuída ao doutor Bernardino de Campos esta resposta, ao pedirem que se abaixasse na muralha para proteger-se de uma granada que passou sibilante sobre sua cabeça quando ereto acompanhava a situação - "- O Estado de São Paulo não se abaixa."

A defesa do forte da Barra esteve a cargo de 189 homens de Artilharia e Infantaria do Exército (Infantaria do 20 e 22 BI). A defesa do forte Augusto esteve a cargo da Bateria do 2° R. Artilharia e apoio dos soldados do 3° BPM. A fortaleza da Barra foi comandada pelo alferes Covas e o forte Augusto pelo cap. Art. João José Lima. Os revoltosos não se aventuram no canal defendido pelo Corpo de Bombeiros e civis, inclusive Rivadávia Correia, ao comando do ten. cel. Silva Teles. O 10° RC estava na defesa de Paquetá (ponte) e a Alfândega

pelo 3° BPM.

Os navios revoltosos rumaram para o Sul. Com apoio das autoridades e povo, a ilha de Santa Catarina capitulou à Revolta em 29 de setembro em condições generosas. Comandava a guarnição da ilha o cel. Inf. Julião Serra Martins. Ele fez tudo ao seu alcance para defender a ilha da Revolta. Mas só pode contar com 11 oficiais entre eles o ten. Muricy que imortalizou o episódio na obra A Revolução de 93 nos estados de SC e PR. (Rio, Bibliex, 1946).

O cel. Serra Martins foi deixado pelo Pallas no litoral em Sepetiba e depois de justificar-se em Conselho de Guerra retornou por São Paulo ao Paraná, para ter saliente papel na resistência da Lapa e após como comandante da Fronteira São Paulo-Paraná, em Itararé. É um bravo esquecido! (11)

Ao invés de na cidade de São Paulo como era plano da Revolta, o Governo Provisório do Brasil foi estabelecido em Florianópolis atual, em seguida. Dali a Guerra Civil e Revolta da Armada se irradiaram ao Paraná e passaram a ameaçar São Paulo, chave para a conquista do Rio de Janeiro e conseqüente deposição do presidente da República, marechal Floriano. São Paulo continuou a desenvolver as defesas de Santos e dos demais portos de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Iguape e Cananéia e da fronteira em Itararé contra o avanço de federalistas que dela se aproximavam.

O ataque da revolta a São Sebastião

Ficou operando no litoral norte de São Paulo a torpedeira Marcílio Dias e o cruzador auxiliar Iris. Eles causaram preocupações a São Paulo pelas possibilidades de, com apoio de simpatizantes da Revolta em São Sebastião, São Luiz do Paraitinga e Taubaté executarem estas ações:

- interferência nas ligações telegráficas Rio-São Paulo, em São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba.
- atuação nas direções Ubatuba-São Luiz de Paraitinga-Lorena e na São Sebastião-Caraguatatuba-Paraibuna-Caçapava para interromper com apoio de simpatizantes da Revolta, a ferrovia Rio-São Paulo, o que isolaria o Rio de Janeiro por terra, já que o fôra por mar.
- utilizar os portos de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela, como base de apoio aos revoltosos e para ações contra Santos.

Idêntica preocupação existiu em relação aos portos de Iguape e Cananéia, estratégicos para a Revolta e, no governo, por usar o litoral Santos-Paranaguá para manter-se em contato com o Paraná e nele injetar toda a sorte de apoio, o que aconteceu até 10 de janeiro de 1894 em que o Paraná foi invadido pela Revolta e Guerra Civil, restando somente receber apoio por Itararé.

Para a revolta, para usar o litoral e os portos de Cananéia e Iguape como via de acesso para atacar Santos, por terra e mar, em combinação com um ataque terrestre por Itararé, conforme plano do cel. do Exército chefe do

Estado-Maior de Gumercindo Saraiva, cel. Jaques Ouriques, o estrategista da invasão do Paraná.

Para fazer face a estas possibilidades o presidente de São Paulo tomou as seguintes providências:

- guarnecer pontos estratégicos da ferrovia Rio-São Paulo e, em especial, as pontes sobre o rio Paraíba.
- guarnecer com 30 homens de Caçapava e os restantes enviados de São Paulo a via de acesso São Sebastião-Caraguatatuba-Paraibuna, servindo a última de base de apoio do litoral e de resistência na serra.

São Sebastião onde havia muitas simpatias à revolta pediu através de sua Câmara a retirada das tropas para não atrair represálias dos revoltosos. Não foi atendida pelo presidente de São Paulo!

Decorridos 8 dias do ataque da Revolta a Santos, os revoltosos ocuparam São Sebastião de 28 de setembro a 5 de outubro de 1893, por 7 dias. O telégrafo foi interrompido. As ligações de São Paulo com o litoral norte passaram a ser feitas por Ubatuba e Caraguatatuba através do Quartel General do Exército na Praça da República. Foi guarnecida a via de acesso Ubatuba-São Luiz de Paraitinga-Lorena, com forte contingente em São Luís.

Em 5 de outubro todos os portos do litoral paulista estavam guarnecidos. O litoral norte estava defendido por elementos do 5° BPM (capital) e mais o Corpo de Bombeiros, todos ao comando do ten. cel. José Carlos Silva Teles. Corriam insistentes boatos de que a Revolta desembarcaria em São Sebastião, Boynuganga e Bertioga tropas federalistas de Gumercindo Saraiva para um novo ataque a Santos.

Em 5 de outubro Silva Teles libertou São Sebastião completamente abandonada pelas autoridades e população. Neste dia a torpedeira Marcílio Dias e o cruzador auxiliar Iris despejaram sobre São Sebastião, em dois ataques, cerca de 50 granadas que causaram estragos nos edifícios. Temendo um envolvimento, Silva Telles retraiu para Caraguatatuba deixando um pequeno efetivo em São Sebastião. No dia 12 de outubro recebeu duas peças de artilharia que em feito épico desceram a serra. Foram assestadas em Caraguatatuba num ângulo de 30 graus e cobrindo um raio de cerca de 3.000 m.

Ali, o ten. cel. Teles recebeu a seguinte diretriz do dr. Bernardino:

> *'Abrir com urgência caminho por terra São Sebastião-Caraguatatuba; guardar a serra em Paraibuna; vigiar e armar emboscadas em São Sebastião, assegurando seguro retraimento de lá; guardar o telégrafo e reprimir qualquer tentativa de interrompê-lo; guardar Juriqueriquerê.'*

No dia 16 de outubro de 1893 foi fuzilado em Caraguatatuba o soldado Eurico de Oliveira do 4° BPM (interior) por após haver se insubordinado com o alferes Heitor Guinard: durante uma instrução saiu de forma e de modo covarde deu-lhe um tiro no rosto. Os oficiais da guarnição de Caraguatatuba o

condenaram a morte por fuzilamento e assinaram ata a respeito. Foi fuzilado frente a toda a tropa formada. O presidente de São Paulo ao conhecer o crime do soldado Eurico e as circunstâncias em que foi praticado, enviou telegrama no dia imediato, onde dizia o seguinte: "Aprovo o que foi resolvido e executado."

Por volta de 13 de novembro a pressão sobre o litoral norte foi aliviada. Ficaram guarnecendo Caraguatatuba 100 homens. O cel. Teles retornou com o Corpo de Bombeiros para vigiar o canal de navegação de Santos e a artilharia foi destinada para Itararé.

A defesa do litoral sul de São Paulo

A perda da ilha de Santa Catarina pelo Governo em 29 de setembro de 1893 e o estabelecimento do Governo Provisório do Brasil em Florianópolis para onde se dirigiram expressivos contingentes de federalistas do Rio Grande do Sul, aproximando-se assim de São Paulo, determinou a necessidade de defesa da fronteira paulista em Itararé e a defesa dos portos de Iguape e Cananéia. Pelo litoral Santos-Paranaguá, a União e o Estado de São Paulo introduziram reforços de toda a ordem. Inicialmente visando expulsar a Revolta e a Guerra Civil de Santa Catarina. Mal sucedido este objetivo, este caminho litorâneo foi usado pela União e São Paulo para enviar reforços ao Paraná, objetivo de conquista pelo Governo Provisório em Santa Catarina. Conquistado o Paraná, o próximo passo, com apoio em plano do citado estrategista cel. Jaques Ouriques era atacar São Paulo por Santos e Itararé. São Paulo envia reforços ao Paraná e dá apoio aos enviados pela União. Em 10 de outubro passou por Santos o gen. Argolo para assumir o 5º Distrito Militar (atual 5ª RM) e comandar a expulsão da Revolta e da Guerra Civil de Santa Catarina. Pelo mesmo caminho litorâneo seguiu o cel. Serra Martins que capitulara em Santa Catarina. E isto em 26 de outubro para assumir saliente papel na defesa da Lapa e no comando da Fronteira de Itararé após servir com Argolo em sua expedição frustrada até Santa Catarina de onde retiraria para a Lapa por não ter conseguido os apoios esperados num meio de grande simpatia ou mesmo grande temor à Revolta e aos federalistas. Pelo litoral passou o Batalhão Franco Atiradores de tristíssima memória entre os povos do litoral (13). Por terra, em tempo recorde de viagem Tatuí-Itararé-Lapa chegou a 26 de novembro o cel. Gomes Carneiro e assumiu o comando das forças que Argolo conseguira reunir na Lapa. Neste dia havia chegado no Recife navios comprados nos EUA, na Inglaterra e na Prússia pelo governo para formar a Esquadra legal para combater a Revolta na Armada que estourara fazia cerca de 80 dias. No Sul, a 2ª invasão federalista havia dado início aos cercos de Bagé e do Rio Negro, sendo que no último, após 3 dias de resistência, forças do governo ao comando do mal. Isidoro Dias Lopes capitularam sob garantia de vida. Acordo que não foi respeitado e que resultou no massacre, por degola, de cerca de 300 civis que constituíam a Cavalaria governista. Degola

executada por mercenários uruguaios e argentinos a serviço dos federalistas ali liderados pelo general honorário Joca Tavares (14). Bagé resistiu ao cerco pelo mesmo general até 8 de janeiro de 1894, sob a liderança do cel. Carlos da Silva Teles. Cerco levantado à aproximação da Divisão do Sul ao comando do cel. João Cézar Sampaio, o que frustrou a 2ª invasão (15).

Desde 10 de outubro havia a idéia de guarnecer a fronteira de São Paulo em Itararé. Havia convicção, no governo da União, de que o 5º Distrito Militar (atual 5ª RM) possuía condições de resolver sozinho a situação, o que foi informado ao presidente de São Paulo.

Em 1º de dezembro de 1893 o alte. Custódio de Melo, com o encouraçado Aquidabã e o cruzador auxiliar Esperança forçou com sucesso a barra do Rio de Janeiro e rumou para o Sul. Este fato causou enorme alarme no litoral de São Paulo e em especial em Santos. Mas eles nunca atuaram na região!

Em 7 de dezembro de 1893, o alte. Saldanha da Gama aderiu à Revolta emitindo proclamação até hoje polêmica, por inquinada de restauradora da Monarquia, circunstância habilmente explorada pelo governo com a idéia força de luta pela consolidação da República. Este fato foi criticado por Lorena.

Com o Aquidabã, a esquadra fora do Rio foi muito reforçada com o temível e legendário encouraçado cujo poder o imaginário popular multiplicava por mil. A Revolta possuía domínio naval absoluto sobre o litoral Sul e nada o ameaçava. Possuía ampla e total liberdade de atuação.

Em 10 de janeiro de 1894, forças do Governo Provisório, seguindo plano de Jaques Ouriques, estrategista chefe do Estado-Maior de Gumercindo Saraiva, invadiram o Paraná por Paranaguá, Tijucas e Lapa, visando a conquistar Curitiba e por via de conseqüência o Paraná. Conquistaram Paranaguá em 15 de janeiro, fechando o caminho terrestre Santos-Paranaguá-Curitiba, essencial ao Paraná para receber apoios da União e de São Paulo. Tijucas capitulou em condições generosas em 17 de janeiro. A Lapa resistiria por 26 dias, até 11 de fevereiro de 1894, quando capitulou após haver tombado ferido de morte o líder e alma da resistência, o cel. Antônio Gomes Carneiro. As capitulações de Tijucas e Lapa ao gen. Gumercindo Saraiva o foram em condições generosas, bem ao contrário de Rio Negro, no Sul. Ali foram libertados oficiais de São Paulo enviados para a defesa do Paraná, muitos dos quais estão imortalizados no Panteon da Lapa. Em 20 de janeiro de 1894, a Revolta e Guerra Civil assumiram o Governo do Paraná que exerceriam por mais de 100 dias até sua restauração legal.

A resistência legendária da Lapa por 26 dias e que teria se prolongado por mais tempo não fôra a morte de seu líder, ganhou estrategicamente precioso tempo: para a organização da defesa de Itararé; para a defesa do governo no Rio beneficiado ainda durante o cerco, em 26 de janeiro, com o fim do bloqueio naval do porto do Rio de Janeiro, imposto por Esquadra dos EUA atuando às ordens do presidente Cleveland e mais tempo para organização e adestramento

da Esquadra legal no Recife, pois em 22 de janeiro de 1894, no 5° dia de resistência da Lapa, o alte. Jerônimo Gonçalves assumiu o comando da Esquadra Legal no Recife e no mesmo dia zarpou para Salvador (16).

No litoral sul paulista Cananéia havia sido guarnecida e o acesso a seu porto dificultado por um cabo de aço. Após recolher todas as embarcações do rio da Ribeira que pudessem ser úteis à Revolta, sua guarnição procurou defender-se em Iguape, por inacessível a vapores, ligada a Santos por telégrafo e mais fácil de ser apoiada pela retaguarda com reforços. Santos foi ainda mais reforçada pela Guarda Nacional e por duas peças de 70.

Sem meios navais, o governo usou largamente navios estrangeiros para enviar recursos humanos e bélicos a Santos e mesmo à Montevidéu para onde enviaram o alte. Jerônimo e equipe e mais o futuro alte. Batista das Neves (17), entre outros, para guarnecer navios do Brasil em Montevidéu e que viriam a integrar a Esquadra Legal, Os revolucionários os usaram também!

Embora sem condições de fazer desembarques anfíbios no litoral paulista os navios revoltosos e suas admiráveis guarnições fixaram no litoral de São Paulo importantes efetivos em detrimento da defesa de Itararé. Pois desta posição se aproximavam, com suas possibilidades centuplicadas pela lenda, segundo Isidoro Dias Lopes (18), de guerreiros habilíssimos no uso da lança e acostumados à degola de prisioneiros. Pois há muito já haviam chegado à fronteira de São Paulo as notícias das centenas de governistas mortos à lança em Cerro do Ouro (19) e por degola em Rio Negro (20). O imaginário se encarregava do resto! E esta lenda contribuiu muito no Paraná para provocar deserções, dificultar recrutamento e provocar a colaboração da população. Ao contrário, para a Guerra Civil que com a euforia da fácil vitória (21) no final, surgiram batalhões patrióticos de descendentes de estrangeiros, cujo entusiasmo arrefeceu por ocasião da retirada federalista e ofensiva governista. Não havia consciência popular das idéias em jogo!

A organização da defesa da fronteira em Itararé

A organização do Corpo de Exército em Itararé

Para a defesa de São Paulo na fronteira com o Paraná e depois libertar o Paraná e Santa Catarina da Revolta e Guerra Civil foi organizado, progressivamente, um Corpo de Exército cujo comando passou a ser exercido pelo gen. Ewerton Quadros, em Itararé, em 28 de março de 1894, quando sua 1ª Divisão já havia invadido o Paraná e se encontrava há dois dias em Jaguariaiva. Este Corpo de Exército integrado por forças do Exército, da Guarda Nacional e da Polícia Militar de São Paulo teve a seguinte organização, ao final:

- 1ª Divisão - Comandante cel. Firmino Pires Ferreira que se assinalou por atos heróicos no Paraguai;

1ª Brigada - comandante cel. Braz Abranches
20 BI (Goiás) formador do 1º BI em 1938
39 BI (formador do 15º BI em Curitiba em 1938)
Batalhão Campineiro - Guarda Nacional de Campinas SP
Batalhão Frei Caneca - Guarda Nacional São Paulo.
2ª Brigada - comandante cel. João da Silva Braga (PMSP)
1º BPM (capital), 2º BPM (Jundiaí) e 3º BPM (Santos)
Batalhão Silva Telles - Guarda Nacional São Paulo.
- 2ª Divisão - Comandante cel. Manoel Eufrázio Santos Dias
3ª Brigada - comandante cel. José Maria Marinho da Silva
9 BI (Bahia) formador OM Inf. Florianópolis e Joinville
37 BI (São Paulo) formador 11 RI São João del Rey
1 RC (Rio) atual Dragões da Independência de Brasília
Batalhões Francisco Glicério e Operário da Guarda Nacional de São Paulo
4ª Brigada - comandante cel. José Delgado Dias de Carvalho
1 Batalhão de Artilharia de Posição (duas peças)
15 BI da Guarda Nacional de São Paulo
2 RC da Guarda Nacional de São Paulo

Eram do Exército o comandante do Corpo de Exército, das divisões e das 1ª e 3ª brigadas. Os da 2ª e 4ª brigadas talvez eram da Polícia.

Forneceram contingentes de guardas nacionais para a defesa da fronteira as seguintes localidades paulistas além da capital: Amparo, Campinas, Caçapava, Jundiaí, Mococa, Mogi Mirim, Porto Feliz, São José dos Campos e Sorocaba. Esta vigiou a serra próxima a Iguape.

Para o apoio logístico de Itararé foi estabelecido desde Tatuí, fim da ferrovia, um comboio de mais de 1500 mulas e mais carroções. A linha telegráfica chegou a Itararé, desde Tatuí, em 5 de fevereiro de 1894, vigésimo dia da resistência da Lapa. Itararé ficou ligada ao Palácio do Governo, no Rio. Ainda a 2 de fevereiro, chegaram em Santos, destinados à defesa de Itararé e invasão do Paraná, 5 mil carabinas Mannlicher e 4 milhões de cartuchos adquiridos por São Paulo, através do ministro plenipotenciário em Buenos Aires, o dr. Francisco Assis Brasil, que lideraria a Revolução de 1923 no Rio Grande.

Em 13 de fevereiro, segundo dia da capitulação da Lapa, chegou a Itararé o ajudante-de-ordens do cel. Gomes Carneiro em busca de socorro tendo declarado (22):

> *'Calcular 3.000 federalistas no Paraná, mal armados e com pouca munição, em especial de Artilharia. Que 500 homens seriam suficientes para romper o cerco da Lapa. Que o cel. Gomes Carneiro esperava resistir mais 18 dias, ou 44 no total, até receber socorro de São Paulo, de Xanxerê ou da Divisão gaúcha do Norte de Pinheiro Machado.'*(23)

Esta comunicação não correspondia à realidade, a julgar por depoimento do mais tarde mal. Isidoro Dias Lopes que liderou a Revolução de 1924 em São

Paulo e que como federalista acompanhava Gumersindo Saraiva.

Que os federalistas e Revolta possuíam cerca de 6.000 homens e muita Artilharia. Que eles se haviam fortalecido com armas, munições e homens capitulados em Florianópolis, Paranaguá, Tijucas, Lapa e que haviam encontrado abandonados em Curitiba, na pressa da retirada do gen. Pego Júnior.

Dia 16 de fevereiro de 1894 chegou em Itararé a notícia da capitulação da Lapa, ocorrida 5 dias antes e fornecida pelo cel. Telêmaco Borba, federalista:

'Que todos os defensores haviam morrido, os federalistas estariam em Castro em 18 e em seguida em Jaguariaiva e Itararé.'

A notícia, exagerada, alvoroçou toda São Paulo. Gumercindo Saraiva e seus lanceiros estavam prestes a invadir São Paulo. Pois era conhecido do governo o plano da Revolta e da Guerra Civil de, a partir do Paraná, em ataques combinados, por mar e terra, conquistarem São Paulo, capital. E esta pressão sobre Itararé perdurou por cerca de um mês até os federalistas conhecerem a capitulação da Revolta no Rio em 12 de março de 1894 e, sobre Santos, até por ali passar com destino ao Sul, em 8 de abril de 1894 a Esquadra Legal, o que tornou possível a liberação de maiores meios para a Fronteira em Itararé em apoio à 1ª Divisão que marchava em direção a Curitiba.

O desenvolvimento da defesa de Itararé

Em 17 de janeiro de 1894, início do cerco da Lapa (24). Itararé era guarnecido com 500 homens da Guarda Nacional e recebeu 15 oficiais do Exército. Em 20 de janeiro a Revolta e a Guerra Civil assumiram o governo do Paraná. Somente a Lapa resistia dando tempo para fortalecer Itararé. em 26 de janeiro o efetivo da Lapa subiu para 860 homens carentes de armas e munições. Teve início a construção do telégrafo Tatuí-Itararé pelo cap. Ximenes Villeroy, do Exército, que espalhou a seguinte avaliação na posição: "Que Itararé seria atacada por 8.000 mil federalistas e que não resistiria 5 minutos". Apreciação alarmista que teve seu lado positivo no sentido de maior atenção à defesa de Itararé e fronteira adjacente. O presidente de São Paulo telegrafou:

"Presidente da República. Comunico que concentrarei em Itararé um Corpo de Exército e solicito oficial competente para comandá-lo. Estão impedidos o cel. Inocêncio Ferraz por ser o comandante da Polícia Militar e o cel. José Jardim por comandar o 4º Distrito Militar em Santos cuja defesa não pode deixar. Ofereci o comando ao gen. Pego Júnior que abandonara o Paraná e ele recusou o oferecimento seguindo para o Rio e deixando as forças que o acompanharam em Itapetininga."

Em 1º de fevereiro de 1894 - 14º da resistência da Lapa, Itararé conheceu a capitulação generosa de Tijucas, inclusive de tropas retiradas de Itararé. Nesse dia assumiu o comando da fronteira e cel. Braz Abranches, do Exército e herói

do Paraguai, reforçando a posição com o 20 BI (Goiás), o 1° BPM, o Batalhão Operário da Guarda Nacional e um contingente de Jundiaí, da Guarda Nacional. Em 2 de fevereiro chegaram em Santos armas e munições adquiridas na Argentina para o Corpo do Exército, dia em que o gen. Pego Júnior passou em São Paulo. No Rio, respondeu a Conselho de Guerra e foi condenado à morte não sendo executado segundo o historiador Arivaldo Fontes por interferência dos alunos da Escola Militar que o admiravam (25).

Em 12 de fevereiro, dia seguinte à capitulação generosa da Lapa, toda a fronteira São Paulo-Paraná estava bem guarnecida (Itararé, Rio Verde, Ribeira e Paranapanema) e já dispunha de novo comandante, o cel. Firmino Pires Ferreira, do Exército, herói de guerra no Paraguai e natural do Piauí. Ele dispunha de 2.000 homens do Exército, Polícia Militar e Guarda Nacional. Segundo o mais tarde mal. Isidoro Dias Lopes que lutou como federalista no Paraná seus companheiros "desperdiçaram cerca de um mês em bailes e fotos em Curitiba ao invés de darem curso à marcha em direção a Itararé que não seria fácil e rápida, tal o volume do problema logístico que iriam enfrentar longe de um porto e num itinerário que não dispunha de ferrovia de Ponta Grossa a Itararé". Trecho em que a divisão do cel. Firmino com todo o apoio logístico oficial levou mais de um mês para percorrer. A artilharia federalista seria um grande trambolho num caminho assim.

Em 24 de fevereiro de 1894, décimo terceiro dia da capitulação da Lapa, a fronteira Paraná-São Paulo, com o seu centro de gravidade em Itararé, estava guarnecida por 3.000 homens. Neste dia foi promulgada a constituição de São Paulo. Informes chegados a Itararé diziam existir em Jaguariaiva força federalista de 200 homens "em maioria argentinos e uruguaios armados de lanças e outras armas estravagantes". Havia um temor generalizado em Itararé que a Cavalaria federalista precedida de fama centuplicada pela lenda pudesse envolver, cercar e isolar Itararé, aproveitando diversas passagens.

Em 27 de fevereiro de 1894, o capitão federalista Luiz Pinto Pereira apresenta-se como desertor e declarou a existência de plano em curso para conquistar a cidade de São Paulo numa manobra combinada Itararé-São Paulo e Paranaguá-Santos, por terra e Paranaguá-Santos por mar e, daí, por terra São Paulo. Este plano existiu e era da lavra de Jaques Ouriques oficial do Exército federalista, autor do plano de invasão do Paraná.

Em 1° de março de 1894, a Esquadra Legal guarnecida metade por brasileiros e metade por marinheiros estrangeiros contratados nos EUA deixou Salvador rumo ao Rio (26). A guarnição brasileira era integrada por marinheiros que não aderiram à revolta e alunos das escolas militares do Ceará, Porto Alegre e Praia Vermelha. Em São Paulo, 1200 homens estavam sendo preparados para seguirem para Itararé. A fronteira estava bem guarnecida só faltava-lhe Cavalaria para ações de Cobertura e de arrebanhamento de gado nas fazendas, ao Sul, no Paraná. Postos avançados no Paraná mantinham a vigilância.

Em 11 de março de 1894 a Revolta capitulou no Rio. Saldanha da Gama e seus marinheiros foram acolhidos a bordo de navios de guerra portugueses que os transportaram para o Uruguai onde se evadiram em grande número antes de serem levados para Portugal o que provocou o rompimento das relações Brasil-Portugal. Neste dia chegou informe em Itararé de que o coronel federalista Juca Tigre, forte de 1000 homens, se aproximava e que à sua retaguarda vinha Gumercindo Saraiva. A capitulação da Revolta no Rio, conhecida no Paraná pelos federalistas, foi o ponto de inflexão da ofensiva sobre São Paulo para retirada para o Rio Grande. Coube expressivo papel na capitulação da Revolta à presença no Rio da Esquadra Legal do alte. Jerônimo Gonçalves (27) e apodada ironicamente por Gaspar Silveira Martins de "Esquadra de Papelão", como Pinheiro Machado apodara os federalistas de "maragatos" e Júlio de Castilhos a junta que o depusera do governo de "Governicho", todos apelidos com grande força irônica e que passaram à História. Era grande a expectativa em Santos e Itararé, de um ataque. O cel. Firmino declinou de passar à ofensiva por dispor deste informe que poderia comprometer sua retaguarda sem a devida cobertura:

> *"Haver chegado em Jaguariaiva 3.000 federalistas com 10 peças de artilharia e 200 cavalarianos ao comando do cel. federalista dos quadros do Exército Antônio Carlos da Silva Piragybe, de Infantaria."*

De fato, Piragibe enviou proclamação à Itararé e depois se retirou viajando para o Uruguai em 22 de março, tendo se incompatibilizado em Castro.

Por esta época, face à capitulação da Revolta no Rio, os federalista se reuniram em Ponta Grossa e ante à realidade estratégica decidiram:

> *"Que face à inevitável capitulação da Esquadra de Fora do alte. Custódio à Esquadra legal do alte. Jerônimo Gonçalves, os federalistas ficariam sem apoio naval para prosseguir. Decidiam então retornar ao Rio Grande do Sul divididos em 3 colunas".*

A ofensiva do governo no Paraná e em Santa Catarina

Em 21 de março, o cel. Firmino deu início à ofensiva. Com a 1ª Divisão avançou na Ribeira, Rio Verde, Paranapanema e Itararé. Nesta, deixou 2 peças guarnecidas por 50 homens, um contingente de Infantaria e os doentes. Nesse dia era nomeado comandante do Corpo do Exército em Operações no Paraná e 5º Distrito Militar (atual 5ª RM/5ª DI) o general de brigada Francisco Raimundo Ewerton Quadros. Acompanhava as tropas do cel. Firmino para reassumir o governo do Paraná, o dr. Vicente Machado que não se cansava de exaltar e agradecer o apoio recebido de São Paulo e de seu presidente dr. Bernardino de Campos.

Em 26 de março de 1894 o cel. Firmino entrou em Jaguariaiva e conheceu a franca retirada federalista. Dois dias após, o gen. Ewerton chegou a Itararé para implementar a organização da 2ª Divisão de seu Corpo de Exército.

Organização concluída em 14 de abril.

Em 8 de abril de 1894 a Esquadra Legal do alte. Jerônimo Coelho passou em Santos aliviando a tensão que aquela praça padecera durante sete meses.

Em 12 de abril depois de o alte. Custódio de Melo tentar conquistar durante seis dias o porto de Rio Grande foi repelido por forças ao comando do gen. Bacelar (comandante da atual 3ª RM). Seguiu para o Prata, desembarcando os federalistas em Castilhos e entregando os navios à Argentina. Navios que foram resgatados mais tarde pela Esquadra Legal.

Em 13 de abril de 1894, após 23 dias do início da ofensiva, a 1ª Bda/1ª Div. do cel. Braz Abranches ocupou Castro às 16 horas, após breve escaramuça em que os atacantes tiveram 1 morto e 4 feridos. Fez a vanguarda o Batalhão Capineiro que sustentou tiroteio junto à margem esquerda do rio Iapó sendo auxiliado pelo 2º BI (Goiás). O cel. Braz Abranches foi assim louvado:

> *'Ao veterano do Paraguai, chefe da 1ª Brigada no momento da ação, o valoroso cel. Braz Abranches, eu consagro todos os louvores que o brilho da vitória exige ...... cel. Firmino comandante da 1ª Divisão.'*

Em 16 de abril de 1894 a Esquadra Legal do alte. Jerônimo Gonçalves, assinalado herói naval do Brasil na Guerra do Paraguai, torpedeou e neutralizou, a noite, o temível e legendário couraçado Aquibadã e a seguir libertou Florianópolis do domínio da Revolta e da Guerra Civil que o exerciam fazia seis meses e meio. Assumiu o governo militar e civil o cel. Moreira Cézar, ao qual a História vem atribuindo fuzilamentos em número exagerado e cujas responsabilidades morais vem sendo atribuídas a políticos locais, segundo concluiu o prof. Carlos Humberto Correia, da UFSC. O mesmo se aplica às execuções no Paraná atribuídas ao gen. Ewerton Quadros. São pontos que merecem aprofundamentos para que a história seja verdade e justiça e não estigmatize a memória de ausentes. Enfim, são questões em aberto!

Em 24 de abril de 1894 a Esquadra Legal reconquistou Paranaguá e Antonina. Ele desembarcou em Paranaguá o 2º BPM (de Jundiaí). Esta unidade que atuara na defesa de Santos, depois de muito perigosa viagem ferroviária pela serra da Graciosa entrou em Curitiba às 19 horas, indo aquartelar no quartel do 17º BI, na rua 13 de maio. Foi a primeira tropa do governo a entrar em Curitiba. Ela integrava a 2ª Brigada da 1ª Divisão do Corpo de Exército.

Em 3 de maio de 1894, a 1ª Divisão deixou Ponta Grossa para Curitiba, após esperar a 2ª Divisão e o gen. Ewerton atingirem Castro. Sem reação e com todo o apoio logístico e sem artilharia, a 1ª Divisão demorou cerca de 40 dias para fazer o trajeto Itararé-Ponta Grossa. Assim após a capitulação da Lapa os federalistas só poderiam atuar em força em Itararé, estimo, por volta de 1º de março, caso a Lapa não tivesse resistido e por volta de 27 de março com o retardo da resistência da Lapa. Em 1º de março de 1894, a Esquadra Legal deixou Salvador e a Fronteira de Itararé já possuía 3.000 homens e mais 1.200 se preparavam para reforçá-los. Se atacassem em força e, em 27 de março de

1894. Era o 16º dia da capitulação do Rio e o alte. Gonçalves estava para descer para o Sul ficando os federalistas sem apoio na fronteira e sem o apoio da Esquadra do alte. Custódio. Enfim, são considerações importantes para demonstrar a importância estratégica da resistência da Lapa e da Esquadra Legal para acelerar o término da Revolta e da Guerra Civil no Paraná e Santa Catarina, bem como da defesa da fronteira de Itararé.

Em 6 de maio de 1894 a vanguarda da 1ª Divisão do cel. Firmino entrou em Curitiba levando o dr. Vicente Machado que foi reempossado no governo do Paraná. Ordem do Dia do Corpo de Exército do gen. Ewerton Quadros declarou Santa Catarina e o Paraná libertados da Guerra Civil e da Revolta da Armada. Em 9 de maio o 2 BPM da 2ª Brigada foi mandado retornar a Paranaguá e passou a guarnecer Morretes, Antonina e Restinga Seca.

A participação de São Paulo aqui descrita sob a liderança de seu presidente dr. Bernardino de Campos foi relevante para a libertação do Paraná. Este agradecimento do governador do Paraná resume o que afirmamos:

"... ao benemérito patriota (dr. Bernardino de Campos) que preside os destinos de São Paulo é a quem o Paraná e o seu governo legal devem os mais assinalados serviços .... dr. Vicente Machado".

Em 20 de maio de 1894, no Km 65 da ferrovia Curitiba-Paranaguá foram fuzilados sumariamente o barão de Serro Azul (28) e cinco companheiros. Epílogo lamentável à espera de um julgamento sereno pelo Tribunal da História.

A consolidação da retomada do Paraná

Ainda em 7 de abril de 1894, Gumersindo Saraiva encontrava-se em Ponta Grossa a concluir de Ordem do Dia nº 6 que emitiu. Neste dia a 1ª Divisão do cel. Firmino se aproximava de Castro que ocupou em 13. Em 12 de abril o alte. Custódio havia sido repelido da cidade de Rio Grande o alte. Jerônimo Gonçalves estava chegando com a Esquadra Legal em Santos, a caminho de Florianópolis, que foi por ela recuperada a 17, após ter sido torpedeado no dia anterior e neutralizado o couraçado Aquidabã. Por esta época, em 10 de abril, ocorreu o massacre do Boi Preto, em Palmeira das Missões, de cerca de 300 federalistas, por forças do cel. Firmino de Paula, como vingança expressa do massacre do Rio Negro ocorrido em 28 de novembro de 1893.

Na Ordem do Dia citada reproduzida por Vilalba, (E. Rev. Fed. no RGS. Rio, Laemmert, 1897 - doc. 133, p. 252) Gumercindo declarou entre outras coisas:

- Que assumira o governo do Paraná importante chefe paulista - o dr. José Antônio Ferreira Braga, que fora presidente do Pará.
- que o alte. Custódio estava forçando a barra do Rio Grande com 4.000 homens para conquistar aquele porto e a seguir Pelotas e Porto Alegre, de acordo com os chefes federalistas Joca Tavares, Salgado, Prestes Guimarães, Marcelino

Pina, Rafael Cabeda, Silveira Martins e tantos outros, para depor Júlio de Castilhos da presidência do Rio Grande do Sul.

- que iria concentrar seu Exército em Ponta Grossa que se encontrava espalhado pelo Paraná e Santa Catarina da seguinte forma:
  - uma brigada na fronteira, frente a Itararé, com Telêmaco Borba e P. Pinto.
  - outra no Assungui com Jocelyn Borba, Teixeira Freitas e Abranches.
  - o forte do Exército em Ponta Grossa, com Torquato Severo e outros chefes.
  - a guarnição de Curitiba ao comando de Cesário Saraiva (29) e do Amaral e a artilharia ao comando do cel. Colônia.
  - outra brigada em Paranaguá com Paim, Leoni e Cavalcanti.
  - outra em Rio Negro com Felício, Filgueiras e Fragoso.
  - uma divisão em Guarapuava com Juca Tigre e outra em Chopim com seu irmão Aparício Saraiva (mais tarde com grande projeção no Uruguai).

Gumercindo, ao se referir a seus comandantes subordinados, usou largamente os adjetivos: denodado, valente, intrépido, ilustre, audaz, destemido, invencível (só para seu irmão Aparício). Aqui talvez residisse um dos segredos de sua enorme liderança. É uma lição de História!

Prosseguindo em suas considerações Gumercindo assinala:

- Que depois de "2 meses de descanso do seu invencível Exército recomeçaria as operações de guerra" que seriam dirigidas contra a coluna (cel. Firmino) que se lançaria a partir de Itararé à qual estava reservado o mesmo destino das de Paranaguá, Ambrósios (Tijucas) e Lapa. (O cel. Firmino já estava próximo de Castro com cerca de 17 dias de marcha desde Itararé).
- repelida a coluna (cel. Firmino) chegaremos à fronteiro de São Paulo onde adotaremos os seguintes comportamentos alternativos:
  - se São Paulo pegar em armas contra o governo federal em seu território, eu não ultrapassarei a fronteira.
  - se São Paulo pegar em armas contra o governo eu irei auxiliá-lo com todo o meu Exército e juntos libertaremos os demais estados.
  - caso São Paulo não pegue em armas contra o governo, a minha consciência diz que devo proclamar a independência do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul". e termina entre outros brados: "Viva o Paraná independente!"

O cel. Firmino (30) antes de lançar-se para o Sul com a 1ª Divisão, emitiu esta proclamação às suas tropas (Vilalba. op. cit, doc. 132, p. 251) que diz:

- que nunca deixaria de ver com a maior angústia e pesar que os que se encontravam nas fileiras federalistas eram nossos irmãos por serem filhos da mesma pátria. E assim, apela às suas tropas, em maioria de São Paulo:

> *"E a vós paulistas, invocando o vosso glorioso passado na formação da pátria brasileira e os vossos assinalados serviços na obra de fundação da República. A vós particularmente eu peço a contribuição*

indispensável de vossa energia e de vossa coragem para pedir-lhes que este solo tão belo, tão rico e tão fértil, não venha a ser esterilizado pelas pegadas dos invasores".

Cerca de seis dias antes de dar início à contra ofensiva para libertar o Paraná, o cel. Firmino havia recebido a seguinte proclamação do cel. Piragibe, intitulando-se comandante do 1° Corpo do Exército Nacional Provisório, com seu QG em Jaguariaiva, segundo Vilalba, (op. cit. doc. 130, p. 248) onde entre outras considerações enfatizava:

- Que as divisões gaúchas do Centro (Arthur Oscar) e do Norte (gen. Lima e Pinheiro Machado) haviam sido batidas em Santa Catarina e haviam "fugido" para o Rio Grande do Sul.
- que o cel. Gomes Carneiro sucumbira na Lapa e suas tropas, numerando 800 homens, haviam capitulado e entregue seis peças de artilharia.
- que o cel. Eugênio Melo capitulara em Paranaguá com cerca de 1000 homens e 10 peças de artilharia.
- que o gen. Pego Júnior e o governador do Paraná dr. Vicente Machado "se evadiram" de Curitiba deixando abandonadas quatro peças de artilharia, 800 armas diversas, muitas espadas, lanças e fardas.
- que à vista deste quadro adverso às tropas do governo em Itararé, seria inútil elas prosseguirem para o Paraná."

Decorridos sete dias, Piragibe deixou o comando desta frente e tomou um navio estrangeiro com destino a Montevidéu, em 22 de março de 1894. Em sua tropa, segundo Isidoro Dias Lopes, testemunhou, ao chegar a notícia da capitulação da Revolta na Esquadra no Rio, o imaginário popular espalhou a notícia que alarmou suas tropas, ao ponto de acreditarem que a Esquadra legal que se aproximava do Sul "possuía canhões automáticos capazes de acertar na lua". A proclamação de Piragibe em parte verdadeira no tocante à sucedida invasão do Paraná, no tocante às divisões gaúchas do Centro e Norte situavam-se num quadro de Guerra Psicológica que fazia efeitos negativos, pois não se dispunha como hoje de um sistema de Informações em campanha, com metodologia para separar informações de informes e boatos.

Ao invés de ofensiva, os federalistas se retiraram do Paraná em 3 colunas, com junção prevista em Campos Novos o que conseguiram somente 2, sendo que a de Juca Tigre teve de internar-se na Argentina. O 1° BPM da 2ª Brigada perseguiu-os até Rio Negro. A 1ª Brigada do cel. Braz Abranches saiu ao encalço de Juca Tigre guiado por Telêmaco Borba, tendo ocorrido o combate de passo Iguaçu onde se destacou o Batalhão Frei Caneca paulista. A 3ª Brigada do cel. José Maria Marinho (natural de Pelotas) com o 1° RC (atual Dragões de Brasília) atuou na perseguição até o Rio Grande do Sul. Um destacamento desta brigada, ao comando do ten. cel. Emídio Dantas Barreto (37 BI, 2° BPM e um piquete de Cavalaria) fizeram o rescaldo nos vales do Iguaçu, Negro, Putinga e Timbó à procura de líderes federalistas, cel. Amazonas, líder inconteste em União da

Vitória, e do governador federalista do Paraná, dr. Braga. Este contingente operou em Nonoaí e o 2° BPM (Jundiaí) chegou até Cruz Alta, RS, cidade fundada por paranaenses, de Castro ou os "birivas" curitibanos como Atanagildo Pinto Martins que exerceram grande influência no planalto médio do RS: Cruz Alta, Passo Fundo, Soledade, Carazinho, Espumoso, Santa Bárbara conforme demonstra Roselys Vellozo Roderjan em Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (Curitiba, IGHSAParanaense, 1992). Livro que demonstra que os gaúchos federalistas, no Paraná se sentiam meio em casa trilhando caminhos das tropas. O 37 BI por muitos anos guarneceu o Paraná. O 2° BPM de São Paulo foi a última tropa paulista a retornar, o que ocorreu em 14 de janeiro de 1895, quando fazia cerca de 65 dias havia sido fundado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1° de novembro de 1894.

Grande parte do que foi preservado da memória da epopéia ora resgatada, se deve a um sargento integrante do 2° BPM mais tarde assinalado historiador e comandante da Polícia Militar de São Paulo, o cel. Pedro Dias Campos, filho de Araçoiaba, através de obra que não tem sido explorada, por raríssima, nos estudos sobre a Revolta na Armada e Guerra Civil focalizadas. Obra que reflete o pensamento de Bernardino de Campos (CAMPOS, Pedro Dias de, ten. cel. (PMSP). A Revolta de seis de Setembro - ação de São Paulo. Paris-Lisboa, Ailaud Alves, 1913).

Obra que levamos para tirar-se cópia e como contribuição ao Congresso do Centenário da Revolução Federalista, em Curitiba-PR, de maio de 1994 (31), previsto na Constituição Estadual. A Secretaria de Cultura tirou cópia. Sobre o autor citado escreveu o gen. Paula Cidade em suas Memórias após com ele conviver na cidade de São Paulo, no combate à revolução de 1924:

> *"Era um homem moreno, de pequena estatura, tipo militar japonês, dado os traços mais marcantes de sua fisionomia. Mais tarde eu haveria de admirar nele um dos exemplares mais completos de soldado com que me tenho defrontado."*(Revista Defesa Nacional n° 709, set/out 1983).

Pedro Dias de Campos foi coadjuvante destacado da Missão Militar Francesa na Polícia Militar de São Paulo e um dos maiores comandantes desta força, além de historiador militar brasileiro notável, conceito que a obra citada esquecida reforça.

Com este estudo resgato importante página da PMSP à qual pouca ênfase havíamos dado, por desconhecimento, na plaqueta que produzimos no sesquicentenário desta força, ao comando do então cel. Cav. Arnaldo Bastos de Carvalho Braga: (BENTO, Cláudio Moreira, ten. cel. Polícia Militar do Estado de São Paulo (Lealdade e Constância). São Paulo, PMSP, 1982. Obra reproduzida em parte pelo DO Leitura n° 9/98 jul. 1990, p. 12 sob o título : História movimentada da PMSP).

Os federalistas de Gumercindo Saraiva ao chegarem até Jaguariaiva e após se retirarem percorrendo cerca de 2500 Km em sua grande marcha escreveram página épica na História Militar do povo brasileiro cujos sacrifícios e privações estão imortalizados na obra da testemunha: DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio. Pelotas, Liv. Americana, 1896 (reedição fac similar, em 1977 por Martins Livreiro). Não deixaram em sua marcha a mácula de massacres como o de Rio Negro.

Notas ao texto

1 - O massacre do Rio Negro ocorreu em 28 de novembro de 1893 em Hulha Negra (atualmente município de Bagé). Foi respondido, em Boi Preto, em 10 de abril de 1894, em Palmeira das Missões. O primeiro, sob a responsabilidade moral do general honorário João da Silva Tavares (Joca Tavares) e o segundo sob a responsabilidade moral do cel. Firmino de Paula e como vingança expressa do primeiro. Em ambos foram sacrificados cerca de 300 homens, cifra que precisa ser estabelecida por existir controvérsia sobre a extensão das mesmas.

2 - Vide do autor - "A intervenção estrangeira na Revolta da Armada", (a rigor Revolta da Armada, pois só participou dela 1/5) na RIHGB, nº 379 abr/jun 1993. pp. 232-268 e Centenário da Revolta na Armada Revista A Defesa Nacional, nº 762, out/dez 1993. pp. 25-78.

3 - Vide do autor op. cit. nota anterior e o gen. Julião Augusto Serra Martins, um herói da Lapa, pouco conhecido e reconhecido, publicado nos Anais do Congresso do Centenário da Revolução Federalista. Curitiba-PR, Assembléia Legislativa do Paraná, na RIHGSC 1994.

4 - Conclusão com apoio do alte. Hélio Leôncio Martins "A Revolta da Armada" in: Anais do Congresso Nacional de História ... da República do Brasil. Rio IHGB, 1989. pp. 103-126 (Menciona o Plano da Revolta de conquistar Santos e São Paulo). Em Bagé o alte. Leôncio mencionou que a Revolta atingiu só 1/5 da Armada, daí a impropriedade de chamá-la Revolta da ao invés na Armada. Pois ela foi conhecida também como Revolta de Seis de Setembro e 2ª Revolta do alte. Custódio. Este debate foi suscitado no Clube Naval em 1993 em conferência sobre o tema, do qual participamos como debatedor.

5 - Vide do autor - "O massacre federalista do Rio Negro, em Bagé, em 28 de novembro de 1893. RIHGB, nº 378 jan/mar 1993. v. 154 e o Massacre do Rio Negro in: Revolução Federalista. Palegre, Martins Livreiro, 1993. pp. 123-136 e Centenário do Massacre do Rio Negro. Zero Hora, Porto Alegre, 28/29 nov. 1993.

6 - O mal. Foch era instrutor de História Militar na Escola Superior de Guerra da França de onde saiu para comandar a vitória aliada na 1ª Guerra Mundial. Valorizava a História Militar como instrumento de formação do profissional

militar, com apoio na experiência alheia.

7 - Idem com apoio op. cit. nota 4.

8 - Transcrito por Pedro Dias de Campos em A Revolta de Seis de Setembro - a ação de São Paulo. Paris - Lisboa, Ailaud Alves, 1913. p. 36. Obra que será referida no final deste estudo.

9 - Idem op. cit. nota anterior.

10 - Idem op. cit. nota 4.

11 - Vide ref. na nota 4. Sentiu o seu valor militar olvidado, o historiador paranaense Milton Miró Vernalha.

12 - Chamava-se Alfredo Ernesto Jaques Ouriques. Nasceu em Porto Alegre, em 21 de fevereiro de 1848. Consagrou-se como estudioso de estratégia, ao publicar na Revista do Exército, em 1882, trabalho - Plano de Defesa Estratégica da Província do RGS e que reproduzimos em nossa obra O Exército na Proclamação da República. Rio, Bibliex, 1989. Segundo concluo de seus estudos, era engenheiro com vivência nas colônias militares de São Paulo de Itapura e Avanhandava. Com a Revolução deixou o Exército. Por volta de 1906 andava no Acre e Amazonas. Possui mais trabalhos na Revista do Exército citada relacionados por Rua Santos em sua Coleção Bibliográfica Militar. Rio, BIBLIEX, 1960. p. 111. VILASBOAS fornece outras indicações em Dicionário Bibliográfico Gaúcho. Palegre, Est/Edigal, 1991. Era engenheiro militar.

13 - Op. cit. nota 8 descreve os abusos praticados por esta tropa recrutada entre populares do Rio e que combateu em Tijucas, após o que se passou com seus oficiais e praças para os federalistas, tendo assinado ata a respeito constante de Vilalba. Rev. Fed. RGS. Rio, Laemert, 1897. doc. 134, p. 255.

14 - Segundo Wenceslau Escobar em Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense. Palegre, Liv. Globo, 1920. O autor foi editor de A Reforma, jornal federalista que se opunha à Federação. Em 1920 era dirigente do Partido Federalista. Teve sua obra de visão federalista respondida no mesmo ano e editora, pelo mal. João Cézar Sampaio que comandou a Divisão do Sul que libertou Bagé sitiada. São duas obras xifópagas, sendo que a última é raríssima, lemos a existente na Biblioteca do Exército, doada pelo gen. Souza Docca, bem como a de Wenceslau anotada pelo gen. Valentim Benício.

15 - A atuação da Divisão do Sul é descrita pelo seu comandante o então cel. Sampaio na obra mencionada na nota anterior O cel. Sampaio e os Apontamentos do dr. Wenceslau Escobar (Palegre, Liv. Globo, 1920), obra rara como referimos na nota anterior e que reputo de grande valor profissional pelas lições que contém. Não pode ser lida sem a do dr. Escobar.

16 - Estudamos o alte. Jerônimo Gonçalves nas op. cit. na nota 2. O desconhecíamos, até ouvir palestra do alte. Hélio Leôncio Martins no Centro de Documentação Geral da Marinha que, com isenção, vem fazendo uma nova leitura da Revolta da Esquadra e seus principais protagonistas, numa

visão corporativista salutar, a serviço da construção de uma Marinha do futuro com subsídios históricos, com base na Verdade e na Justiça, objetivos da História. O mesmo ele procedeu em relação à Revolta dos Marinheiros de 1910. Rio, Serv. de Documentação Geral da Marinha, 1988. Coleção Brasiliana v. 384.

17 - O alte. Batista das Neves integrou com destaque a Esquadra Legal. Em 1910 foi assassinado barbaramente pelos marinheiros revoltados do couraçado Minas Gerais que ele comandava no episódio A Revolta dos Marinheiros citado na nota anterior. Hoje é nome da enseada do Colégio Naval.

18 - Izidoro Dias Lopes, que mais tarde lideraria em São Paulo a Revolução de 1924, acompanhou os federalistas na invasão do Paraná e combateu no combate do Cerro de Ouro. De tudo o que viu prestou valioso depoimento ao cel. J. B. Magalhães na obra Consolidação da República. Rio, BIBLIEX, 1946. Depoimento federalista que não pode deixar de ser levado em conta pelos estudiosos militares da Guerra Civil 1893-95.

19 - Abordamos a hecatombe do Cerro de Ouro, onde, cerca de 300 a 400 civis bisonhos improvisados em soldados da Guarda Nacional de São Gabriel e Santa Maria sucumbiram às lanças das forças de Gumercindo Saraiva, entre as quais experimentados lanceiros brancos liderados por seu irmão Aparício Saraiva. Trabalho para os Anais do Congresso do Centenário da Revolução Federalista em Curitiba-PR, em maio de 1994, para publicação pela Assembléia Legislativa.

20 - Assunto abordado na nota 5 que estava sendo condenado a um memoricídio, como se constata das fontes disponíveis contemporâneas.

21 -Homenagem ao ten. cel. João Carlos da Silva Telles, do Exército que se destacou na defesa dos portos de Santos e do litoral norte de São Paulo.

22 - Chamava-se Homem Bom e era da Guarda Nacional.

23 - Sua avaliação do aniversário e do efetivo necessário para enfrentá-lo fora bastante substimado.

24 - Realizamos a 3ª conferência e última do Congresso do Centenário da Revolução Federalista em Curitiba em maio de 1994 sob o título: "Os cercos de Bagé e da Lapa e duas resistências épicas da História Militar do Brasil", a publicar nos Anais do Congresso pela Assembléia Legislativa PR.

25 - Arivaldo Silveira Fontes o biografou e deu-nos seu testemunho que sua absolvição posterior se deu à interferência de seus alunos da Escola Militar da Praia Vermelha que muito o estimavam. O abordo com comandante da atual 3ª Região Militar no Rio Grande do Sul, como o seu comandante durante a eclosão do movimento, na obra História da 3ª RM v.2, em preparo.

26 - A Esquadra Legal levou mais de 2 meses em organização e adestramento. Vide sua organização e história que resgatamos nas fontes da nota 2.

27 - A Esquadra Legal nada teve de Esquadra de Papelão. Sua ação decisiva

para o término da Revolta na Baía de Guanabara e da Guerra Civil em Santa Catarina e no Paraná. Seus tripulantes escreveram uma bela e difícil página da história militar naval do Brasil que procuramos resgatar num tributo à verdade e à justiça históricas. A Esquadra revoltada também não ficou atrás. Seus tripulantes comportaram-se como heróis na defesa de suas verdades e fizeram o possível e o imposssível para manter seus navios operando.

28 - Foi resgatada a memória de mártir do barão do Serro Azul no Congresso do Centenário da Revolução Federalista em Curitiba e a oradora, na sua isenção de julgamento, defendia que Gomes Carneiro por sua heroicidade deveria ter sido promovido a marechal post mortem. Jornal da Associação Comercial do Paraná, nº 1470, de 20 de maio de 1994, evocou o barão em ampla e comovente reportagem. Sua execução merece ser objeto do Tribunal da História para responsabilizar moralmente os culpados por sua execução sumária e inútil.

29 - Este personagem, Cesário Saraiva se tornou tristemente célebre por sua maldade inata: É estudado pelo prof. Milton M. Vernalha em Pica paus e maragatos já citado. Manoel da Costa Medeiros em História do Herval. Porto Alegre, 1980 registra atrocidades por ele praticadas em Herval-RS, mas propaga a inverdade de que Gumercindo Saraiva tenha mandado degolar 70 defensores que se renderam na Lapa, de igual forma que o Dr. Wenceslau Escobar divulga em seus Apontamentos que Gomes Carneiro tenha mandado atirar em mulheres e crianças que deixavam a Lapa. Enfim, a paixão da época levou a propagar-se inverdades como estas ofensivas a Gumercindo e a Gomes Carneiro. Mas nesta revolução a primeira vítima foi a verdade. Em tempo de guerra a mentira é como terra!

30 - Firmino Pires Ferreira chegou a marechal. Foi promovido a general de Brigada em 12 de julho de 1895. Era filho do Piauí que mais tarde representou no Senado. Foi herói da Guerra do Paraguai como alferes. Era de Artilharia e Engenheiro Geógrafo e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Em 18 de abril foi elogiado pelo gen. Ewerton Quadros "pela inteligência, valor e perícia tantas vezes comprovadas no campo de batalha e que mais uma vez foram postos a prova em defesa da República". Por Ordem do Dia nº 32 o gen. Ewerton "agradece os inolvidáveis serviços que o distinto cel. Firmino prestou à República na organização das forças que firmaram o domínio da lei no território do Paraná". Retornou ao Rio em seguida (Dados retirados de sua fé de Ofício no Arquivo Histórico do Exército). O texto fornece mais dados.

31 - Colaboramos com o Congresso do Centenário da Revolução Federalista com a conferência. "Os cercos de Bagé e da Lapa e duas resistências épicas". "Repercussões estratégicas da resistência da Lapa"e, "As repercussões do combate do Cerro do Ouro na invasão do Paraná"(para os Anais do Congresso).

SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS FERROVIAS BRASILEIRAS

Célio Debes

I - Introdução

Uma das questões cruciais da administração provincial, entre nós, foi a relacionada com a conservação das estradas.

Abertas no solo nú, sujeitas às intempéries, exigiam constantes esforços para eliminar os danos que as chuvas causavam a seus leitos e às suas margens, com solapamentos e deslizamentos, bem como às precárias pontes e pontilhões construídos a seus longos.

É das crônicas de meados do século passado a crítica acerba ao estado lastimável dos caminhos, dificultando e mesmo impedindo o tosco transporte de passageiros e de gêneros, estes feitos por pesados carros de bois e pelas tropas numerosas e insubmissa de muares, às voltas com largas crateras, os famosos **caldeirões** e com os extensos lamaçais intransponíveis (1). A situação provocava reclamos insistentes às autoridades, assoberbadas com tais obras intermináveis, periódicas, que mais angustiosas se tornavam, dada a escassez de recursos pecuniários para atendê-las.

A braços com essa realidade, um dos Presidentes da Província, José Antônio Saraiva, dos mais notáveis homens públicos do Império, rejubilando-se com a próxima concessão da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí, declarava à Assembléia Legislativa Provincial que, dentre os benefícios que se obteriam com a obra a ser encetada, figurava a "cessação das despesas avultadas, que atualmente fazemos com a parte da Estrada, que tem de ser **substituída** pela linha férrea"(gn). (2). Este trecho contém, ainda que inconscientemente, um dos germes que têm tisnado a visão oficial do problema relacionado com os transportes (no plural). Traduz a substituição e não a integração das várias vias e dos vários meios de transportes...

Embora só na segunda metade do século XIX se tenha efetivado a construção da primeira ferrovia no Brasil, a idéia de sua implantação é contemporânea do aparecimento desse sistema na Inglaterra, onde se abriu,

para o público, a primeira estrada de ferro (1830). Em 1832-1833, cogitou-se, na Província de São Paulo, da construção de um caminho de ferro, ligando o porto de Santos ao interior.

Ora, sendo tão precoce a iniciativa, é de se indagar das razões que motivaram o retardamento de sua efetivação. Um exame das condicionantes dos empreendimentos neste sentido, permitirão compreender a problemática do surgimento e do desenvolvimento das ferrovias entre nós.

Para tanto, convém proceder-se a uma periodização do desenvolvimento das idéias relativas à implantação das ferrovias no País.

Adolfo Augusto Pinto, em seu clássico **História da Viação Pública de São Paulo (Brasil)**, na sistematização de seu estudo, dividiu o "desenvolvimento ferroviário" em quatro fases. A primeira compreendendo os "ensaios malogrados"; a segunda se refere aos resultados positivos, com as concessões "feitas com os favores de privilégio de zonas e garantia de juros"; e a última, a da liberdade de iniciativa, sem a proteção do Estado, com respeito aos direitos adquiridos (3).

Essa divisão, além de certa dose de subjetividade, não estabelece balisas perfeitamente delimitadas.

Optamos, por isso, por critério mais rígido, no tocante aos parâmetros. Como as normas reguladoras das concessões emanaram, em sua grande maioria, de preceitos legais específicos, tomamos por base, para a periodização, os vários momentos em que cada qual dessas leis predominou.

II - A Periodização

A legislação disciplinando a abertura de estradas, no período imperial, quando o Estado era unitário, tinha suas bases principais fixadas no que, então, se denominava "leis gerais" (na linguagem atual, federais). Assim, durante o Império, temos quatro leis, uma genérica e três específicas sobre o assunto. São de 1828, 1835, 1852 e 1873. Com a proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891, a competência para legislar sobre ferrovias passou à esfera dos Estados. Assim, podemos dividir nosso estudo em cinco fases.

1 - Primeira Fase (1828-1835)

Neste período, vigeu a Lei de 29 de agosto de 1828, que estabelecia "regras para construção das obras públicas, que tiverem por objeto a navegação dos rios, abertura de canais, edificações de estradas, pontes, calçadas e aquedutos".

Dispunha que tais obras poderiam ser executadas por empresários nacionais ou estrangeiros, individualmente, ou mediante associação. Estabelecia que a competência para autorizar essas obras cabia a) ao Governo Imperial se

as mesmas tivessem lugar no Município Neutro (a Capital do Império), ou abrangessem duas ou mais Províncias; b) aos Presidentes de Província, em Conselho (o Conselho da Presidência era um colegiado que, nos casos previstos em lei, devia ser obrigatoriamente ouvido, para que os atos dos Presidentes tivessem eficácia), quando executadas, exclusivamente, no âmbito de seu território: c) às Câmaras Municipais, se circunscritas às respectivas divisas (esta competência seria eliminada pelo Ato Adicional (1834), art. 10, inciso 8).

Foi nessa fase que se cogitou da construção da primeira estrada de ferro no Brasil Coube a duas firmas comerciais associadas, uma nacional - Aguiar, Viúva, Filhos & Cia, estabelecida em Santos - e outra, inglêsa - Samuel Phillips & Cia., com sede no Rio de Janeiro - a iniciativa de pleitear a concessão com este objetivo. Dirigiram, em 1832, ao Governo Provincial de São Paulo uma proposta visando a "promover uma Companhia de capitalistas nacionais e estrangeiros para conduzir da melhor forma e mais barato do que agora se faz, os gêneros das Províncias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso e duma parte de Minas do Porto de Santos até Porto Feliz e as suas ramificações".

Esta promoção, que não aludia a estrada de ferro, foi reformulada, no ano seguinte, de modo que os interessados passaram a cogitar do "estabelecimento duma Companhia de Capitalistas nacionais e estrangeiros" destinada a construir uma "**estrada de ferro** que facilitasse os transportes dos gêneros do comércio entre o Porto de Santos e a Vila de Porto Feliz e suas ramificações, baixando o preço das conduções, depondo os gêneros sem deterioração no ponto de seus destinos e facilitando a expansão do comércio e da riqueza provincial" (gn).

Tanto na proposta primitiva, quanto na que se lhe seguiu, a busca de Porto Feliz, como o ponto terminal da estrada, demonstra a preocupação em integrar o sistema viário novo com o fluvial, existente, numa visão inteligente de conjunto, rara nos dias que correm!...

A demora do pronunciamento oficial, levou o sócio inglês a se desinteressar do negócio, fato que embargava a possibilidade de se levantarem os capitais precisos para a concretização do empreendimento (4).

Embora frustrada, esta tentativa merece destaque, não apenas por se tratar de primeira incursão neste campo, mas igualmente, por se tratar de iniciativa levada a efeito pouco depois da implantação deste sistema viário no mundo(5).

2 - Segunda Fase (1835-1852)

Algum tempo depois, o Parlamento Imperial passa a se ocupar, especificamente, de estradas de ferro. Em decorrência, é editada a Lei 101, de 31 de outubro de 1835 (6). Suas características principais consistiam em a)

conceder privilégio, por quarenta anos, à companhia, ou companhias, que se propusesse(m) a construir "uma estrada de ferro da Capital do Império para as de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia (...) para uso de carros de transporte de gêneros e passageiros"; b) limitar a tarifa a 20 réis por arroba/km e a 90 a condução de passageiro; c) liberar os empregados nacionais da empresa do recrutamento de mar e terra, pelo espaço de cinco anos; d) isentar, por igual tempo, dos direitos de importação o material que necessitasse; e) assegurar direito à cessão gratuita das terras devolutas e de desapropriar as particulares, que seu traçado exigisse; f) serem considerados como de "interesse do capital nos primeiros 40 anos", as taxas cobradas pelo "trânsito das estradas, pontes e canais"; g) liberdade de estabelecer o valor do pedágio, ou direito de passagem.

Aos preceitos da Lei 101, se juntavam outros, nela mencionados, da Lei 24, de 17 de setembro do mesmo ano, que disciplinava a concessão de privilégio a uma companhia que se propusesse a explorar a navegação a vapor do Rio Doce. Como se vê, o Império procurava, logo cedo, modernizar-se!

Estas normas inspiraram a apresentação de algumas propostas, todas frustradas, de construção de estadas de ferro. A citada firma Aguiar, Viúva, Filhos & Cia., associada a Platt & Reid, submete à Província de São Paulo sua pretensão de construir "estradas ou canais, uma e outra coisa, apropriada ao trânsito de carros ou barcos a vapor, ou outras máquinas, para transporte de gêneros de Santos, Piracicaba ou Porto Feliz e vice-versa". A Lei provincial 51, de 18 de março de 1836, modificada pela 115, de 30 de março de 1838, autorizou o governo a conceder o privilégio. O falecimento de Frederico Fomm, gerente da firma de Santos e genro de sua titular, pôs termo ao projeto (7).

Outra manifestação de interesse no mesmo sentido, sob a égide da Lei 101, se deve a Tomás Cochrane. Por ato do Governo Imperial, obteve ele "privilégio exclusivo por 80 anos (...) para, por meio de companhia que organizar, construir o caminho de ferro que, partindo da Corte, fosse terminar na Província de S. Paulo"(8).

Na conformidade das "condições" a que estava sujeito o empreendimento, os carros a serem utilizados, poderiam ser "movidos por animais ou por vapor, ou por qualquer agente posteriormente descoberto, que mais facilmente desempenhe o fim de conduzir gente, artigos de lavoura e indústria de qualquer natureza com segurança, economia e rapidez. Mas, de todas elas a mais importante, era a constante de cláusula 14, que assegurava um favor não previsto na lei, o **privilégio de zona**, consistente em assegurar a exclusividade de operação numa faixa de 5 léguas (31 km) de cada lado da faixa da linha, em toda sua extensão. A estrada deveria, partindo da Capital do Império, atravessar o município de Iguaçu e, "passando a serra em lugar azado", tocar as margens do Paraiba, para depois atingir Piraí, Barra Mansa, Rezende e

"terminar na Província de S. Paulo".

Cochrane não logrou, no prazo contratual, nem no da prorrogação que obtivera, organizar a **Imperial Companhia da Estrada de Ferro**, pelo que caducou a concessão (9).

3 - Terceira Fase (1852-1873)

A estrada em vigor da Lei 641, de 26 de junho de 1852, é que abriu a possibilidade concreta de se implantar o transporte ferroviário no Brasil.

Sua epígrafe sintetizava seus objetivos. "Autoriza o Governo a conceder a uma ou mais Companhias a construção total ou parcial de um caminho de ferro, que partindo do município da Corte, vá terminar nos pontos das províncias de Minas Gerais e S. Paulo, que mais convenientes forem".

Seria, aparentemente, uma lei como as demais, sem sentido prático, com a mera finalidade de conferir privilégio, por determinado lapso de tempo, para se abrir e explorar uma estrada de ferro. Um de seus dispositivos, porém, fugindo das práticas anteriores, introduziu elemento que viabilizou o levantamento de capitais. Instituiu a **garantia de juros**, em favor do capital empregado na obra, isto é, corporificou a verdadeira pedra de toque para a concretização de qualquer empreendimento econômico. Além disso, integrou, entre as vantagens asseguradas à empresa, o privilégio de zona, já acenado, desde 1840, como se viu. Com a garantia de juros, o Governo se obrigava a pagar "à companhia o juro de 5% do capital empregado na construção do caminho de ferro, ficando ao mesmo Governo a faculdade de contratar o modo e o tempo do pagamento deste juro". A lei previa, ainda, regras que buscavam assegurar o reembolso ao Tesouro dos pagamentos que tivesse efetuado àquele título. Para tanto, os beneficiários passariam a responder pelos encargos resultantes, a partir do momento em que "a Companhia tiver feito dividendos de 8% pelo menos". Ao mesmo tempo, numa demonstração de cuidados para com o interesse público, protegia os usuários. Impunha "a redução nos preços da tabela de transportes", sempre que a distribuição dos dividendos aos acionistas atingisse o limite máximo fixado!

Sobre o binômio **privilégio de zona/garantia de juros** se assentaram as realizações pioneiras no setor. É que tais vantagens podiam ser estendidas às companhias que se propusessem a construir caminhos de ferro em quaisquer outros pontos do Império.

Sem nos determos no exame das condições e das circunstâncias em que se criaram, assinalaremos que, sob a égide da Lei 641, foram postas em tráfego cinco ferrovias. Sua distribuição pelo território nacional e a origem de seus respectivos capitais denotam o alcance das medidas decorrentes dessa lei.

Ano *	Estrada	Província	Capital (origem)
1854	Mauá	RJ	nacional-privado
1858	Recife-S.Francisco	PE	inglês
1858	D. Pedro II **	Corte	nacional-público
1860	Bahia-S.Francisco	BA	inglês
1867	Santos a Jundiaí	SP	inglês

* Da inauguração do primeiro trecho da linha.
** A construção desta estrada foi, inicialmente, nacional e privada; dificuldades para o levantamento do capital, levaram o Governo Imperial a assumir os encargos da construção e operação da linha.

Ao término da Guerra do Paraguai, o parque ferroviário brasileiro, representado por essas linhas, todas em bitola larga (1,60m, menos a de Mauá, que era de 1,68m), perfazia 730km., dos quais a maior porção correspondia quase à metade do total (D. Pedro II = 311 km).

Ainda nesta fase, se constituíram a Companhia Paulista da Estrada de Ferro de Jundiaí a Campinas (1868) - cujo tráfego se iniciou em 1872 - e a Companhia Mogiana (1872).

Cabe lembrar que a organização da Paulista, por inspiração de Saldanha Marinho, deu início aos empreendimentos econômicos de vulto, com emprego exclusivo de capitais privados nacionais (10).

4 - Quarta Fase (1873-1891)

Esta fase se inicia com a Lei 2450, de 24 de fevereiro de 1873 e se estende até a promulgação da Carta republicana de 1891.

A Lei 2450, na verdade, não substituiu a 641; alterou-a parcialmente, em pontos importantes. Em síntese, aperfeiçoou-a. Racionalizou a outorga da garantia de juros e criou a subvenção quilométrica, que não excedia da quinta parte do capital orçado da estrada; passou a exigir que os projetos fossem acompanhados da demonstração de sua viabilidade econômica; coibiu o desordenado aparecimento de planos e indicou mais outro meio destinado a assegurar o ressarcimento das inversões que o Erário viesse a efetivar.

Assim, estatuiu que as companhias que se propusessem a construir vias férreas, para gozarem dos favores legais, deviam demonstrar "com seus planos e dados estatísticos, que estas [companhias] podem dar uma renda líquida de 4%". Além disso, tais favores se destinavam, apenas "às estradas que

servissem de principal comunicação entre os centros produtores e os de exportação", e, mesmo assim, somente "a uma estrada em cada província, enquanto esta estrada não produzir uma renda líquida que dispense os ditos favores".

O Governo Imperial ficava autorizado a conceder "uma subvenção quilométrica ou a garantir juros, que não excedam de 7%, correspondente ao capital empregado e pelo prazo de 30 anos". A disponibilidade do Tesouro para tais fins se limitava a 100.000 contos de réis; sendo vedada a concessão cumulativa do benefício com os assegurados pelas Províncias, podendo, no entanto, estes ser afiançados pelo Erário nacional.

Objetivando regulamentar as Leis 2450 e 641, foi baixado o Decreto 5561, de 24 de fevereiro de 1874. Nele, figurava um artigo que, extrapolando os preceitos das Leis citadas, atribuía ao Poder Central a competência para conceder privilégios às estradas de ferro "que sejam especialmente destinadas ao serviço da administração geral do Estado, ainda que circunscritas nos limites do território provincial". Com base neste preceito, facultava-se ao Governo Imperial declarar de **interesse geral**, isto é, de interesse nacional, qualquer estrada de ferro, projetada ou em execução, assumindo o encargo financeiro da obra e indenizando o concessionário pelos gastos eventualmente efetuados (11).

5 - Quinta Fase (1891-1934)

Com a proclamação da República, a Constituição de 1891 dispôs que "o direito da União e dos Estados de legislarem sobre a viação férrea e navegação interior, será regulamentado por lei federal". Em decorrência, editou-se a Lei 109, de 12 de outubro de 1892, segundo a qual a competência da União se circunscrevia às "vias de comunicação fluviais e ou terrestres, constantes do plano geral de viação que for adotado pelo Congresso", bem como a "todas as outras que, futuramente, forem, por decreto do Poder Legislativo, consideradas de utilidade nacional, por satisfazerem as necessidades estratégicas ou corresponderem a elevados interesses de ordem política ou administrativa". A restrição, no tocante aos poderes da União neste campo, se compensava pela faculdade de passarem à sua jurisdição todas as vias fluviais e terrestres que o Congresso Nacional declarasse de "utilidade nacional". Repetia-se, agora na lei, a norma extravagante do Decreto 5561, de 1874...

Obediente ao sistema federativo, a Lei declarava que "em todos os demais casos, aquela competência é dos poderes estaduais". E, ia mais longe, atribuindo ao entendimento entre as unidades federadas a elaboração das regras relativas aos melhoramentos dessa natureza, que dissessem respeito a mais de uma delas. Assim passou à esfera dos Estados a disciplina da concessão e

construção das estradas de ferro, nos respectivos territórios (12).

III - Fatores do Desenvolvimento Ferroviário Brasileiro

Dentre os fatores que concorreram para a expansão das estradas de ferro no Brasil, tem-se dado ênfase a dois, ambos de natureza econômica. São eles a **abolição do tráfico de escravos** e a **garantia de juros**.

Convém verificar a procedência e o alcance de tais asserções.

a) A Abolição do Tráfico

Na síntese da evolução econômica do Império, que traça em sua **História Econômica do Brasil**, Caio Prado Júnior destaca que, a partir de 1850, o surto de atividades industriais, comerciais e agrícolas ganharam novo impulso, que não mais se interrompe; constata-se a concentração de capitais de vulto, cujo principal elemento gerador é a agricultura, próspera e rentável. E aponta outro elemento que contribuiu para esse avanço.

> *"Além disto, a substituição dos escravos por trabalhadores livres (...)* ***mobiliza os capitais que dantes se investiam e imobilizavam naquela propriedade humana.*** *Os lavradores já não precisarão, como no passado, inverter a maior parte dos seus recursos em escravos, recorrendo para isto muitas vezes a créditos onerosos:* ***e grandes disponibilidades de capital até então fixos se tornaram circulantes e desembaraçados para outras aplicações, além do pagamento do trabalho agrícola****"*(gn).

E, ao cuidar, especificamente, da abolição do tráfico e de suas conseqüências econômicas, consigna que

> *"O país conhecerá pela primeira vez um desses períodos financeiros áureos de grande movimento de negócios. Novas iniciativas e empresas comerciais, financeiras e industriais se sucedem ininterruptamente; todos os índices de atividade sobem de salto. A circulação monetária é fantasticamente alargada pela faculdade emissora concedida ao Banco do Brasil e pelo abuso de emissão de vales e outros títulos pelos demais estabelecimentos de crédito, firmas comerciais e até simples particulares. Tudo isto terminará num desastre tremendo - a crise de 1857, seguida logo por outra mais grave em 1864. O Brasil estreava nos altos e baixos violentos da vida financeira contemporânea. Mas, ficarão algumas iniciativas que marcaram época no país:* ***a primeira estrada de ferro inaugurada em 1854*** *(...)"* (grifamos) (13).

No mesmo sentido, se manifesta Hélio Viana (14), para quem "somente depois da extinção do tráfico de escravos africanos para o Brasil, **acontecimento que tornou possíveis capitais e iniciativas nacionais e estrangeiras**, pôde o país entrar no terreno das realizações efetivas, no setor ferroviários" (gn).

A teoria de que o desenvolvimento das estradas se vincula à abolição do tráfico de escravo carecia de demonstração, se fosse procedente.

O abrandamento da resistência nacional à abolição do tráfico de escravos não se circunscreve, apenas, aos fatores de ordem moral e à pressão exercida pela Inglaterra, como pretendem alguns autores (15).

Ao se aproximar da primeira metade do século XIX, a nossa grande agro-indústria da cana de açúcar começava a ceder lugar em importância econômica à lavoura cafeeira, até ser por esta suplantada (16). Por seu turno, o Império vai perdendo sua posição como exportador de açúcar, no plano internacional (17). O eixo econômico-financeiro do país se desloca, dessa forma, para o sudeste. O corolário desta situação foi o desencadeamento da crise nas áreas canavieiras que não lograram substituir esta lavoura pela do café. E tanto mais aguda se tornava a crise, quanto maior fosse o número de escravos que os senhores de engenho possuíssem. É que, além da imobilização de capitais, agora improdutivos, a escravaria exigia enormes dispêndios com sua manutenção. A situação se tornava insustentável, se prolongada por tempo dilatado. O problema surgido com o grande **stock** de escravos ociosos exigia solução pronta e eficaz. Cumpria dar-lhes ocupação e aproveitamento onde se requeria sua contribuição. O lugar indicado, obviamente, eram as zonas onde floresciam e abundavam os cafezais, a cada dia mais carentes de mão-de-obra.

A manutenção do tráfico africano constituía óbice intransponível para que se solucionasse a questão. Sua extinção se impunha. É óbvio que, além das pressões internacionais, a situação desesperadora da agro-indústria canavieira influiu na adoção dessa providência, consubstanciada na **Lei Eusébio Matoso**, posta em vigor em 1850. Significativa é esta passagem da biografia de Eusébio de Queirós Coitinho Matoso Câmara, da lavra de um de seus descendentes.

> *"Eusébio de Queirós foi encarregado de preparar o projeto, que adotado pelas câmaras é hoje a lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Desta data se deve contar a extinção do tráfico, tendo a energia de Eusébio de Queirós, eficazmente coadjuvado por seus dignos colegas,* ***conseguindo aquilo, que não pôde conseguir o governo inglês com toda a sua força, com todo o seu despotismo, com todas as violências que não hesita em praticar contra as nações mais fracas****"* (gn) (18).

A energia do autor do projeto, a bem dizer, consistiu na aquiescência dos, agora, grandes interessados na supressão do tráfico, que viam, até então, nesse tipo de mercancia uma atividade conveniente. Por isso, e apesar dos riscos que poderia ocasionar, o poderio britânico, com todos os seus meios prepotentes, não lograra coartar...

Ao contrário de sua similar de 1831, a Lei 581 estabeleceu normas coercitivas eficazes, a principiar pela competência para conhecer de seus crimes

e julgar os contrabandistas de escravos... A realidade é que, a partir da nova Lei instala-se no país o **tráfico interprovincial de escravos**! E, com base nele, os lavradores de café das Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo se abastecem de mão-de-obra servil. Contra este comércio, se insurgem os partidários da introdução do trabalho livre, nos meios agrícolas, principalmente os republicanos paulistas. Campos Salles sustentava, em 1881, que "no norte o escravo é mera mercadoria; no sul é mero instrumento de trabalho" (19).

Como se verifica o fluxo desse tráfico se dirigia do nordeste para o sudeste. Ora, se nesta região havia demanda de escravos, a prevalecer a hipótese acima referida, nela não sobejariam recursos desviados do mercado de cativos para a implantação das ferrovias. Em contrapartida, ainda na conformidade do mesmo raciocínio, a sobra de meios financeiros devia ocorrer nas áreas onde o elemento servil de tornara desnecessário.

A prevalecerem, pois, tais conjecturas, é curial que, no nordeste é que o surto ferroviário tinha de ganhar expressão, através do emprego de capitais **privados nacionais**; de igual modo, no sudeste deveria ocorrer a estagnação desse meio de transporte, ou sua ativação graças à interferência oficial ou do capital estrangeiro. O que se constata, no entanto, é que nesta última região as estradas de ferro surgem devido à iniciativa e ao concurso pecuniário dos lavradores no geral, das regiões servidas pelas linhas que se implantavam. O capital, aqui, é nacional e privado!

A primeira empresa de porte que se constituiu no país, servindo-se desse expediente, foi a Companhia Paulista de Estrada de Ferro de Jundiaí a Campinas, por inspiração de um dos mais eficientes administradores da província, o pernambucano Joaquim Saldanha Marinho, a quem se deve a escolha de sua denominação. **Paulista**, em oposição à **Inglesa**, designação pela qual se tornou conhecida a The S. Paulo Railway Co. (20). O exemplo frutificou, dando origem a vários outros empreendimentos da mesma natureza em terras paulistas. Assim, surgiram a Mogiana, a Ituana, a Sorocabana (esta com parte do capital subscrito na Corte), a São Paulo-Rio de Janeiro (mais tarde convertida no trecho paulista da Estrada de Ferro Central do Brasil) e a Bragantina. Em Minas, se implanta a Leopoldina e, no Rio de Janeiro, constroem-se várias pequenas ferrovias (21).

Na conformidade de registros publicados em 1886, nas Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, depois da vigência da Lei Eusébio Matoso e até este ano, apenas uma estrada de ferro se construiu com capital local (Bahia, E. F. de Nazaré) e outra através de empresa organizada no Rio de Janeiro (E. F. Bahia-Minas, conhecida como E. F. de Caravelas), as demais foram realizadas pelo Governo Imperial e pelo Provincial, ou, em sua maioria, com capital inglês (22).

b) A Garantia de Juros

A garantia de juros, como se disse, teve a finalidade de revestir de segurança os investimentos de capitais da construção de estradas de ferro, principalmente os captados no exterior.

Fatores vários, de ordem internacional, prejudicaram a afluência de recursos oriundos do estrangeiro, mais precisamente da Inglaterra, então, o centro financeiro mundial. Entre outras causas, é de se assinalar o descrédito em que caíram as garantias dadas pelos governos de várias das nações beneficiadas, que não honravam os compromissos assumidos. Tais atitudes se refletiam negativamente entre os pequenos investidores britânicos, que deixavam de auferir os dividendos com que se lhes haviam acenado, no momento da captação de suas economias. Ademais disso, em seu próprio país se lhes ofereciam aplicações mais seguras.

Diante disso, a garantia de juros não logrou ampliar, como era de se esperar, a vinda de capitais estrangeiros. As companhias nacionais, estas sim, embora concentradas no sudeste, floresceram, em sua maioria bafejadas, como as demais do país, por esse incentivo.

Por volta da década de 70, intensa campanha, difundida pela imprensa, sustentava teoria que reputava mais econômicas as ferrovias, em razão inversa da largura de suas bitolas. Quanto mais estreitas as distâncias entre trilhos, mais rentável seria a estrada. Nesta senda, os Poderes Públicos passaram a só conceder a garantia de juros às linhas com largura de 1,00m, negando-se às de bitola mais larga, como as de 1,60m, mesmo em se tratando de prolongamento de vias já existentes!

Este critério veio quebrar o padrão das bitolas da rede ferroviária nacional, com evidentes prejuízos para o tráfego dos trens e o encarecimento dos custos dos transportes, devido as baldeações de passageiros e transbordo de mercadorias (23).

A garantia de juros, se, de um lado, exerceu papel importante na implantação e no desenvolvimento do sistema ferroviário brasileiro, de outro, onerando o Erário, contribuiu para o abalo de sua estrutura, levando o Poder Público, paulatina e inexoravelmente, a assumir sua propriedade e administração, com os inconvenientes conhecidos. A política unimodal de transportes adotada no Brasil, após a última conflagração mundial, agravando-lhe a situação, conduziu o sistema ao estado de estagnação em que se encontra...

A propósito dos resultados decorrentes da adoção do regime da garantia de juros, escrevia Castro Carreira, em 1889:

"As estradas de ferro no Brasil têm sido construídas com capitais

nacional e estrangeiros garantidos pelo Estado [isto é, pelo Governo Imperial], destas, apenas a Jundiaí a Santos (sic) na província de S. Paulo realizou lucros, que compensaram os capitais empregados e satisfizeram a importância dos juros recebidos como garantia pelo excesso de 8%: todas as outras (...) têm pesado sobre o tesouro na garantia de juros" (24).

O vulto desse ônus, suportado pelo Tesouro nacional, pode ser avaliado facilmente. Em 1888, o capital das estradas de ferro no Brasil perfazia o total de Rs. 517.856: 479$620. Deste montante, Rs. 195.636: 004$782 constituiam o valor das estradas pertencentes à Nação e Rs. 167.021: 299$678 o do capital garantido. Pois bem, desde a instituição da garantia de juros até 1887, o Governo Imperial despendera, a este título, Rs. 113.317: 115$962 (25). Quer dizer, a importância gasta para satisfazer tal favor, corresponde, na realidade, a quase o montante do capital garantido!

Na verdade, o expediente idealizado como chamarisco de recursos, principalmente externos, se converteu num meio de sangria dos cofres públicos, com repercussões, naturalmente, em toda a economia nacional.

É evidente que esse resultado pouco interessante se deve a vários fatores, entre os quais se incluem a má administração, os traçados insatisfatórios, os projetos elaboradas sem estudos de viabilidade econômica, a multiplicidade de bitolas, etc. (26).

Conclusão

Na falta de objetividade das normas que regeram a implantação e o desenvolvimento das estradas de ferro no Brasil está, sem dúvida, a raiz da decadência do nosso complexo ferroviário. Mas, outros elementos, advindos posteriormente, alguns intencionais, contribuíram para agravar-lhe as condições de eficiência, contaminando a parte sadia do sistema. E esta existia!

O dilatado período em que durou a Segunda Guerra Mundial, obstava a conservação das estradas de ferro, cujo desgaste, tanto do material fixo, quanto do rodante, pela impossibilidade de repará-los, afetara, grandemente, seu desempenho. Cessado o conflito, a lentidão com que os países industrializados se desmobilizaram do esforço bélico para retornarem às atividades tradicionais, bem como a precisão da Europa e dos Estados Unidos, aquela, de reconstruir e, estes, de reaparelharem seus complexos ferroviários, embaraçavam os esforços no sentido daquela restauração.

De outra parte, o término das hostilidades, gerando o que se convencionou chamar de **excedentes de guerra** - que os norte-americanos forneciam a baixo preço, com largo prazo para pagamento e período de carência

- permitiu o ingresso no país de maquinaria apropriada à abertura de estradas, como as de terraplanagem, revolucionando as técnicas de construção de obras públicas, até então desconhecidas entre nós.

Surge, em decorrência, modalidade nova de **via** de transporte - com traçado vantajoso e largo, pavimentada, com grandes cortes, rampas suaves, raios de curvas amplos, refeitas de obras de arte, vencendo vales, rios e abismos - abertas pelos poderes públicos, com verba orçamentária e a fundo perdido. A inovação deu origem à concorrência entre esta modalidade e as vias férreas.

As ferrovias, são empresas que exploram **via/meio de transportes. Nestas condições, estão obrigadas a contabilizar seus gastos, com os estudos e projetos de suas linhas, com a aquisição das faixas de terra onde deveriam assentar seus trilhos, com a construção da via permanente e dos edifícios indispensáveis às suas operações, com a compra e manutenção do material fixo e rodante, com a guarda e conservação de seu patrimônio, além das despesas operacionais e de custeio. Mantêm, enfim, permanentemente, registrados os dados contábeis de sua atuação, o que permite a avaliação de seus custos, realizada, nem sempre considerando a complexidade de sua natureza.**

A distinção entre via e **meio** de transporte, é fator importante para a análise da concorrência que se abriu entre ferrovia e rodovia.

A primeira, para operar, além de seu leito, isto é, da **via, é obrigada manter frota de locomotivas, carros e vagões, ou seja, o meio** de transporte. Já para a segunda, a **via** é dádiva do poder público que, quando muito, cobra pedágio, em valor longe de cobrir os investimentos exigidos para sua implantação; e, para se servirem da rodovia, os interessados se utilizam, apenas de seus veículos, como **meio** de transporte.

Postas lado a lado, promove-se a avaliação dos efeitos da concorrência entre as duas modalidades. O valor do custo do transporte que ambas oferecem tem, evidentemente, de ser diferente. Enquanto uma, beneficiada pelas vantagens de se utilizar de **via** franqueada ao público, só tem de computar o dispêndio com o **meio**, a outra sofre os ônus decorrentes de ambos os elementos. É óbvio que, do confronto entre os dois cálculos, as tarifas rodoviárias levam vantagem...

Acresça-se a esta situação, o fato de que, por imposição legal, as ferrovias são obrigadas as transportar toda e qualquer mercadoria que se lhes apresentem, obrigação a que não estão sujeitas as empresas rodoviárias. Daí deriva um outro tipo de desvantagem para as estradas de ferro, para as quais se reservam as mercadorias sobre as quais incidem as tarifas mais baixas, sem o contra-peso das que cobrem os custos...

As análises precipitadas, ou de má fé, entre as duas espécies de transportes, concluem que as estradas de ferro seriam anti-econômicas!...

De tal raciocínio, decorreu a adoção da política unimodal de transporte, em detrimento das ferrovias, cujas linhas vêm sendo reduzidas substancialmente, com a extinção sistemática de seus ramais, ditos deficitários.

Da soma de todos esses percalços, resultou a absorção das estradas de ferro pelos poderes públicos, que seguindo diretrizes que ignoram o papel essencial por elas representado de **serviço público**, as relegam a plano secundário, onerando o Erário, ao mesmo tempo em que sacrificam a sociedade, como um todo, elevando o custo dos transportes, por falta de racionalidade...

Notas

(1) Célio Debes, **Campos Salles. Perfil de um Estadista**. Rio de Janeiro/Brasília, Francisco Alves/INL, 1978, 2ª ed., v. I, p. 77.

(2) **Província de São Paulo**. Discurso com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855. S. Paulo, Typographia 2 de Dezembro, 1855, p. 42.

(3) **História da Viação Pública de S. Paulo (Brasil)**. São Paulo, Typographia e Papelaria Vanorden & Cia., 1903. Embora Adolfo Pinto se atenha ao estudo da questão no âmbito estrito do território paulista, os parâmetros de que se valeu, no que concerne ao período imperial, podem ser estendidos ao plano nacional, sem quebra do critério que adotou.

(4) Este assunto mereceu tratamento desenvolvido em nosso **A Caminho do Oeste** (Subsídios para a História da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e das Ferrovias de São Paulo). Primeira Parte (1832-1869). São Paulo, Edição Comemorativa do Centenário da Companhia Paulista, 1968, cujas linhas gerais são seguidas nesta exposição.

(5) A primeira ferrovia aberta ao público, a Liverpool-Manchester, foi inaugurada na Inglaterra.

(6) A Lei 101 originou-se de projeto apresentado à Câmara pelos deputados Bernardo Pereira de Vasconcelos, Manuel Paranhos da Silva Veloso e José Floriano de Figueiredo, representantes, respectivamente, de Minas, Rio Grande do Sul e Bahia, o que explica os rumos que a estrada deveria seguir. Além de se atribuir, desarazoadamente, a este ato legislativo a denominação de **Lei Feijó** - que, na qualidade de Regente, limitou-se a sancioná-la, como de resto, procedeu no tocante às demais deliberações do Parlamento - emprestam-lhe, absurdamente, uma finalidade estratégica: sua construção visava a facilitar o combate aos **Farrapos**, então, em pé-de-guerra, nas plagas gaúchas!

(7) A respeito das tentativas de Aguiar, Viúva, Filhos & Cia., cf. Garcia Redondo,

"A primeira concessão de estrada de ferro no Brasil" (**Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. VI: 1-11, São Paulo, 1902; e **A Caminho do Oeste**, cit., p. 27-31.

(8) A transcrição é da ementa do Decreto Imperial, sem número, de 4 de novembro de 1840. Seu texto não figura na **Collecção das Leis do Império do Brasil**, publicação oficial, nem na coletânea organizada por José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo; acha-se, porém, inserto na **Legislação Ferro-Viaria Federal do Brasil**, compilada por Alberto Randolpho Paiva (Rio de Janeiro, Ministério da Viação e Obras Públicas, 1922, v. I, p. 11).

(9) Sobre o malogro de Tomás Cochrane, há numerosa bibliografia, da qual destacamos **O Surto Ferroviário e seu Desenvolvimento** (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942; Separata dos **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**), de autoria de José Luiz Baptista.

(10) A propósito da eficiente atuação de Saldanha Marinho, cf. **A Caminho do Oeste**, cit. p. 81-90.

(11) É exemplo desse procedimento o Aviso nº 5, de 22 de setembro de 1876, do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dirigido ao Presidente da Província da Bahia (Alberto Randolpho Paiva, op. cit, v. II, p. 783).

(12) No Estado de São Paulo, a matéria foi regulamentada pela Lei 30, de 13 de junho de 1892.

(13) 6ª edição, [S. Paulo], Brasiliense, [1961]; as passagens transcritas se encontram, respectivamente às pp. 199 e 157.

(14) **História da Viação Brasileira**, Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert Ltda., s.d. (Biblioteca do Exército, v. CXXXIX e CXL), p. 183-184.

(15) V. em Caio Prado Júnior, op. cit., o capítulo 15, dedicado à "crise do regime servil e a abolição do tráfico".

(16) Maria Thereza Schorer Petrone, **A Lavoura Canavieira em São Paulo**, Expansão e Declínio (1765-1851). São Paulo, Difusão Européia do Livro, [1968]. (Corpo e Alma do Brasil, XXI), p. 162-163; Gileno De Carli, **O Açúcar na Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, s.d. (**Separata do Anuário Açucareiro**, 1937; Célio Debes, **O Partido Republicano de São Paulo na Propaganda** (1872-1889). São Paulo, ed. do autor, 1975, p. 27-28.

(17) Gileno De Carli, op. cit., loc, cit.

(18) Manoel de Queirós Mattoso Ribeiro, **Apontamentos sobre a Vida do Conselheiro Eusébio de Queirós Coitinho Camara e Eusébio de Queirós Coitinho Mattoso Camara**. Rio de Janeiro, Imprensa Industrial, 1885, p. 57.

(19) **Campos Salles. Perfil de um Estadista**, cit., v. I, p. 170. Neste seu pronunciamento, Campos Salles ressaltava (p. 171) que, de acordo com a

divisão das "forças políticas veremos que mais de dois terços da Assembléia Geral pertencem às Províncias abolicionistas" (eram as do Norte e algumas do Sul, onde o escravo "é mercadoria sem valor". Lembre-se que, em época não muito distante, a expressão **norte** abrangia indistintamente esta região e o nordeste). O político paulista já profligara o tráfico interprovincial de escravos desde 1870 (p. 100).

(20) **A Caminho do Oeste**, cit., p. 93.

(21) Cf., sobre a origem dos capitais empregados na construção das estradas de ferro brasileiras, em quase todo o regime Imperial, Cyro Diocleciano Ribeiro Pessoa Júnior, **Estudo Descriptivo das Estradas de Ferro do Brazil** precedida da respectiva Legislação. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.

(22) No tocante às Províncias mencionadas no texto, v. a op. cit. de Cyro Diocleciano Ribeiro Pessoa Júnior. pp. 82, 91, 93, 104, 159, 163, 165, 168-169, 171, 174, 184, 188, 190 e 192.

(23) A Companhia Paulista, a fim de manter unificadas suas bitolas, se viu na contingência de renunciar à garantia de juros, ao prolongar suas linhas de Campinas a Rio Claro. A título ilustrativo, lembre-se que, nos Estados Unidos, a bitola padrão (1,44m) prevalece em toda sua rede ferroviária, de 380.000 km, permitindo o livre tráfego de suas composições através da totalidade de suas linhas.

(24) **História Financeira e Orçamentária do Império do Brazil** desde a sua Fundação. Precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independência pelo Senador Dr. Liberato Castro Carreira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 729

(25) Idem, p. 781.

(26) A única ferrovia apontada por Castro Carreira (op. cit., p. 780), a satisfazer a restituição dos juros adiantados pelo Governo Imperial, dentre todas as beneficiárias do mesmo favor, era de bitola larga. É verdade que outras, igualmente de bitola larga, como a do Recife a Palmares, a de Recife a Limoeiro, a Bahia a Alagoínha entraram na República devedoras do Tesouro Nacional. No entanto, fatores diversos contribuíram para a sua baixa renda. Adolfo Pinto (op. cit., p. 93) demonstra como as linhas de bitola estreita, de custo menor do que as de bitola larga, se converteram, operacionalmente, em estradas altamente onerosas, sem condições de propiciar uma capacidade de transporte compatível com o volume de produção e nem de reduzirem o preço das tarifas.

AS CRIANÇAS DA GUERRA DE CANUDOS (*)

Amélia Franzolin Trevisan

Neste ano de comemorações do centenário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na programação de Canudos, lembramos de seu cronista-mor, o sócio Euclides da Cunha, eleito em 5 de abril de 1897.

Foi neste Instituto, então com sua sede na Praça da Sé, nº 2, que Euclides recebeu sua primeira consagração pública como autor de Os Sertões, ao apresentar, em sessão de 5 de abril de 1898, trechos de seu futuro livro, sobre a climatologia dos sertões da Bahia, analisando o problema das secas no Nordeste.

Falar de Euclides é falar de Os Sertões, em especial de Canudos. O antigo povoado era formado por uma pequena capela e cerca de 50 casebres em ruínas; porém, a partir de junho de 1893, quando chegou o místico Antônio Conselheiro, acompanhado por milhares de seguidores, formou-se ali, um novo arraial chamado de Belo Monte, o qual cresceu rapidamente.

Em apenas quatro anos, de 1893 a 1897 foram construídas, pelo menos 5.200 casas, um cemitério e duas igrejas sendo que a maior ficou inacabada.

Amparados por sua fé e ou por motivos de sobrevivência, ali conviviam famílias inteiras expulsas de seus lares pelas secas, criadores de gado, lavradores, artesãos e negociantes; ex-escravos libertos pela lei áurea e índios de aldeiamentos próximos, ao lado de uma minoria composta por foragidos da justiça, prostitutas, bandidos e assassinos.

Entretanto eram renegados e expulsos os republicanos, maçons, protestantes e qualquer pessoa ligada ao governo da República.

As mulheres que constituiam a maior parte dos crentes, eram crioulas, caboclas, africanas e brancas de todas as idades, e repartiam-se em matronas beatas, mães de famílias e moças tímidas.

Moravam em casas de pau-a-pique cobertas de barro sobre folhas de icó, e eram divididas em pequenos cômodos: uma entrada, uma cozinha que servia de sala e uma alcova sem janelas; no seu interior, a mobília era constituída,

(*) Palestra proferida no auditório do IHGSP em 21 de setembro de 1994, Ano do Centenário.

geralmente de alguns bancos, caixas, um jirau, oratórios toscos com pobres imagens e rosários - sem camas e sem mesas; redes, berços de cipó, utensílios de cozinha e rocas e fusos ao lado de armas.

Apesar de sua pobreza, essas moradias não destoavam muito das espalhadas pelo sertão e ainda hoje existentes até em favelas de centros urbanos maiores.

De uma população calculada entre 20 e 30 mil pessoas, um terço seria de crianças de lares organizados como em toda parte, com pais, mães, irmãos, avós, tios... Milhares de crianças, em sua maioria nascidas antes da fundação de Belo Monte, muitas pelas estradas e caminhos.

A alimentação dos bebês consistia de leite materno e papinhas de leite de cabra com farinha de mandioca e rapadura; as crianças maiores recebiam os mesmos alimentos dos adultos: feijão, mandioca, milho, rapadura, farinha, carne de bode e, eventualmente, alguns peixes e frutas silvestres.

Elas vestiam roupinhas de algodão fiado e tecido por suas mães, sentadas às portas das pequenas vivendas, enquanto vigiavam seus filhos.

Da existência de escolas não tivemos informações seguras, mas com certeza ali morava uma professora; de médicos, nem pensar; as crianças como todos, recebiam cuidados de um renomado curandeiro, o Manuel Quadrado conhecedor da flora da região.

Quanto à religião, elas assistiam às rezas e prédicas do Conselheiro e durante algum tempo contaram com as visitas do vigário de Cumbe, padre Vicente Sabino que mantinha uma casa no arraial de Canudos, mas com seu afastamento por divergências com os homens, muitas crianças faleciam pagãs.

Meninos e meninas brincavam em frente às suas casas, na praça das igrejas e nas margens do rio Vaza-Barris; em sua existência simples e despreocupada, eram relativamente felizes, como só a infância sabe ser com tão pouco.

* * *

Mas um dia tudo mudou... Velhos rancores e futuros temores, desencadearam uma guerra insana, injusta e sem sentido contra uma pobre comunidade sertaneja que almejava apenas melhores condições de vida e estar em paz com sua crença.

E na expressão do autor de Os Sertões, mulheres e crianças passaram bruscamente, de um lar mais ou menos feliz para uma praça de guerra.

De seus sofrimentos temos o testemunho de Euclides ao relatar trágicos episódios como os seguintes:

No dia 24 de setembro de 1897, quando se completou o cerco de

Canudos, impedindo qualquer tentativa de fuga, viam-se bandos estonteados de mulheres e crianças fugindo dos incêndios da parte norte e correndo em tumulto para o sul; entre dois fogos, os grupos miserandos eram batidos de frente pelas baterias da Favela.

"Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro, a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?..."

Impressionado, Euclides se permite, às vezes, tristes ironias, assim:

"Voltando triunfante, a tropa que a princípio colhera em caminho meia dúzia de crianças de quatro a oito anos, por ali dispersas e tolhidas de susto."

Ou então:

"No colo de um soldado do 5° Batalhão, chega outro prisioneiro - tem seis meses".

Não se sabe ao certo quantas crianças e adolescentes perderam a vida "naquela sanga maldita"; pelas estradas e nas prisões; e quantas foram vendidas, escravizadas e até presenteadas.

Euclides da Cunha não se ocupou, de maneira particular, de meninas e mocinhas de Belo Monte; mas o repórter Favila Nunes enviado da Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, em carta de Canudos de 26 de setembro informou que:

"O General Artur Oscar que sabe aliar à bravura denodada de soldado um belo coração de pai, dá gostosamente estas crianças a quem as possa tratar, e por isso eu levarei a minha pobre Josefa. Quase todos os oficiais já têm uma desgraçadinha destas para proteger, o que se faz com o maior carinho e dedicação. Até o próprio General Artur tem uma e o General Barbosa duas protegidas".

Já Lelis Piedade, secretário do Comitê Patriótico e correspondente do Jornal de Notícias da Bahia, em carta de Queimadas de 14 de setembro, denunciou os abusos cometidos contra as prisioneiras e seus filhos. Diz ele:

"Alguns soldados, não obstante a recomendação de chefes, cometeram horrores contra jagunças e contra menores de ambos os sexos, matando-os cruelmente".

Por outro lado, relatou também episódios em que militares foram vítimas nas casas de Canudos, como o caso do alferes Mangabeira que, depois de salvar três crianças ameaçadas pelo incêndio, ao tentar salvar outras, foi ameaçado por uma moradora que atirou contra ele e feriu um soldado; e o de um menino de 11 anos que com uma carabina feriu o capitão Luciano, um soldado e matou um cabo, fugindo depois entre os casebres em ruínas.

* * *

O Comitê Patriótico da Bahia foi uma organização-não-governamental beneficente que estabeleceu em Cansanção, entre Monte Santo e Queimadas uma casa de enfermaria e repouso especialmente para atender oficiais e soldados feridos vindos de Canudos; em sua missão e na medida do possível, seu secretário Lelis Piedade prestou assistência às mulheres e crianças prisioneiras que chegavam com os soldados, feridas, sujas e desfalecidas pela fome e pela sede.

Terminada a guerra essa organização passou a cuidar exclusivamente das mulheres e crianças sobreviventes de Canudos, libertando-as das prisões e das pessoas desonestas, além de devolvê-las a seus parentes quando possível e colocando as pequenas órfãs em instituições pias e famílias respeitáveis.

* * *

Algumas crianças de Canudos tornaram-se personagens de Os Sertões e o primeiro jaguncinho que Euclides conheceu, foi ainda em Salvador, em agosto de 1897; durante o tempo de espera da partida para o sertão, o historiador realizava pesquisas coletando dados para seu futuro livro e participava de interrogatórios aos prisioneiros.

Entre eles, estava o Agostinho, um garoto de 14 anos, aprisionado em Monte Santo como espião, e foi através de seu depoimento que o escritor colheu importantes revelações sobre o Conselheiro, os principais chefes como João Abade, Pajeú, Vila Nova, Pedrão, Macambira e seu filho herói, além de aspectos da vida no arraial de Belo Monte.

Já a caminho de Canudos, em Queimadas, Euclides conheceu mais algumas crianças prisioneiras de guerra, entre elas José de apenas três anos; diz o autor:

"Um dos pequenos - franzino e cambaleante - trazia à cabeça, ocultando-a inteiramente, porque descia até os ombros, um velho quepe reúno, apanhado no caminho. O quepe, largo e grande demais, oscilava grotescamente a cada passo sobre o busto esmirrado que ele encobria por um terço. E alguns espectadores tiveram a coragem singular de rir. A criança alçou o rosto, procurando vê-los. Os risos extinguiram-se: a boca era uma chaga aberta de lado a lado por um tiro!"

E ante a surpresa de Euclides da Cunha, um outro prisioneiro, o Joaquim, de nove anos que demonstrou saber manejar com perícia as armas dos soldados.

Interrogado, "surpreendeu pelo desgarre e ardileza precoce. Respondia entre baforadas de fumo de um cigarro, que sugava com a bonomia de velho viciado. E as informações caíam, a fio, quase todas falsas, denunciando astúcias de tratante consumado."

Em Canudos, Euclides conheceu um outro menino de nome Ludgero,

a quem dedicou o maior carinho e que, talvez por modéstia do escritor não aparece no livro Os Sertões, mas, consta de sua Caderneta de Campo que no dia 21 de setembro, o general Artur Oscar e alguns oficiais, entre eles Euclides da Cunha, interrogaram o jaguncinho de sete anos, quase inanido, prisioneiro de Cocorobó; no dia seguinte, 22, o repórter escreveu textualmente:

"Noto com tristeza que o jaguncinho que me foi dado pelo general continua doente e, talvez não resista à viagem para Monte Santo."

Felizmente, com os cuidados de Euclides, o menino recobrou a saúde e resistiu à penosa viagem de Canudos a São Paulo, onde chegaram a 21 de outubro, sendo recebidos na estação do Norte, ali no Brás, por jornalistas de O Estado de São Paulo e muitos amigos.

Em São Paulo, Euclides confiou o pequeno Ludgero à proteção de seu confrade Gabriel Prestes, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e diretor da Escola Normal, que o criou como filho. Onze anos depois, em 1908, Ludgero Prestes e menino-jagunço de Cocorobó, formou-se professor...

Ainda em Canudos, no final da Campanha, Euclides da Cunha assistiu uma cena dolorosa envolvendo duas crianças cujos nomes se perderam:

"Era o caso de uma velha que se aboletara com dois netos de cerca de dez anos junto à vertente em que acampava o piquete de cavalaria. Os pequenos, tolhiços, num definhamento absoluto, não andavam mais; tinham volvido a engatinhar. Choravam desapoderadamente, de fome. E a avó, desatinada, esmolando pelas tendas os restos das marmitas, e correndo logo a acalentá-los, aconchegando-lhes dos corpos os frangalhos das camisas; e deixando-os outra vez, agitante, infatigável no desvelo, andando aqui, ali, à cata de uma blusa velha, de uma bolacha caída do bolso dos soldados, ou de um pouco d'água; acurvada pelo sofrimento e pela idade, titubeando de um para outro lado, indo e vindo, cambeteante e sacudida sempre por uma tosse renitente, de tísica, - constringia os corações mais duros. Tinha o que quer que fosse de um castigo; passava e repassava como a sombra impertinente e recalcitrante de um remorso..."

Por fim, todos nós conhecemos a parte final da luta de Canudos e seus últimos defensores: "Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados."

Fontes:

CUNHA, Euclides da - Os Sertões, São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1973.
GALVÃO, Walnice Nogueira - No Calor da Hora - A Guerra de Canudos nos Jornais, 4ª Expedição, 2ª edição - São Paulo, Ática, 1977.

MIGRAÇÃO E SUPERPOPULAÇÃO MUNDIAL (*)

Douglas Michalany

Sem dúvida alguma um dos maiores problemas que a Humanidade se defronta atualmente, se não for o maior, é o do crescimento demográfico e o da migração mundial.

Para tanto, basta citarmos alguns números espantosos e alarmantes para observarmos que, realmente, torna-se urgente a tomada de uma série de medidas capazes de manter um equilíbrio demográfico no planeta. A população mundial que hoje é de 5 bilhões e 600 milhões de pessoas, terá ultrapassado a marca dos 8 bilhões daqui a 30 anos! Ou seja, a população do mundo crescendo à razão de 1,7 por cento ao ano, sofreu um acréscimo de 93 milhões de seres humanos apenas no ano de 1992. Considerando que a população mundial estará fixada em números absolutos a partir de 1995 em um aumento de 98 milhões de habitantes anualmente, temos os seguintes dados bastantes expressivos:

98 milhões por ano, corresponde a 8.167.000 habitantes por mês, o que corresponde a 272.233 pessoas por dia, representando 11.343 pessoas por hora. Portanto temos um aumento populacional de 189 pessoas por minuto!

Estes números refletem no seguinte: segundo os dados da ONU (Organização das Nações Unidas), 4 bilhões e trezentas milhões de pessoas, ou seja - 78 por cento da população mundial atual, vivem em regiões menos desenvolvidas, enquanto apenas 1,2 por cento vivem nos países industrializados. Além disso nos países mais ricos, as taxas de crescimento populacional são de 0,5 por cento ao ano, enquanto que nas nações em desenvolvimento essas taxas são de 2,0 por cento ao ano. Dessa forma, segundo as projeções da ONU, o mundo desenvolvido terá mais de 173 milhões de habitantes até o ano de 2025, ao passo que os países pobres ganharão no mesmo período, 2 bilhões e 700 milhões de novos habitantes!

Estes dados são realmente bem expressivos e significativos. Vejamos alguns desses números por continentes:

(*) Palestra proferida no auditório do IHGSP em 3 de agosto de 1994, Ano do Centenário.

Europa
1992 - 512.000.000 de habitantes
2025 - 541.000.000 de habitantes
Taxa de crescimento: 0,3% (excluída a ex-URSS)

Ásia
1992 - 3.233.000.000 h.
2025 - 4.900.300.000 h.
Taxa de crescimento: 1,8%

África
1992 - 681.700.000 h.
2025 - 1.582.500.000 h.
Taxa de crescimento: 2,9%

América do Norte
1992 - 370.800.000 h.
2025 - 497.900.000 h.
Taxa de crescimento: 1,5%

América Central
1992 - 59.500.000 h.
2025 - 110.500.000 h.
Taxa de crescimento: 1,9%

América do Sul
1992 - 304.300.000 h.
2025 - 451.900.000 h.
Taxa de crescimento: 1,7%

Oceânia
1992 - 32.900.000 h.
2025 - 51.400.000 h.
Taxa de crescimento: 1,9%

Quanto ao crescimento urbano, este também oferece números preocupantes, pois o aumento populacional nas cidades é maior nos países sub-desenvolvidos e em desenvolvimento, do que nos países desenvolvidos.

Vejamos os números do crescimento urbano por continentes: África, 4,6%; Ásia, 3,5%; América Central, 3,0%; Oceânia, 3,3%; América do Sul, 2,7%; ao passo que a América do Norte tem apenas 1,9% e a Europa 0,7%, esta com a maior concentração urbana do planeta. Em 1950, 83% da população do mundo desenvolvido viviam em áreas rurais e cerca de 81% trabalhavam na agricultura. Em 1975, as áreas rurais ainda representavam quase 75% da população; no

final da presente década, calcula-se que esse valor baixe para 60%. Nas primeiras décadas do próximo século, mais de metade da população mundial viverá nas cidades. Um terço da população urbana mundial vive em cidades com mais de um milhão de habitantes. Um fenômeno dos últimos 20 anos é o crescimento das 'megacidades', nos países em desenvolvimento. Em 1950, sete das dez maiores áreas metropolitanas encontravam-se no mundo desenvolvido e nenhuma delas tinha uma população superior a 15 milhões. No final da década de 90, oito situar-se-ão no mundo em desenvolvimento e terão populações superiores a 15 milhões. A concentração das populações urbanas nas megacidades é impressionante: mais de 30% da população urbana vivem nas capitais da Argentina, Bangladesh, Egipto, República da Coréia, México, Peru, Filipinas e Tailândia.

Verifiquemos agora somente a evolução do crescimento das 5 primeiras cidades mais populosas do mundo; com suas respectivas áreas metropolitanas:

1 - Cidade do México	20.200.000 h.
2 - Tóquio	18.100.000 h.
3 - São Paulo	17.100.000 h.
4 - Nova Iorque	16.200.000 h.
5 - Changai	13.400.000 h.

para o ano 2000 a situação será a seguinte:

1 - Cidade do México	25.600.000 h.
2 - São Paulo	22.100.000 h.
3 - Tóquio	19.000.000 h.
4 - Changai	17.000.000 h.
5 - Nova Iorque	16.800.000 h.

Estes números bastam para evidenciar o que dissemos inicialmente, pois a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) calcula que mais de 2 bilhões de pessoas, ou seja, quase a metade da população mundial, sofrem problemas crônicos de desnutrição, sendo que as principais vítimas são as crianças, pois existe pelo menos 200 milhões de crianças com menos de 5 anos passando fome, dos quais 22.500.000 encontram-se no Brasil, e a cada ano morrem 13 milhões delas em conseqüência da desnutrição.

Independentemente desses números sobre a explosão demográfica mundial e o crescimento urbano, com o contínuo abandono das zonas rurais e a queda da produção agrícola no planeta, a Humanidade defronta-se com o seríssimo problema da Migração, a qual nesta década de 90 atinge níveis sem precedentes.

A MIGRAÇÃO NA DÉCADA DE 90 ATINGE NÍVEIS SEM PRECEDENTES

O crescimento demográfico mundial na década de 90 fixou-se em 1,7%, abaixo da taxa recorde de mais de 2%, no começo dos anos 70. As mulheres têm, em média, atualmente, menos filhos do que em qualquer outra altura. Entretanto, o crescimento demográfico explosivo das décadas anteriores teve como conseqüência um corte sem precedentes de mulheres e homens em idade fértil. Em virtude disso, o aumento absoluto anual da população humana alcançará um ponto máximo entre 1995 e 2000, em que rondará os 98 milhões de pessoas, como já dissemos. Há quarenta anos, os países em desenvolvimento eram responsáveis por 77% do crescimento demográfico mundial; hoje, a percentagem ronda os 95%. O desequilíbrio crescente é um dos fatores que mais contribui para a migração internacional, que atinge o fantástico número de 100 milhões de pessoas!, que remetem para as suas famílias a não menos fantástica soma de 66 bilhões de dólares anuais, ocupando o segundo lugar, logo a seguir ao petróleo, na economia mundial!.

Outro aspecto do impacto das tendências da população na migração consiste em que o crescimento no passado está por detrás dos movimentos de hoje. Alguns países - o México é um exemplo - conseguiram reduzir substancialmente as suas taxas de crescimento demográfico. Porém, as crianças nascidas quando as suas populações cresciam a um ritmo mais rápido, nas décadas de 1960 e 1970, são agora adultos em idade ativa, o que ajuda a explicar por que é que muitos desses países continuam a ser hoje, em dia, importantes produtores de imigração.

Ainda no México, por exemplo, todos os anos ingressam na população ativa um milhão de pessoas. Em contrapartida, nos vizinhos Estados Unidos, ingressa na vida ativa apenas o dobro, apesar de os Estados Unidos terem uma população três vezes superior à do México e uma economia 30 vezes maior.

As implicações do crescimento desigual do emprego e da procura são muito importantes. Na maioria dos países em desenvolvimento, o mercado de trabalho cresce muito mais lentamente do que o número de pessoas que procuram emprego. Uma saída possível é arranjar trabalho no exterior.

Os países do Leste Asiático em processo de industrialização rápida estão formando-se, ao mesmo tempo, países de origem e de acolhimento de imigrantes, sendo necessária uma enorme quantidade de metas em múltiplas direções para descrever o movimento de pessoas. Entre outras regiões de acolhimento figuram a África do Sul e o cone meridional da América do Sul.

Na migração internacional colidem duas tendências. Por um lado, o crescimento demográfico sem precedentes, dos anos 60 e do começo da década

de 1970, refletiu-se num crescimento da população ativa do mundo em desenvolvimento que ultrapassam largamente o crescimento do emprego nos países de origem. Por outro lado, muitos países - em especial os países industrializados da Europa e da América do Norte - estão cada vez menos dispostos a aceitar um grande número de imigrantes, não obstante o princípio reconhecido da reunificação da família, que está por detrás de grande parte da imigração.

QUASE METADE DOS IMIGRANTES SÃO MULHERES

A imagem histórica do migrante é a de um homem novo, de magras posses. Talvez esteja sozinho. Talvez leve a família para uma vida melhor na grande cidade ou no estrangeiro. Contudo, quase metade dos migrantes que atravessam as fronteiras internacionais são mulheres. Na Europa Ocidental, as pessoas que nasceram fora do seu país são, na maioria, mulheres. Na América Latina, a mais urbana das regiões do mundo em desenvolvimento, a maior parte das pessoas que migram do campo para as cidades é do sexo feminino. Alguns países assistem regularmente a movimentos de massas de mulheres que vão fazer trabalho sazonal nas indústrias de exportação. Além disso, as mulheres chegam a constituir 75% das populações de refugiados, sendo com freqüência o único amparo dos filhos e dos membros idosos da família.

As mulheres migrantes são, em regra, muito jovens - muitas delas partem pela primeira vez com menos de vinte anos - ou relativamente velhas. A migração das mulheres atinge efetivamente o seu ponto máximo, quando estão no final da casa dos 50 ou na casa dos 60 anos, na medida em que o divórcio, a separação ou a viuvez as obrigam a procurar novas oportunidades. Exceto na África, 'na sua maioria, as mulheres que migram sozinhas não são casadas'.

A cidade exerce especial atração sobre as mulheres rurais sem oportunidades de receber um salário nas suas comunidades de origem. Na África Sub-sariana, por exemplo, 'onde as mulheres chegam a produzir 80% dos alimentos cultivados para consumo local, apenas 8% detém a propriedade das terras que trabalham'. A necessidade de remuneração torna-se especialmente acentuada para as mulheres que ficaram nas suas terras e cujos maridos, irmãos e pais migraram, ou que enviuvaram, em conseqüência da AIDS.

Na realidade, os pais incentivam, com freqüência, a migração das filhas, como parte de uma estratégia de sobrevivência da família. Os fatos apontam para que, aliada à pobreza, a fecundidade elevada seja um incentivo para a migração feminina. Estudos levados a cabo na Ásia e na América Latina apuraram que as mulheres que migram provém, em regra, de famílias numerosas, mais do que de famílias médias, um desequilíbrio que ainda é mais pronunciado

entre as famílias que não possuem terras.

Acresce que alguns estudos descobriram que é mais provável que as mulheres enviem dinheiro para casa, quando emigram, do que os homens e que as remessas delas representam uma fração maior dos seus rendimentos.

Contudo, a baixa condição das mulheres acompanha-as, quando vão para outros destinos. O seu nível de instrução é inferior aos dos homens, o que limita as suas oportunidades, e, na maior parte dos casos, acabam por aceitar empregos inferiores - muitas vezes reservados às mulheres da comunidade migrante - que se caracterizam por salários baixos e reduzida segurança. Os patrões tendem a considerar as mulheres migrantes baratas, dóceis e dispensáveis.

Em conseqüência dessas condições, as mulheres que migram - quer para a capital do seu país quer para outros países - tornam-se, com freqüência, prisioneiras da sua baixa condição, tanto como migrantes como enquanto mulheres. Limitadas pela falta de instrução e muitas vezes por barreiras lingüísticas, podem ver-se restringidas às suas próprias comunidades, fora do trabalho. No emprego, não têm voz ativa nem meios de protestar contra os longos horários de trabalho e a violação das leis e normas trabalhistas locais.

O que é ainda mais importante é que as mulheres - em especial as refugiadas - são vulneráveis à violação e outras formas de exploração e violência sexuais. Casos de maus tratos e abusos sexuais infringidos a empregadas domésticas levaram alguns países de origem a restringir a emissão de licenças de trabalho no estrangeiro. No entanto, tem havido uma reduzida intervenção internacional, com vista a proteger as mulheres e nenhuma que mereça ser referida para dissuadir o tráfico ilegal de mulheres ou a prostituição, que está a explodir em muitas cidades do mundo em desenvolvimento.

OS REFUGIADOS SOMAM CERCA DE 17 MILHÕES!

Em 1991, os refugiados somavam cerca de 17 milhões, 87% dos quais se encontravam nos países em desenvolvimento - representando apenas uma parte da corrente mundial de migrantes. Embora a palavra 'refugiado' vem sendo aplicada a qualquer migrante obrigado a deixar o seu país, a comunidade internacional reconhece como refugiados apenas os migrantes que vivem fora do seu país natal, devido ao medo da perseguição política, se regressarem.

O que é evidente é que a escala do movimento de refugiados é cada vez maior, apesar do fim da Guerra Fria. A Comissão dos Estados Unidos para os Refugiados calculou que, em 1992, 16.650.000 de refugiados necessitaram de ajuda e de proteção. O número inclui os que pretendiam, mas ainda não conseguiram obter, asilo como refugiados, a maioria dos quais se encontra na Europa e na América do Norte.

Isto sem contar, evidentemente, com os acontecimentos ocorridos neste ano de 1994. Em Ruanda, país africano com 7.500.000 h., arrasado pela guerra civil entre duas tribos rivais, hutus e tutsis, o número de refugiados sobe a 1.600.000 pessoas que se encontram na zona de segurança criada pela França à sudoeste de Ruanda; e enquanto que no Zaire, país limítrofe de Ruanda, já se encontram 1.000.000 de refugiados!

Cabe ainda acrescentar a grave situação do Haiti, (população de 6.200.000 h.) com imensas levas de pessoas que procuram refúgio nos Estados Unidos e em algumas nações do Caribe. Porém país algum quer recebê-los: os Estados Unidos devolvendo-os, através da Guarda Costeira e navios e o Panamá, por exemplo, havia assumido o compromisso de receber 10.000 refugiados haitianos, isto perante o Presidente Clinton. Porém, uma semana depois voltou atrás, alegando não ter condições para tal.

Este é o quadro atual e dramático dos refugiados. Os refugiados 'são a amarga prova humana de que as tensões sociais, políticas e econômicas transpõem as fronteiras nacionais'.

PALESTINOS ESPALHADOS PELO MUNDO SÃO QUASE 5 MILHÕES

Em 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral da ONU adotou a resolução 181, estabelecendo a criação de um Estado árabe e outro judeu no território da Palestina e dando à cidade de Jerusalém um status internacional especial. Contudo, só o Estado judeu, Israel, foi criado. Em meio à guerra, os palestinos se dispersaram e hoje vivem nos territórios ocupados de Cisjordânia e Gaza ou espalhados pelos países árabes. Calcula-se que haja mais de cinco milhões de palestinos vivendo em diversos países do mundo. Uma geração inteira cresceu nos campos de refugiados antes que surgisse alguma esperança de paz, como a que se delineia agora com os recentes acordos entre a Organização para Libertação da Palestina (OLP) e Israel.

POBREZA ATINGE GRANDE PARTE DOS ÍNDIOS

Existem atualmente 300 milhões de índios no mundo, a maior parte vivendo no último degrau da escala social dos países em desenvolvimento. 'Em muitos desses países os povos indígenas apresentam as piores taxas de mortalidade infantil, os mais baixos índices de educação e treinamento e, ainda, as piores taxas de alcoolismo e diversas doenças', informa a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Existem atualmente cinco mil grupos tribais espalhados pelo mundo,

que equivalem a 4,8 por cento da população do planeta. São 30 milhões na América Latina e no Caribe e 16 milhões na América do Norte, mas é na Ásia que se concentra o maior número de populações indígenas: quase 200 milhões de pessoas. Os mais de 50 milhões restante estão na África e no Oriente Médio.

PAÍSES MAIS POPULOSOS E ANALFABETISMO

Nove países - Brasil, Índia, China, México, Egito, Indonésia, Nigéria, Bangladesh e Paquistão - representam juntos metade da população do mundo e têm quase três quartos do número total de analfabetos do planeta.

Índia - 281.000.000 - 30%

China - 224.000.000 - 23%

182.000.000 - 19% que representam os seguintes países:

México - 7.000.000

Egito - 16.000.000

Brasil - 18.000.000 (Porém, em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) -, o Brasil é o campeão mundial do analfabetismo, encontrando-se atrás da Somália, Etiópia e Haiti, a desoladora trindade da miséria!)

Indonésia - 27.000.000

Nigéria - 29.000.000

Bangladesh - 42.000.000

Paquistão - 43.000.000

Demais países 261.000.000 - 28%

Juntos, esses países têm também metade do número total de crianças do mundo que estão fora das escolas. Segundo a UNESCO, a ação desses países é considerada crucial para a redução do analfabetismo no mundo.

Conclusão

Quais seriam as soluções para um esforço comum a ONU, outras entidades internacionais, as lideranças espirituais de todas as religiões monoteistas, os países desenvolvidos, os em desenvolvimento e os sub-desenvolvidos encontrariam?

Primeiramente uma rigorosa política de controle da natalidade com amplo esclarecimento popular, principalmente nos países de grande população e baixa renda per capita, mormente na África e Ásia; em segundo, evitar-se o contínuo êxodo rural e o conseqüente crescimento urbano das grandes metrópoles despreparadas para captarem a imensa massa humana de mão-de-obra não qualificada, surgindo então alarmantes problemas de desemprego, habitação, saneamento básico, saúde etc., tendo como conseqüência a criação

de favelas, aumento de criminalidade, segurança de seus habitantes etc. E finalmente, a Biodiversidade, palavra-chave contra a fome. Como sabemos, biodiversidade é palavra usada para descrever a diversidade de espécies vivas sobre a face da Terra.

Embora sem dúvida os problemas sociais sejam em grande parte responsáveis pela desnutrição nos países em estado de desenvolvimento, a FAO lembra que a degradação da biodiversidade não pode ser deixada de lado quando aborda o problema da fome no mundo conseqüência lógica da explosão demográfica.

A diversidade genética das plantas usadas na agricultura está desaparecendo a uma velocidade alarmante. Para se ter uma idéia, desde o início do século já desapareceram 75 por cento das espécies genéticas de produtos agrícolas conhecidos. Um exemplo: nos Estados Unidos, havia no século passado nada menos que sete mil variedades diferentes de maçãs. Agora, 85 por cento dessas variedades estão extintas. Outro exemplo, na Índia, prevê-se que em breve haverá apenas dez tipos de arroz cobrindo as áreas de plantações que antes abrigavam mais de 30 mil variedades.

O desaparecimento das florestas é outro problema, já que as culturas extrativistas são de grande importância para as populações pobres.

Diante deste quadro, há quem afirme ter o atual estágio da Humanidade chegado a um impasse. Nós, particularmente, não acreditamos, pois os números se de um lado são assustadores, por outro lado tornam-se alentadores, apoiados no incrível poder criador do homem que sempre haverá de encontrar os melhores caminhos e superar as barreiras que hoje parecem impossíveis de serem vencidas. Apesar de tudo, com o coração e a inteligência a Humanidade e o nosso planeta sobreviverão!

O CENTENÁRIO DE TITO LÍVIO FERREIRA (*)

Roberto Machado Carvalho

No próximo dia 4 de junho, precisamente há cem anos, nascia na antiga Bica de Pedra, o professor e historiador TITO LÍVIO FERREIRA, saudoso Vice-presidente e sócio Grande Benemérito desta Casa, onde, por muitos anos, ilustrou, com sua inteligência e saber, as sessões culturais e administrativas.

Seu pai, Manoel Rodrigues Ferreira, pertencia à uma tradicional estirpe portuguesa, homem forte, de ânimo temperado nas labutas cotidianas e que tinha como máxima de vida: "nada é tão grande como o exemplo". Bem jovem, aos 21 anos, deixara sua terra natal, a vila de Soure, região de Serroventoso, Portugal, para a aventura do transporte marítimo e como seus antepassados foi abrir clareiras no sertão inóspito da Serra de Brotas, interior da então província de São Paulo. Dirigiu-se para o pequeno povoado de Bica de Pedra que contava então com apenas três casas, incrustadas numa fazenda de mil e duzentos alqueires. Português trabalhador e honrado, dirigiu empreitadas de construções e aberturas de ruas, favorecendo o progresso local. Aí contraiu casamento com Avelina Augusta Ferreira do Amaral, mãe de nosso homenageado e neta do fundador do Patrimônio de Santo Antônio da Bica de Pedra, Antônio Joaquim da Silva Fonseca. O casal recebeu de herança a propriedade rural que o fundador havia formado e onde a fértil terra roxa possibilitou o plantio dos primeiros dez mil pés de café. A riqueza era levada em carroças puxadas a burros para Jaú e na estação local embarcado na Cia. Paulista de Estradas de Ferro para o porto de Santos. Foi nessa fazenda, sob o orago de São Sebastião, que nasceu na Casa Grande, o primeiro filho de Manoel e Avelina Augusta e que recebeu o nome de Tito Lívio. Pouco mais de um quilômetro separava a Casa da fazenda e o largo da Capela construída por seu pai, benemérito cidadão e nome de escola de Bica de Pedra, a atual e próspera cidade de Itapuí. Mais tarde, Tito Lívio Ferreira recordou em versos:

(*) Palestra pronunciada no auditório do IHGSP em 1º de junho de 1994, Ano do Centenário.

"A Casa Grande onde nasci

A Casa Grande isola-se no alto,
entre o pomar, a tulha e o terreiro;
banhada pelo sol o dia inteiro,
alveja sob o céu azul-cobalto.

Inquieto o meu olhar passarinheiro,
abrange a vila e o cafezal num salto;
ao longe o Tietê, sem sobressalto,
conduz o bandeirante e o monçoeiro.

O moinho pulveriza o milho louro,
ao som d'água corrente e não descansa,
na velha tarde envolta em cinza e ouro...

E assim, meu coração palpita agora,
quando revê, na claridade mansa,
a Casa Grande onde nasci outrora..."

Relata o historiador Manoel Rodrigues Ferreira, sócio emérito deste sodalício que

"o casal Manoel e Avelina Augusta trabalharam duramente para derrubar a mata virgem que recobria a sua propriedade e nela formar lavouras e construir benfeitorias. Achou o pai que Tito Lívio deveria aprender as lides da lavoura, assim encaminhando-o na vida. Daí encarregá-lo de cuidar dos colonos no ainda pequeno cafezal. Dias após, Manoel dirigiu-se à roça e encontrou Tito Lívio sentado à sombra de um pé de café, lendo um livro, enquanto os colonos sentados nos cabos das enxadas, conversavam. Manoel foi à vila e disse ao seu amigo farmacêutico: - estou preocupado com o meu filho, ele não quer trabalhar.

Respondeu-lhe o farmacêutico:

- Maneco, seu filho nasceu para trabalhar com um livro na mão. Mande-o estudar."

Aqui, um parênteses. Um último dia 1º de maio, um domingo, tivemos a feliz oportunidade de conhecer e participar em Itapuí, de uma significativa solenidade pública, a inauguração de uma grande Praça que recebeu o nome do Prof. Tito Lívio Ferreira. Uma caravana de quarenta pessoas de São Paulo, Piracicaba, Dois Córregos e Jaú prestigiou o evento, coordenado pela Prefeitura local, tendo à frente o prefeito Antônio Cezar Simão. Representando a família deram presenças o irmão do homenageado Manoel Rodrigues Ferreira e o filho

Sivar Hoeppner Ferreira.

Voltemos à Bica de Pedra. Foi no lar cristão da fazenda, que o menino Tito Lívio recebeu o carinho de seus pais e o preparo do caráter para as lides futuras; na então Bica de Pedra freqüentou o catecismo e a escola de primeiras letras, o antigo Grupo Escolar. O curso secundário, correspondente ao ginásio será feito em Jaú no "Ateneu Jauense". Jovem de catorze anos segue em 1908 para Piracicaba onde freqüenta a Escola Normal "Sud Menucci". Transferindo-se para Campinas, conclui o curso no afamado "Carlos Gomes". A Escola Normal, daquele tempo, formava um celeiro de jovens bem preparados para ministrar lições nas escolas primárias e dotados de uma ampla cultura humanística, sedimentada na leitura dos clássicos.

Quantas vezes ouvimos de Tito Lívio uma declaração que ele frisava em tom solene: "minha obra deve muito aos ensinamentos que adquiri nas duas Escolas Normais que frequentei". Na apresentação de um dos livros do historiador - O Idioma Oficial do Brasil é o Português? - escreveu o educador Antônio d'Ávila: "Constituíam essas Escolas Normais de ontem, pela sua estrutura, corpo docente e discente, verdadeiras oficinas de saber, de onde saíram para as lutas da vida paulista e brasileira, grandes expressões de nossa cultura geral e pedagógica. Eram escolas formadoras de professores, e, mais que isso, eram escolas que educavam educadores, dando-lhes formação propedêutica primorosa e segura capacidade na administração das coisas do ensino e... para desempenharem postos e situações elevadas na administração pública, na medicina e no direito, nas artes e nas ciências, na política e na pesquisa".

Com o diploma de professor, Tito Lívio retorna à terra natal para lecionar no Grupo Escolar. Mais tarde, exerce a função de Escrivão de Paz e Tabelião de Itapuí.

Não demorou para ser atraído pela capital do Estado. Aconteceu em 1931, quando o País passava por grave crise econômica. A idéia era alargar os horizontes com novos estudos e atividades. Admirador da velha e culta civilização francesa, dedica-se ao estudo e ensino da gramática e literatura francesa. Desde os bancos escolares demonstrou familiaridade com os clássicos, especialmente portugueses e franceses. Na área humanística, despontava a preferência pela História da Civilização, mormente a luso-brasileira. Amplia seus conhecimentos nos campos da Sociologia e Filosofia. Exerce o magistério dessas disciplinas no Colégio Ipiranga e nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" e de "São Bento" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em paralelo, forma-se em Direito, turma de 1947, pela Universidade Fluminense de Niterói. Foi na "São Bento" da rua Monte Alegre, Perdizes, que tivemos o privilégio de ser seu aluno nos idos de 1951, quarenta e três anos decorridos, quando passamos a admirá-lo não só como mestre de

História da Idade Média, História de Portugal e História de São Paulo, mas também como cidadão probo, caráter sem jaça e extremamente polido e cordial em suas atitudes. Desde então ficamos amigos e por mais de quatro décadas, freqüentei sua acolhedora casa da Rua dos Crisantemos, em Vila Mariana e acompanhei de perto sua brilhante trajetória de educador nas lides do ensino, de conferencista emérito no divulgar conceitos e lições de História, de exímio escritor de artigos em jornais e revistas e de consagrado autor de obras didáticas e obras especializadas, resultado de suas pesquisas em arquivos portugueses e nacionais.

Como nasceu em Tito Lívio, o gosto, a vocação pelos estudos históricos?

Foi em 1922, mestre-escola, já diretor de Grupo Escolar. Escreve ao então diretor do Museu Paulista, Afonso Taunay, solicitando o envio do 1° volume dos "Anais do Museu Paulista", publicado por ocasião do centenário da Independência. Mestre Taunay atendeu, prontamente, o pedido. Desde então, Tito Lívio passou a ler documentos históricos. Rememorando esse tempo diz o historiador:

"O manuscrito da Jornada de Teotônio José Juzarte, de sua viagem ao Iguatemi, rio abaixo, com passagem pelas margens do meu Tietê, cujas corredeiras embalaram o sono de minha infância e de minha adolescência, as madrugadas serenas e silenciosas encheram a minha admiração e determinaram, anos mais tarde, em 1944, o aparecimento de minha obra de estréia nos domínios da história de São Paulo, a "Gênese Social da Gente Bandeirante". Antes, já havia publicado "História e Lenda" que ele considerava obra mais literária".

Quando da aposentadoria de Afonso Taunay em 1945, numa noite, após a sessão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o autor da "História Geral das Bandeiras", segredou a Tito Lívio: "vou aposentar-me e indiquei o seu nome para meu substituto, na direção do Museu Paulista".

Surpreso com a inesperada notícia, recebeu, dias depois, em sua residência situada no Largo Guanabara, hoje Praça Rodrigues de Abreu, a visita de Taunay. Durante a palestra, Taunay pediu a Tito Lívio o envio de sua obra "Gênese Social da Gente Bandeirante" ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, nessa altura Interventor Federal em São Paulo, a quem dirigiu a indicação para substituí-lo na direção do Museu Paulista.

A petição de Taunay entretanto, não foi atendida. Tempos depois quando Tito Lívio já trabalhava no Museu Paulista como historiógrafo-chefe da secção de História, o Dr. Sérgio Buarque de Holanda mostrou o bilhete que na ocasião recebera: "Embora o senhor não fosse o meu candidato que era o Dr. Tito Lívio Ferreira, venho felicitá-lo pela sua nomeação para o cargo de diretor do Museu Paulista". Ass. Afonso Taunay. Por indicação de Sérgio Buarque de Holanda, Tito Lívio passou a dirigir os "Anais do Museu Paulista", publicando os números

13 e 14.

Fui testemunha de algumas admirações do mestre Tito Lívio. Além de Taunay, lembro-me dos elogios à cultura humanística do escritor e jornalista Léo Vaz, que integrava o chamado grupo de piracicabanos redatores de "O Estado de São Paulo". Por outro lado, o admirável autor de "O Professor Jeremias" deu o seu depoimento:

O jovem mestre Tito Lívio era "um calmo, discreto e sorridente professor secundário" que trazia à redação "vários artigos e ensaios sobre literatura e história".

Tornaram-se amigos. Tito Lívio sempre reconheceu a importância de Léo Vaz na inserção, nas páginas do grande matutino, de seus primeiros artigos versando matéria de sua predileção. E o historiador fincou pé no jornalismo, tornando-se um dos mais assíduos colaboradores de "O Estado". Acrescente-se as publicações em outros grandes jornais paulistanos: O Correio Paulistano, a Gazeta, o Diário Popular. E seus artigos percorreram as páginas de inúmeros órgãos de imprensa do interior de São Paulo e de outros Estados.

Admirável a coerência de suas pregações em concorridos auditórios. Jamais abriu mão dos conceitos aprendidos com grandes mestres da historiografia. Levantou, sem dúvida, idéias ou questões polêmicas que defendia com entusiasmo, vigor, competência e lealdade. As problemáticas históricas que instigou, provocaram reações, ao mesmo tempo, de solidariedade e animosidade e até desafetos. Mesmo estes, entretanto, não podiam deixar de admirá-lo pela fidelidade que sempre demonstrou na defesa e divulgação das idéias.

Pesquisador nato, Tito Lívio Ferreira debruçava-se sobre os documentos, procurando neles a verdade sobre os acontecimentos pretéritos. Costumava citar o francês Fustel de Coulanges, autor do clássico "La Cité Antique": "L'Histoire se fait avec des documents. Pas de documents, pas d'histoire". A História escreve-se com documentos. Não há documentos, não há História. Escreve o emérito historiador: "A História é a ciência do concreto, a ciência do documento. Compreender e explicar o documento é o papel do historiador consciente, não "conscientizado". Para isso é preciso "ouvir" o documento na linguagem dele, na linguagem em que foi escrito, porque cada geração, cada sociedade, cada época tem a sua filosofia, a sua psicologia, a sua linguagem próprias. Esta é a linguagem histórica, ou seja, a linguagem ditada pelo documento é a linguagem da História, como a linguagem geográfica é da Geografia, a linguagem jurídica a do Direito, a linguagem médica da Medicina, a linguagem sociológica da Sociologia, a linguagem filosófica da Filosofia, a linguagem científica da Ciência, a linguagem técnica da Tecnologia. Logo, a História está em todas as ciências e é a mais difícil de todas as ciências, por ser

a ciência das ciências.

Nesse caso, não há História antes do historiador escrevê-la com documentos e na linguagem dos documentos. Portanto, conclui, nenhuma ciência, nenhuma civilização, nenhuma nação existe sem História. E o documento é tudo quanto a mão do homem deixou na paisagem do tempo".

Tinha como farol a iluminar seus estudos, o axioma do romano Marco Túlio Cícero - "História é a testemunha do tempo, a luz da verdade e a mestra da vida". E combatia, sempre em nível elegante, aqueles que fazem do documento um simples pretexto para interpretar os fatos, distorcendo-os em seus exatos entendimentos, quando não, dando-lhes feições individuais, conforme esta ou aquela doutrina, praticando, como gostava de dizer, a filosofia do "achismo".

Para Tito Lívio, o historiador para bem cumprir sua missão, deve ser isento, imparcial, explicando o documento de acordo com a linguagem e a mentalidade do tempo, pois, "a História é unidade, continuidade, e solidariedade". E é do "diálogo travado entre a inteligência e a cultura do historiador, para penetrar a mudez eloqüente dos documentos que nasce a História". Em todas as suas obras e preleções, Tito Lívio Ferreira insere e deixa claro sua posição perante o conceito de História. E cita Santo Agostinho: "Não há passado, nem presente, nem futuro, há o tempo". Seria melhor dizer, a "lembrança presente das coisas passadas, a visão presente das coisas presentes, a esperança presente das coisas futuras". E nesse diapasão, cita o historiador Marc Bloch: "A História é, pelo seu conteúdo, a ciência do que muda". Logo os "acontecimentos nunca se repetem porque os homens não são os mesmos, as épocas são diversas e a psicologia de uma geração não é igual à de outra". E exemplifica: "assim como o século V antes de Cristo, foi o século de Péricles e da Grécia, também o século I depois de Cristo foi o século de Augusto e de Roma, e o século XV é o século de Portugal e do Infante D. Henrique, o Principe do Atlântico".

Tratando da continuidade do tempo, escreve Tito Lívio: "como toda a ciência, a História é uma ciência inacabada. Inacabada porque renova, rejuvenesce e aumenta o seu patrimônio de conhecimento histórico, de conhecimento do homem, de comunicação humana, com a pesquisa documentada".

Realçando, como sempre fez, o DOCUMENTO, instrumento de trabalho do historiador, anota: "O historiador não argumenta, documenta; não defende teses, defende sim o documento e a linguagem do documento". E repete Marc Bloch - por isso mesmo, é contra "essa outra satânica inimiga da verdadeira História: a mania do julgamento". "O historiador não é juiz dos mortos, nem julga o que já passou em julgado. Nesse caso ele procura compreender e explicar o documento, analisando-o. E assim, enquanto os escritores da história tem

medo, verdadeiro pavor da linguagem do documento, os HISTORIADORES não a temem porque as palavras conservam nas suas origens e as frases guardam na sua estrutura, a própria substância do pensamento através das gerações em marcha para o amanhã da humanidade sempre diferente de ontem e de hoje".

Para Tito Lívio, "a História é humanista (*). A História é unidade, continuidade e solidariedade. Unidade porque os acontecimentos se unem uns aos outros como os elos de uma corrente; continuidade porque obedecem a uma ordem, a uma seqüência ininterrupta na dimensão do tempo irreversível; solidariedade porque se interligam pelo espírito e pela vivência para a compreensão do homem da sua época e do seu universo".

Por ocasião do IV° Centenário de São Paulo duas correntes se degladiaram em torno de uma pergunta: Afinal, quem fundou São Paulo? De um lado, os nobreguenses e de outro, os anchietanos. Tito Lívio autor de um substancioso livro sobre a vida e obra do Pe. Manoel da Nóbrega comandou a causa do Provincial da Companhia de Jesus na campanha que ele chamou de "a guerra dos dois lírios". Com o correr dos dias, o historiador contribuiu, decisivamente, para apaziguar os ânimos e encerrar a polêmica. E assim expressou seu sentimento na questão:

> *"A alegria é sempre ruidosa, comunicante, eloqüente. O homem quando pensa, está duvidando. Mas quando se agita é porque acredita. Não raciocina mais; ele crê, ele vê, ele sabe. E a fé desabrocha em compreensão humana".*

Assim, ao se abraçarem, "os partidários daquelas correntes verificaram que todos haviam combatido o bom combate por Nóbrega, o fundador de São Paulo e por Anchieta, o consolidador. E esse é o lugar conquistado pelos dois lírios de santidade na História de São Paulo e do Brasil".

O saudoso escritor Fernando Goes em seu discurso de recepção ao acadêmico Tito Lívio Ferreira na Academia Paulista de Letras para ocupar a cadeira n° 11, em memorável sessão solene de 16 de abril de 1975, declarou:

> *"Ao cabo da leitura desse vosso volume sobre os dois grandes jesuítas -* trata-se da obra "Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga"- *o que senti, o que por certo sentirá qualquer leitor, é que o escritor prestou uma homenagem ao Pe. Manoel da Nóbrega através de uma justa e merecida reparação ao muito que lhe devemos pela fundação de São Paulo. E isto sem desmerecer, de um átimo, de nada, a personalidade e a atuação do seu companheiro em terras paulistas, o Venerável Anchieta, antes engrandecestes ainda mais a figura do taumaturgo".* E mais

(*) A tradição une os traços permanentes do passado ao presente e ao futuro. Nesse caso, a tradição é a permanência na continuidade.

adiante: *"E não conheço, na verdade, quem tenha maior admiração pelo Santo do Brasil, do que vós. Sei de outros que vos igualam, nesse culto. Não sei de quem vos exceda".*

Ao contrário do que muitos imaginam não foi o Prof. Tito Lívio Ferreira o primeiro a levantar a bandeira de seu mais polêmico trabalho, isto é, o "Brasil não foi colônia". Antes dele o Prof. Arlindo Veiga dos Santos, da PUC de São Paulo, já esposara a idéia numa aula do Curso de História de São Paulo realizado em 1954, ano do IV° Centenário de São Paulo, sob o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e intitulada "Brasil, Província del-Rei". Foi a partir daí que o Prof. Tito Lívio abraçou ardorosamente a questão e passou a designar os trezentos anos de vida luso-brasileira, não mais colônia, por achar impróprio o termo, mas Província de Santa Cruz, Estado do Império de Portugal ou simplesmente Estado do Brasil, expressão freqüente nos documentos que "ia lendo e anotando", conforme dizia. E o tempo decorrido entre a descoberta e a independência passou a chamar de período luso-brasileiro.

Suas convicções a respeito cresceram com algumas descobertas posteriores: na releitura da obra de Capistrano de Abreu, observou que para o notável historiador cearense "não escapou à sua acuidade intelectual o emprego impróprio da palavra COLÔNIA na formação histórico-social de nossa terra e nossa gente".

Recorda também o sociólogo Oliveira Viana: "No Brasil até 1822, em mais de três séculos não tivemos outro regime senão o do Estado Império. E invoca as Atas da Câmara Municipal de São Paulo, ao afirmar que o "regime democrático nasceu com a formação do Brasil-Lusitano, trazido pelos povoadores, isto é, pelos portugueses de Portugal, com a cultura e as instituições européias transplantadas para as terras novas". Nesse aspecto, cita o mestre de Direito José Pedro Galvão de Sousa: "estudar a legislação que vigorou no Brasil nos primeiros séculos, é antes de mais nada estudar a legislação portuguesa". Nesse contexto: "o governo da Metrópole considerava o seu domínio da América parte integrante do Reino". Nesse caso, prossegue, "é muito significativo o fato de terem sido aplicadas ao Brasil aos mesmas leis de Portugal". E conclui: "Não existia um Estatuto Colonial que colocasse o Brasil em situação de inferioridade jurídica".

Para reforçar sua tese, trouxe à lume um documento de 1607, decisão jurídica do Conselho Ultramarino que encontrou na Biblioteca da Ajuda. Num trecho diz:

"A Índia e mais terras ultramarinas de cujo governo se trata neste Conselho, não são distintas nem separadas deste Reino, mas são membros do mesmo Reino, como o é, o reino do Alentejo e Entre-Douro e Minho, porque se governam com as mesmas leis e magistrados e gozam dos mesmos privilégios

que o mesmo Reino e assim tão português é o que nasce e vive em Goa, ou no Brasil, ou em Angola, como o que vive e nasce em Lisboa".

Ao criar as Capitanias, D. João III dá a Martim Afonso de Souza, ilimitados poderes para POVOAR a costa americana. POVOAR e não colonizar é o verbo empregado, clama Tito Lívio. E o mesmo rei, em carta a Caramuru escreve:

"Eu ora mando Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa a essa Bahia de Todos os Santos, por capitão e governador dela, para na dita Capitania e mais outras desse ESTADO do BRASIL prover de justiça dela e do mais que ao meu serviço cumprir".

Conclui o mestre : "Esta expressão Estado do Brasil empregada pela primeira vez por D. João III seria substituída três séculos mais tarde por D. João VI, por REINO do BRASIL unido ao Reino do Portugal.

Na análise das Cartas de Doação de bens da coroa aos donatários e dos forais, onde se fixavam os deveres dos povoadores observa-se como o Rei se preocupa com a defesa militar da terra e com a política povoadora do território. Também no Regimento de Tomé de Sousa - "porque a principal coisa que me movem a mandar POVOAR as ditas terras do Brasil. Esclarece o historiador que "nesse documento de alto valor jurídico só existe o verbo POVOAR e seu particípio presente, POVOANDO"!

Duarte Coelho, governador da Capitania de Pernambuco chama o Brasil de NOVA LUSITÂNIA em 1546 e escreve a D. João III para informar o progresso da Nova Lusitânia e lembrar "a todas as pessoas a que S. M. deu terras no Brasil que venham a POVOAR e residir nelas...".

Ainda é de José Pedro Galvão de Sousa que escreve em sua "Introdução à História do Direito Brasileiro", "As liberdades comunais provam à evidência que o Brasil, longe de ter sido uma simples colônia foi logo integrado no Império construído pelos portugueses..."

Em toda a obra de Tito Lívio Ferreira resplandece uma idéia central: "os portugueses eram povoadores do Brasil-Lusitano, vinham para povoá-lo..."

Num ofício da Câmara Municipal de São Paulo de 1561 dirigido à Metrópole, lê-se: "mande que os degredados que não sejam ladrões sejam trazidos a esta Vila para ajudarem a POVOAR. Porque há muitas mulheres da terra, mestiças, com quem casarão e povoarão a terra".

Em diversas e variadas circunstâncias, Tito Lívio resolvia problemas de forma simples mas convincente, apelando para o bom senso, temperado freqüentemente com boa dose de humor.

Certa ocasião fui portador de convite para o mestre falar na cidade de Tietê, onde tinha minha residência, propondo um tema: a "Evolução da educação na Capitania e Província de São Paulo". Aceitando o encargo, marcamos o dia.

Lá chegando, bem cedo, levei-o a visitar a cidade e apresentá-lo às autoridades e pessoas gradas. O anfitrião andava preocupado com o possível pequeno auditório para ouvir, à noite, o historiador. Num certo momento, criei coragem e fui dizendo: Prof. Tito, eu fiz muitos convites, mas não garanto muitas presenças. O sr. não se incomoda? A resposta veio rápida e confortadora: - "absolutamente, estou aqui para cumprir com um dever. Além do mais estou acostumado com poucas presenças. Afinal não sou nenhum showman". Palavras que cairam como um alívio para o preocupado anfitrião.

Quando historiógrafo do Museu Paulista, Tito Lívio recebeu no saguão do edifício um grupo de turistas argentinos. Todos admiravam o famoso quadro que retrata João Ramalho afagando a cabeça de um curumim. Ao notar que uma senhora estava um tanto distraída, Tito Lívio fez uma brincadeira para despertar a atenção:

- Vejam bem, disse, este homem povoador de São Paulo, teve seiscentos filhos...

Diante do espanto geral, aquela mesma senhora, indagou:

- Mira, mas este hombre ainda vive?

Como professor, Tito Lívio deixou exemplos de dignidade e altivez. No início de agosto de 1968, tempo tumultuado por agitações que ameaçavam a ordem democrática, Tito Lívio ao adentrar uma classe para ministrar sua aula de História Medieval na Faculdade de São Bento, em Perdizes, foi, logo no início, interrompido por uma aluna que, segundo disse, falava em nome de todos os colegas.

- Professor, nós fizemos uma reunião e decidimos: não interessa estudar História da Idade Média, e por isso, não queremos mais suas aulas. O Professor, embora surpreendido com o atrevimento, manteve-se como sempre, impassível e elegante.

- Pois não, foi sua resposta, se vocês não querem estudar História Medieval, não terão as aulas. Devo apenas comunicar à direção da Faculdade e comparecer nos dias de aulas para garantir meus direitos. E assim foi, até o final do ano. Em novembro, a Secretaria da escola afixa o horário dos exames finais e lá estava a História da Idade Média com dia e hora. Os alunos se alvoroçaram. E agora? Não tivemos aulas e assim, não temos a matéria.

Resolveram deixar um bilhete ao Prof. Tito Lívio, convidando-o para uma reunião. No dia marcado, compareceu o mestre.

- Prof., foi dizendo um aluno, em lugar do exame de História Medieval, será que o sr. não podia repetir as notas de História do Brasil? Logo após a resposta negativa, veio a decisão do Prof. - a única solução para o impasse é vocês fazerem o exame de História Medieval. Vou dar os temas que poderão

entrar no exame.E assim, todos tiveram que estudar História da Idade Média.

Ao noticiar o falecimento do Prof. Tito Lívio Ferreira, ocorrido em 16 de dezembro de 1988, aos 94 anos de idade, o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO destacou que "no seu quase um século de vida, acompanhou mudanças sociais, políticas e culturais ocorridas no País". Ressaltou ainda que "com 60 anos dedicados ao magistério, a História mais recente do Brasil, para ele, estava dividida em duas fases: antes e depois de 1930, quando Getúlio Vargas aparece no cenário político. Acreditava que o Brasil padecia de três males sérios: a inflação, a desordem e a indisciplina. E que precisava de homens, de líderes".

As entidades culturais de São Paulo estão, nestes dias do Centenário de Tito Lívio Ferreira, cumprindo um dever de justiça e gratidão. Justiça ao reverenciar os méritos de cidadão e de intelectual do homenageado; gratidão, ao reconhecer a importância das obras deixadas pelo historiador, mormente na grande contribuição ao desenvolvimento das pesquisas e estudos da história de São Paulo e do Brasil. TITO LÍVIO FERREIRA, mestre inesquecível, historiador emérito, memória imperecível.

PADRE JOSÉ AMARAL MELLO - O "PADRE Z" (*)

Adérito Calado

Transcorrido que foi, no ano passado, o Centenário de Nascimento de Paulo Setúbal - 1º de janeiro de 1993 - aproveitamos o ensejo para relembrar, - uma vez completamente esquecido durante essa importante comemoração, - a presença de uma figura extraordinária, pelo seu acendrado espírito cristão e elevado devotamento, que decisivamente influiu, no transcurso dos derradeiros dias de existência do consagrado escritor, na sua completa metamorfose, fazendo-o resplandecer como um autêntico "homem novo", após ter vivido desregrada e intensamente, preocupando-se apenas com as coisas exteriores, materiais e, sobretudo, dominado pelas mulheres mundanas, em que ele próprio chegou afirmar: "... fui, durante 30 anos, esse barro chagado de mazelas." (...) "Eu fui muito pior do que tudo isso. Muito pior; eu fui um "cristão" que se converteu ao "cristianismo"."

Essa pessoa que profundamente transmudara àquela vida e que assaz discretamente aparece no final do "Confiteor" sob o pseudônimo de "Padre Z", era, na realidade, o Cônego José Amaral Mello, cuja amizade com Paulo Setúbal, acreditamos, tenha nascido em meados da década de 1930.

* * *

Como aluno do tradicional Instituto D. Ana Rosa é que tivemos, em 1924, a ventura de conhecer e conviver de perto com o então recém-ordenado Padre José Amaral Mello, capelão que era da pequena igreja desse educandário, sob a invocação de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, jurisdicionada à Paróquia de Santa Generosa, em Vila Mariana, e onde ele, além das habituais missas aos domingos e dias santificados, ministrava ainda aulas de catecismo, uma vez por semana, coadjuvado por um grupo de abnegadas senhoras da família do Barão de Souza Queiroz, patrono dessa benemérita instituição, que

---

(*) Palestra proferida no auditório do IHGSP em 21 de setembro de 1994, Ano do Centenário.

foi criada por ele em virtude de vultoso legado deixado por D. Ana Rosa de Araújo, que não tinha herdeiros forçados, e de quem foi ele o testamenteiro, sendo hoje, no gênero, a entidade privada mais antiga do Brasil

As funções de capelão desse educandário ele as exerceu com muito zelo e carinho até o início de 1929, quando teve que se afastar a fim de atender a outros encargos maiores, dentro da sua abnegada missão sacerdotal.

No transcorrer da sua gestão no Instituto D. Ana Rosa, com redobrado entusiasmo e dedicação, prestou relevantes serviços e prestimosa assistência não só religiosa como também moral, com decidido apoio do eminente educador Roldão Lopes de Barros, naquela época, diretor desse colégio, o qual tornou-se seu amigo e admirador, a ponto do Padre José Amaral Mello poder realizar o verdadeiro milagre de trazê-lo para o aprisco do Senhor, agnóstico que era.

Com sua saída, tal a veneração que tinham por este sacerdote, que deixou no coração daqueles adolescentes eterno reconhecimento, sendo que alguns ainda conservam hoje imorredoura lembrança do afeto e da especial atenção com que foram tratados.

* * *

Para conhecer melhor esse virtuosíssimo sacerdote, vamos apresentar alguns dos seus principais dados biográficos, numa simples resenha extraída do excelente trabalho da autoria de Monsenhor Primo Vieira, intitulado "Cônego José Amaral Mello - Um Exemplo de Vida Sacerdotal".

Era ele natural de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo, onde veio à luz a 6 de março de 1895, sendo filho do Sr. Mariano Ribeiro de Melo e D. Maria da Conceição Amaral Melo.

O casal teve 19 filhos que, acrescido de mais 3 prematuros, perfaz o elevado total de 22 gestações.

O então menino José Amaral Mello, para iniciar o curso preliminar, foi matriculado no Colégio Silva Lima, de Santa Rita do Passa Quatro. Depois, em 1903, residindo em Santos, prosseguiu em seus estudos no Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos e, mais tarde, tendo a família transferido sua residência para São Paulo, ingressou no Grupo Escolar Prudente de Moraes, sendo diplomado com grande mérito, conquistando o primeiro lugar e respectivo prêmio.

Embora a própria mãe tenha sido sua primeira catequista, entretanto, as aulas iniciais de religião foram prestadas no Convento da Luz, onde era capelão o preclaro sacerdote Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, mais conhecido como Padre Chico.

Freqüentou o catecismo como aluno desse convento e teve como mestre, dentre outros, Padre Arnaldo de Souza Pereira, dono de uma inteligência

privilegiada, além de eloqüente pregador, que mais tarde e por muitos anos foi o saudoso Pároco da Igreja de Santa Cecília. Logo após, passou para as aulas de catecismo do Seminário Episcopal, onde é hoje a Igreja Matriz de São Cristovão, vindo a fazer a primeira comunhão a 25 de dezembro de 1906.

O ainda padre desse Seminário, Sebastião Leme da Silveira Cintra, depois eminente Cardeal, o segundo do Brasil, foi quem o preparou diretamente para o primeiro encontro com Jesus Sacramentado. D. Sebastião Leme conservou, desde essa época, uma particular afeição pelo Cônego José Amaral Mello.

Durante a sua curta existência continuou ele a comungar freqüentemente e tinha por hábito visitar o Santíssimo Sacramento em todas as igrejas por onde passava.

Conta-nos seu insigne biógrafo, que o adolescente José, em março de 1907, seguiu para a Inglaterra, em companhia do seu tio e padrinho, Almirante Benjamim Ribeiro Melo, integrado que era na comissão governamental "Brazilian Naval Comission", a fim de acompanhar de perto, nos estaleiros da "Newcastle on Tyne", a construção dos encoraçados "Minas Gerais", "São Paulo", "Rio Grande" e "Piauí", além de mais outras belonaves que fariam parte da Esquadra Brasileira.

Esse tio - um dos oficiais mais ilustres da nossa Marinha, - apesar de solteiro, era muito dedicado à família, compreendendo-se, por isso, a primazia que devotava ao pequeno José, por ser, àquela altura, o único sobrinho varão, motivo pelo qual convidou-o a viajar consigo.

Dele, o próprio Cônego José costumava dizer mais tarde: "Tio Benjamim exerceu forte influência em minha formação moral." Pois, na verdade, tratava-se de um homem culto, de educação esmerada e de caráter adamantino.

Uma vez na Inglaterra, em Newcastle, seu tio matriculou-o na "Newcastle Modern School" para continuar o curso já iniciado no Brasil.

O menino José, desde os 12 anos, além de gostar da boa leitura, habitualmente trazia um livro em uma das mãos, era também apreciador da música; e em conseqüência, prosseguiu seus estudos de piano, recebendo aulas particulares de professor da Real Academia de Londres.

Depois, partiu ele da Inglaterra para a França, chegando a Paris a 16 de julho de 1908, inscrevendo-se logo no tradicional colégio "Notre Dame de Sainte Croix de Neuilly-sur-Seine", indo residir com a família do Dr. Frederico Passy, amigo do seu tio Benjamim, sendo ele famoso sociólogo e pacifista não menos célebre, e detentor do Prêmio Nobel da Paz de 1901.

Durante a sua estada na Europa teve oportunidade de visitar algumas destacadas cidades, e de conhecer decantados monumentos históricos, museus, castelos, palácios e igrejas.

Terminada essa proveitosa viagem, a 2 de outubro de 1909, juntamente com seu tio, retorna ao Brasil, cheio de saudades dos seus familiares, aos quais teria muito que contar de tudo que viu e presenciou.

Assim que regressou a São Paulo, fez seus estudos complementares em caráter particular, matriculando-se, logo em seguida, no Ginásio Nogueira da Gama e, em 1911, bacharelou-se com apenas 16 anos de idade. Sua invulgar inteligência o tornou, em pouco tempo, apto a freqüentar os cursos universitários, graças aos conhecimentos anteriormente adquiridos.

No começo de 1912 ingressou então na Faculdade de Medicina. Estudante pobre, para poder sobreviver, dava aulas particulares, andava a pé longas caminhadas para economizar os tostões da condução dos bondes e assim custear seus estudos e ainda ajudar os pais.

Como aluno de medicina, foi escolhido para preparador de Anatomia, em curso ministrado pelo catedrático Prof. Brunetti, muito conceituado pelos seus conhecimentos especializados.

Eram seus companheiros de turma, afora outros, Leão A. Novais, Alcides Prado, Antônio Carlos Pacheco e Silva e Alberto Maistrelo.

Logo no início de suas aulas na faculdade, ingressou na Congregação Mariana de São Gonçalo, da qual era diretor o Padre Locher S. J. Ali encontraria, como colegas, Luís Tolosa de Oliveira, Moisés Marx, Isidoro Cruz e Hélio Monzoni.

Nessa congregação, uma das principais atividades apostólicas era a difusão da Boa Imprensa. Os marianos, por sua vez, se cotizavam para a compra de folhetos, jornais e revistas, a fim de distribui-los graciosamente aos jovens. Ele foi, dessa valiosa cruzada, não só o incentivador maior como também o adepto mais entusiasta.

Anos mais tarde, isto em 1942, quando se comemorava o áureo jubileu da Congregação Mariana de São Gonçalo, modelo para todas as existentes em São Paulo, o seu boletim, consignava uma expressiva nota a respeito da vibrante atuação de José Amaral Mello:

> *"Não poderá faltar um tributo especial à memória abençoada de um dos seus membros mais ilustres, pelos dotes de inteligência e inteireza moral, o Cônego José Amaral Mello. Esta Congregação sente-se justamente ufana por ter abrigado em seu seio aquele eleito do Senhor, durante o tempo da sua mocidade acadêmica, quando seguia com invulgar aproveitamento o curso de medicina, nesta Capital, impondo-se à estima e à consideração de mestres e colegas como o aluno mais distinto da sua turma. Não obstante o futuro brilhante nessa bela e árdua profissão, que todos lhe vaticinavam, não hesitou em atender ao apêlo do Divino Mestre, preferindo fazer-se médico das almas na eminente carreira eclesiástica, onde tanto haveria de se distingüir como*

alma aureolada das mais brilhantes virtudes sacerdotais e coração ungido com extraordinária graça do céu."

Prosseguindo, José Amaral Mello não escondia mesmo o seu ardente desejo de ingressar de vez no Seminário. Desse modo, terminado que foi o terceiro ano de medicina, com direito à matrícula no quarto ano, interrompe os estudos, decidido que estava em seguir a sua inata vocação religiosa. Ansiava mesma era ser, pelo menos, um dos mais humildes ministros de Deus.

Finalmente, a 26 de fevereiro de 1917, foi admitido no antigo Seminário Arquiepiscopal de São Paulo. E a 6 de março do mesmo ano, recebia a sagrada batina.

Dedicou-se, com extremo afinco, aos estudos concernentes à sua formação sacerdotal, no que muito lhe valeu o fato de haver freqüentado a Faculdade de Medicina. Continuava, porém, a receber revistas médicas atualizadíssimas e sempre estava em contato com seu grande amigo Dr. Álvaro Guião e com os seus antigos colegas daquela faculdade, Dr. Alcides Prado e Prof. Antônio Carlos Pacheco e Silva.

Tinha plena consciência da sua preparação eclesiástica e estava constantemente atento às observações que lhe fazia o Diretor Espiritual, a quem submetia, com fidelidade, os seus propósitos, não sucedesse que o entusiasmo juvenil e a inexperiência própria o afastassem do realismo sadio, tão necessário àqueles que caminham para o ministério das almas. Para ele o progresso no culto da virtude era questão cerrada.

Paulatinamente o jovem seminarista ia ascendendo ao altar do sacerdócio pelos degraus sucessivos das ordens menores para as maiores. Primeiro, a clericatura, que se deu a 20 de março de 1920, com a recepção da tonsura, dentro dos rituais próprios que tão alto significavam a um seminarista cheio de piedade e unção. Sucederam-se, depois, as ordens menores, simbolizando as funções do futuro ministro de Deus. O Ostiariato e o Leitorato foram-lhe conferidos a 12 de março de 1921. O Acolitato e o Exorcistato, a 11 de março de 1922; e, finalmente, o Diaconato a 17 de março de 1923.

Para encerrar, recebeu a sagrada ordenação sacerdotal a 12 de agosto de 1923, das venerandas mãos do saudoso Arcebispo Metropolitano de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, em cerimônia efetuada na Igreja de Santa Cecília, a então Catedral Provisória da Arquidiocese de São Paulo.

Contava, nessa época, o Padre José Amaral Mello, 28 anos de idade. Ele era de temperamento alegre e jovial, sabia mais ouvir do que conversar, destacando-se por uma suave palidez, que realçava seu olhar profundo; de meia estatura, ereto, cuja figura projetada com sua batina preta, dava-lhe um aspecto sóbrio e místico.

Após ordenado, celebrou sua primeira missa na Matriz de São Geraldo,

das Perdizes, a 15 de agosto de 1923, em agradecimento à oferta de belíssimo conjunto de paramentos.

A solene Missa Cantada reservou-a para a cidade de Santa Rita do Passa Quatro, sua tão querida terra natal, onde lhe foram tributadas várias homenagens pelos seus conterrâneos.

A propósito, cumpre-nos registrar aqui um fato bastante significativo que sempre ocorria com ele quando da realização da santa missa: pleno de piedosa unção e intenso fervor celebrava-a, como um ato dos mais sagrados que é, chegando a ficar inteiramente extasiado, que até se nos afigurava a presença de um santo em sua sublimidade! Nessas ocasiões êle realmente transformava-se por completo.

* * *

De 1924 a 1942, o Padre José Amaral Mello, entregou-se de corpo e alma à formação de sacerdotes no Seminário Provincial de São Paulo, e a partir de 1928 assumiu a sua direção espiritual.

Dedicou-se igualmente a um profícuo magistério nesse Seminário. Esteve encarregado da regência das seguintes disciplinas: álgebra, geometria, trigonometria, física e química, biologia, literatura, lógica, história da Igreja, teologia ascética e mística.

No exercício dessas funções revelou sempre uma extraordinária capacidade didática, tendo que estudar a fundo matérias tão diversas.

Para tanto, foi constituindo, ao longo dos anos, uma erudita e diversificada biblioteca. Procurava manter intercâmbio permanente com algumas editoras européias.

Na sua missão de diretor espiritual do citado Seminário, os seus discípulos eram seminaristas maiores da Arquidiocese de São Paulo, como também elementos de outras dioceses do País.

Como atestam testemunhos da época, enorme foi a influência exercida na formação espiritual dessas pessoas, pelo evidente e claro exemplo da sua edificante vida sacerdotal!

Por essa razão, ele tinha realmente que despertar e animar nos seus filhos espirituais os mais santos propósitos de uma vida inteiramente dedicada a Deus e ao bem comum das almas necessitadas. E os que tiveram essa feliz oportunidade jamais esqueceram-se dos seus conceituosos e oportuníssimos conselhos e, primarcialmente, das suas sábias e cautelosas advertências, porque ele muito bem conhecia os perigos que constantemente cercam as frágeis criaturas que somos todos nós.

No exercício da consagrada direção espiritual esteve durante 14 anos

consecutivos ensinando os mais elevados preceitos cristãos, demonstrando uma profunda compreensão das coisas relacionadas com a nossa vida terrena e, acima de tudo, com as divinas. E para exercê-la com dedicação nunca mediu esforços e nem sacrifícios que a santa missão exigia.

Como autêntico homem de Deus repelia, de imediato, as falsas exterioridades da virtude e da falácia humana. Austero para consigo mesmo era bem condescendente para com as faltas alheias. A retidão de caráter e a fidelidade do dever conferiam-lhe uma brilhante auréola de espiritualidade, doçura e certa nobreza, que jamais impedia a aproximação respeitosa de quem quer que fosse. Bem compreendia o que pontificava o Padre Lacordaire: "O espírito de mortificação e de rigor é bom que cada um o tenha para si próprio; porém, para o seu irmão, cumpre ter espírito de amor e suavidade."

A 12 de outubro de 1931 teve a feliz oportunidade de assistir à festiva inauguração, na antiga Capital da República, Rio de Janeiro, do monumental Cristo Redentor, erigido no alto do Corcovado, e de presenciar, naquela auspiciosa noite, quando as luzes foram acesas por Marconi, iluminando a grandiosa estátua, diretamente do seu iate "Ellectra", que se encontrava ancorado na costa da Inglaterra, emitindo sinal elétrico que foi captado por uma estação receptora instalada em Dorchester e, finalmente, retransmitido para uma antena em Jacarepaguá, bairro da referida capital. Participou ainda da procissão comemorativa, integrada por enorme multidão de fiéis, numa demonstração de fervorosa e comovente fé religiosa.

Fazemos idéia do seu deslumbramento ao contemplar a magia de tal espetáculo inédito no Brasil e que na ocasião repercutiu em todo mundo cristão!

Participou, também, da heróica Revolução Paulista de 1932, prestando assistência aos soldados constitucionalistas, ouvindo-os em confissão, celebrando missas e distribuindo-lhes a sagrada comunhão e até visitando quartéis.

Homem de oração, de intensa vida interior, embora fôsse completa e exclusivamente voltado para formação espiritual dos seus queridos seminaristas, nem por isso permitia que o seu zelo se confinasse dentro da área que lhe era própria, isto é, o Seminário.

Assim, foram inúmeras e variadas as iniciativas apostólicas que assinalaram a exemplar vida do Cônego José Amaral Mello, quando foi nomeado Zelador da "Catholica Unio" a 29 de setembro de 1936, com sede no Mosteiro de São Bento, em Jundiaí. Até a sua morte essa obra o preocupou deveras, revelando nela o verdadeiro espírito ecumênico que o próprio Vaticano II, anos mais tarde, iria impor à sua Igreja.

A "Obra Pontifícia das Missões Católicas" igualmente dele recebeu entusiástico estímulo dentro do Seminário, que representava uma verdadeira

escola da formação dos futuros apóstolos da Igreja de Cristo. Sob os auspícios dele conta-se que as campanhas missionárias eram animadíssimas, tal o interesse por elas despertado.

Ele ainda idealizou e fundou, com outros sacerdotes, a "Associação dos Padres de Maria", entidade destinada a ser composta exclusivamente de sacerdotes, que prestou relevantes serviços sob a invocação de Maria Santíssima.

Instituiu, em São Paulo, a "Sociedade dos Padres de São Francisco de Sales", fundada na França pelo servo de Deus, Henri Chaumont, em 1876.

Outra iniciativa sua, cuja implantação se deu também em São Paulo e que contou com a colaboração de D. Umbelina de Souza Aranha e D. Francisca Setúbal, esposa de Paulo Setúbal, foi a "Sociedade das Filhas de São Francisco de Sales".

Outrossim, desempenhou intenso trabalho apostólico através de orientações por intermédio de cartas, de pregações em retiros espirituais a sacerdotes, religiosas e leigos; e atendimento a Conferências Vicentinas e movimentos da Ação Católica. Sua dedicação aos outros, fora do Seminário, foi tanta que a saúde começou a ressentir-se, chegando o Revmo. Arcebispo a retirar-lhe por algum tempo o uso de ordens, a fim de dedicar-se a um obrigatório descanso reparador, indo tomar férias, durante quase um ano, em Araxá e São José dos Campos.

Ele sempre foi um vigilante atento na defesa da sua Igreja, sobretudo quando atacada injustamente. Porém, o fazia com sutil ironia, como veremos o que aconteceu em determinado momento em que viajava de trem, e uma pessoa, ardorosa e veemente, propagava a superioridade do seu credo religioso, em contestação ao catolicismo.

Vendo que o Cônego José lia devotadamente seu Breviário sem nenhuma preocupação, aproximou-se dele para interpelá-lo em voz alta:

- Saiba, Padre, que eu tenho a certeza de estar com a verdade!

Cônego José calmamente limitou-se apenas responder-lhe:

- Existem várias espécies de certeza: metafísica, física, moral etc. Qual delas é a sua certeza?

O nosso homem, mostrando-se surpreendido com a pergunta, exclamou:

- Ora, Padre, Deus não precisa da nossa sabedoria!

- Muito menos da nossa ignorância! - acrescentou, prontamente, o Cônego José.

* * *

Sua fama de homem de Deus de tal maneira se tornou difundida, fora de São Paulo, que de vários lugares do Brasil vinham-lhe convites para pregar

retiros ao clero local.

Em 1937, por solicitação de D. Adalberto Sobral, locomoveu-se para a distante cidade de Pesqueira, em Pernambuco, edificando aí, com sua palavra candente e ação vigorosa, o clero diocesano.

Nesse mesmo ano esteve também em Curitiba. E em 1940, em Belo Horizonte, por solicitação do Seminário Central, com o propósito de realizar pregações durante um retiro espiritual.

Padre Melinho, como era tratado fraternal e afetuosamente pelos seus colegas, não gozava de muito boa saúde, isto desde a sua juventude. Porém, com inabalável fé, aliada à extraordinária dedicação ao seu apostolado e à profunda devoção de que era possuído, procurava superar essa deficiência orgânica; pois, para tanto era incrível sua fortaleza de espírito!

A 12 de fevereiro de 1940 foi nomeado Cônego Catedrático e logo depois, a 13 de maio por indicação da Santa Sé, foi designado Cônego Penitenciário do Cabido Metropolitano.

Acarretado com as enormes tarefas apostólicas a que se entregara, tinha por força que estar fisicamente extenuado. Teve necessidade, então, de repousar, outra vez, em São José dos Campos, onde recebendo visita do Monsenhor Manoel Pedro da Cunha Cintra, Reitor do Seminário Central do Ipiranga, que lhe falara da sua sentida falta para os seminaristas, teve esta resposta digna de um verdadeiro santo: "Foi na cruz que Nosso Senhor mais nos beneficiou. Serei mais útil aos meus seminaristas sofrendo por eles."

Em 1941 era submetido, no Hospital de Santa Catarina, em São Paulo, a uma operação de apendicite, com excelente resultado para cuja convalescência retornou a São José dos Campos.

Por alguns anos mais, voltou predisposto aos seus intensos afazeres, com o mesmo fervor de antigamente.

Todavia, passado esse tempo, já começa a se fazer sentir de maneira mais acentuada os primeiros sintomas do declínio da sua saúde, abatido pelos labores do zeloso ministério, e quando lhe aconselhavam que moderasse os seus trabalhos, costumava responder: "Descanso, só no céu." E, no entanto, recomendava constantemente aos seus dirigidos a necessidade imprescindível do lazer e do repouso!

Em suma, aquele corpo cheio de vida que era, chegou ao derradeiro e último esforço. Foi obrigado a recolher-se ao leito, motivado por grave acidose diabética. Para tanto, contou com a assistência de médicos amigos, que chegaram a formar até uma junta. Contudo, foram baldados todos os esforços, nada mais poderiam fazer. Inútil qualquer tentativa. Reconheciam que era chegada a sua hora. E, assim, serenamente veio a falecer na santa paz do senhor, na tarde de 24 de julho de 1942, com apenas 47 anos de idade e 19 de abnegado sacerdócio.

Desaparecia, então, uma alma profundamente piedosa que dedicara toda sua existência na direção espiritual de numerosos bispos, prelados, sacerdotes, seminaristas, religiosas e leigos.

Sua vida intensamente iluminada por uma fé inabalável constituiu-se em sublime e admirável exemplo de amor ao próximo, de constante mortificação e de evangélica pobreza.

Conta-nos seu irmão, Paulo Amaral de Mello, atualmente o mais idoso da família, com 86 anos de idade, que à beira do túmulo, pouco antes do enterro, duas comoventes despedidas fizeram-se ouvir: inicialmente a do consagrado educador Roldão Lopes de Barros, como um dos seus grandes admiradores e dedicado amigo, e, depois, a do notável poeta Edvard Carmilo, que considerava o Cônego José como seu verdadeiro mestre, amigo e até mesmo irmão, terminando a sua expressiva oração declarando: "Este sepulcro dispensa epígrafe, o próprio Deus já decorou esse nome!"

Sua morte repercutiu profundamente dentro e fora do Seminário, consternando o mundo eclesiástico brasileiro. A nossa imprensa, manifestando seu pesar, realçou as excelsas virtudes cristãs do saudoso prelado que, no dizer do Cardeal D. Sebastião Leme, tornou-se uma das glórias do clero nacional.

Soberba a Oração Fúnebre proferida aos seminaristas pelo então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, D. José Gaspar d'Affonseca e Silva, seu amigo pessoal e companheiro de turma, na missa pontifical de 7° dia, celebrada na Capela do Seminário Central do Ipiranga, da qual destacamos o seguinte trecho:

> *"O seu espírito de caridade, com que tratava sem distinção nenhuma seus filhos espirituais, não tendo hora, nem medindo canseiras para imolar-se em prol de vosso bem espiritual e pessoal. Espírito de caridade que se manifestava também pelos pobres, pelos doentes, por todos os que vinham bater à porta do seu coração sacerdotal. Espírito de caridade que se manifestava sobretudo no controle absoluto dos lábios, porquanto todos os sacerdotes que o conheceram e privaram com ele podem dizer que jamais o viram detraindo, intrigando ou dizendo qualquer palavra que pudesse ferir o próximo, faltando à caridade. Neste ponto o seu exemplo é um verdadeiro estímulo para nós, porquanto na frase de São Tiago, quem atingiu este domínio absoluto da língua é varão perfeito; e este domínio, com a graça de Deus, o nosso querido Cônego Mello o tinha sobre os lábios."*

Eis, num rápido bosquejo, o que foi a santa existência deste consagrado servo de Deus, cuja breve passagem entre nós sublimou-se no cumprimento da sua exemplar missão sacerdotal, por força da intensidade com que viveu e propagou os divinos ensinamentos de Jesus Cristo, além do interesse e da afeição com que sabia tratar os seus inúmeros discípulos e fiéis, deixando neles

imperecível recordação gravada em seus corações!

Da numerosa prole de 19 filhos vivos, que constituía a família do patriarca Mariano Ribeiro de Mello e D. Maria da Conceição Amaral Mello, atualmente existem 6, como se seguem: Paulo Amaral de Mello, jornalista; Pedro Wilson de Mello, jornalista; Mariano de Mello Filho, bancário; Geraldo de Mello, Monsenhor; Benjamim de Mello e Maria do Carmo Mello e Silva. De todos os seus filhos, três abraçaram o sacerdócio, pela ordem: Cônego José Amaral de Mello; Monsenhor Geraldo de Mello; e Cônego Ruy de Mello, com trabalho ministerial.

* * *

Conhecida que é a venerável figura do sacerdote que foi o Cônego José Amaral de Mello, falemos agora do afetuoso contato que teve com Paulo Setúbal, que se tornou não só amigo, como profundo admirador da vasta cultura e distingüida virtude, e que, acima de tudo, dele foi um fiel confidente de todas as horas, culminando na sua total conversão, fazendo-o retornar de vez ao seio dos amados de Deus!

Não sabemos bem a data precisa em que ele conheceu Paulo Setúbal; mas, de qualquer forma, acreditamos que tenha sido anterior a 1936, quando começou a ser escrito o "Confiteor", que o fez sob a real inspiração do Cônego José Amaral de Mello, que foi seu dedicado e zeloso guia espiritual, seguindo-lhe diretamente os passos até a sua morte.

Muito se tem falado e escrito a respeito do "Confiteor", todavia, sobre os reais motivos da sua criação e como foi concebido, nada se tem dito.

Alma sensível e coração boníssimo, Paulo Setúbal, naturalmente tinha razões para extravasar os seus sentimentos íntimos por intermédio do "Confiteor". Era uma obrigação moral que devia dar aos pósteros, quanto ao retorno à sua fé cristã. Queria que os incrédulos se espelhassem na sua conversão, para melhor compreenderem quão infinita é a bondade do Senhor!

Para tanto, serviu como estímulo o carinho e a atenção do seu dileto amigo, onde podia mirar-se no "Padre Z", nessa obra cognominado o Cônego José Amaral Mello. Foi ele mesmo o verdadeiro inspirador do "Confiteor", prova disso temos quando ali, em diversas passagens, Paulo Setúbal se dirige diretamente ao seu amigo.

Com referência aos primeiros vislumbres do "Confiteor", conta-nos René Thiollier, em interessante crônica publicada na "Revista da Academia Paulista de Letras", de março de 1939:

"Um dia fui visitá-lo em São José dos Campos. Era em São José que Paulo passava a mór parte do ano. Tinha lá uma casinha pitoresca

no fundo de um jardim, "ensombrada de velhas árvores, muito voada e chilreada de pássaros" - como ele a descrevera numa carta a Olegário Mariano.

"Ao deixar São Paulo, estava relativamente bem, exuberante de alegria como sempre, repleto de projetos; levava um livro que pretendia terminar, cujo título nunca me quis dizer; quando lhe perguntava, respondia-me:

"- Você verá mais tarde; não é para ser publicado já; é um livro em que tenho posto toda a minha alma..."

Acresce, então, René Thiollier: "Devia ser, por certo, o "Confiteor"."

A respeito da presença do Cônego José Amaral Mello na criação desse trabalho, ouçamos o que nos diz Monsenhor João Baptista de Carvalho:

"Quem leu a obra de tão comovente espiritualidade - "Confiteor" - de Paulo Setúbal, percebe quão decisiva foi em proveito da elevação sobrenatural daquela alma eleita a ação de um piedoso e esclarecido sacerdote. E este ali se esconde, aparecendo e brilhando tão-somente à ação zelosa e lúcida do seu ministério como instrumento dos planos misteriosamente salvíficos da Providência Divina."

Ainda mais, vejamos o que nos declara Menotti Del Picchia, em nota escrita, quando do falecimento deste admirável sacerdote:

"... o Padre José. Tratava-se de um santo..."

....

"Foi ele quem apontou ao criador da "Marquesa de Santos" sua estrada de Damasco. Foi mercê do muito amor deste sacerdote e santo que Paulo Setúbal teve a sua conversão, a qual concorreu para que o alto milagre se multiplicasse, uma vez que as páginas do "Confiteor", hoje clássicas nas nossas letras, foram levar junto de tantos desesperos as mesmas palavras dessa obra ouvidas dos lábios do Padre José."

Infelizmente Paulo Setúbal não chegou a completar o "Confiteor", pois, veio a falecer antes de terminá-lo. Foi então o Cônego José Amaral Mello, o "Padre Z", quem lhe deu o acabamento final. E, segundo Monsenhor Primo Vieira, quase não se percebe a diferença de estilo, tal a simplicidade e a elegância empregadas pelo seu confessor e amigo, principalmente, pela grande afinidade de espírito de ambos, aureolada por intensa admiração e respeito.

Chegamos mesmo a afirmar, tão enraizadas se achavam suas almas e ligados os seus pensamentos, que, no fim da vida, o próprio Paulo Setúbal, enlevado, seguiu o que lhe foi inspirado pelo virtuoso sacerdote, fruto exclusivo proveniente das várias e longas conversas íntimas havidas entre os dois.

Dando, pois, prosseguimento às palavras finais do "Confiteor", eis como inspiradamente se manifesta o Cônego José Amaral Mello:

"Creio, nesse gênero literário, poucas vezes o colorido e a sinceridade com que um Autor se exprime, foram ainda superados. Tenho para

mim que o estilo de Paulo Setúbal aí marca um apogeu. Emerge deste "Confiteor" a figura do Autor, semelhante em muitos traços com a de Santo Agostinho. Semelhante no estilo exuberante e colorido; semelhante na sinceridade da alma e flama de expressão."

. . . .

"Mercê de Deus, o nosso grande escritor, depois de lutas, em arremetidas gloriosas para as estrelas, aí nas alturas, banhava sua alma de claridades novas. Estas de refletiam nos seus últimos escritos e nas suas conversas. Suas conversas! Como eu as escutava deliciado, sem sentir o fio das horas correr... e quando o dia em declínio urgia-me à despedida, eu levava comigo a saudade daqueles colóquios tão elevados, tão edificantes, saudades que a morte do amigo tornou ainda mais sentidas."

Concluindo, tanto Paulo Setúbal como o Cônego José Amaral Mello, operaram, nessa admirável obra, como almas gêmeas, como autênticos irmãos entrelaçados pelos mesmos ideais de Cristo! Um pela execução da obra em si e outro, integrado nela que está, como seu natural elemento de inspiração e definitivo narrador!

Homenagem aos sócios falecidos no ano de 1993

Sessão de 20 de outubro de 1993

Israel Dias Novaes

O primeiro orador traçou um perfil de cada sócio falecido, enaltecendo suas qualidades de cidadãos e obras culturais realizadas: **José Augusto Vaz Valente**, natural de Almeida, Beira Alta, Portugal, nascido em 20 de novembro de 1921, mestre, doutor e livre docente, da Universidade de São Paulo; autor de duas obras clássicas intituladas "A Carta de Caminha - estudo crítico, paleográfico, diplomático", e "Certidão de nascimento do Brasil", publicadas pelo Museu Paulista da USP (1975); **Álvaro do Amaral**, natural de São Paulo, capital, nascido em 18 de julho de 1907, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP; dedicou-se à pesquisa e estudos históricos, destacando entre as suas obras, "Padre José de Anchieta e a fundação de São Paulo", dois volumes, "Duque de Caxias, vida e obra" e "São Paulo e a Independência do Brasil"; **Honório de Sylos**, jornalista, literato, bacharel em Direito, historiador, especialmente de São Paulo, do qual era fervoroso defensor. Faleceu aos 93 anos. Atuou com grande destaque, na Revolução Paulista de 1932, tendo sido assessor de Júlio Prestes. Zeloso guardião das tradições e da gente de São Paulo; **Fausto Pires de Oliveira**, natural de São Simão, Estado de São Paulo, nascido em 28 de agosto de 1908. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de São Simão. Pelos serviços prestados à terra natal, foi eleito "personalidade do ano de 1975". Publicou "Elementos para a história de São Simão". Recebeu a medalha "Segundo centenário de nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva". Participou ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932, tendo recebido diversas condecorações; **Austregésilo de Athayde**, era sócio correspondente nacional; nasceu em Caruaru, Pernambuco, aos 25 de setembro de 1898. Escritor e jornalista, membro proeminente da Academia Brasileira de Letras, onde exerceu, por 35 anos, o cargo de presidente. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Recebeu muitos

títulos honoríficos no Brasil, Portugal, França, Itália, Espanha, Grã-Bretanha, Grécia, Chile, Paraguai e outros países. Escreveu inúmeros artigos versando sobre o Direito do homem e participou de diversos Congressos internacionais, como jornalista e escritor; **Antônio Rangel de Torres Bandeira**, nasceu em Recife, Pernambuco, aos 24 de outubro de 1917, jornalista e escritor exerceu o cargo de Promotor Público em Pernambuco e foi assessor técnico da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo. Ensaísta das Ciências e Artes de São Paulo, publicou, "Meditação sobre o sentido metafísico da História", "Da Liberdade da Criação Artística", "Espírito e forma", "Caixa de Música", "Jorge Lima" e outros; **Américo Jacobina Lacombe**, natural do Rio de Janeiro, nascido em 7 de julho de 1909. Advogado e historiador, deixou vasta obra que enriquece a historiografia brasileira; notável estudioso e divulgador da vida e obra de Ruy Barbosa, foi membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e diretor por muitos anos da "Casa de Ruy Barbosa"; **Álvaro Pinto de Aguiar**, nasceu em Santos, São Paulo, aos 25 de fevereiro de 1906. Foi sócio-fundador do Pen Club. Como sócio do Clube 21 - Irmãos Amigos de São Paulo, publicou, "Piauí, ontem e hoje". Foi tradutor de conceituadas obras em inglês, para a Edições Melhoramentos.

ATAS DAS SESSÕES - JULHO A OUTUBRO DE 1992

ATA DA SESSÃO DO DIA 01 DE JULHO DE 1992

As dezessete horas do dia primeiro de julho de mil novecentos e noventa e dois, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede à rua Benjamin Constant, 158 - 1º andar, uma sessão cultural. Foi lida e aprovada uma ata de sessão anterior. Estiveram presentes os seguintes consócios e convidados: Lycurgo de Castro Santos Filho, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, José da Veiga Oliveira, Duílio Crispim Farina, Henrique L. Alves, Celso Maria de Mello Pupo, Odilon Nogueira de Matos, Luiz Wanderley Torres, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Ricardo Román Blanco, J. Pereira, Renato Báez, Délio Freire dos Santos, Antônio de Arruda Camargo, Rudolf Robert Hinner, Adérito Augusto de Moraes Calado, Fauzi Saadi, Tsunezo Sato, Paul Donovan Kigar, Walter Pinheiro Guerra, Hernâni Donato, Maria de Lourdes Wanderley Torres, Severino dos Santos, Pedro de Cerqueira Falcão, representando a família do dr. João de Souza Pondé, Olívia Imbassahy, Maria José de Arruda Mello Perugini, Maria Cristina Perugini, Henrique Novak, Emerson Ribeiro Oliveira, Oswaldo Galloti, Arnaldo Faria, Guido Arturo Palomba, Mariazinha Congílio e Geraldo Vidigal. O sr. presidente outorgou a palavra ao primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho, para a leitura das Efemérides Brasileiras, no período compreendido entre os dias 1º e 14 de julho. Recordou-se que, no dia 5 de julho de 1922, irrompeu no Forte de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, um levante militar, o primeiro de uma série. Gesto idêntico verificou-se em São Paulo, com enfoque em um dos chefes o General Isidoro Dias Lopes. Houve a posse de Bernardino de Campos no Governo do estado de São Paulo, sendo que o novo mandatário soube cercar-se de esplêndido grupo de auxiliares diretos. Nas Efemérides concernentes ao Instituto Histórico, mencionou-se a sessão de 3 de julho de 1965, quando o consócio Menezes Drummond, membro da Comissão de Heráldica, examinou o ante-projeto de criação da bandeira municipal de São Paulo, para a qual apresentou substitutivo, corrigindo impropriedades do projeto, que acabou oficializado pela Câmara Edílica, sem alteração alguma. Referido consócio propôs que se oficiasse à Edilidade, lembrando as leis básicas de heráldica. Discorreram a respeito os consórcios Ricardo Glumbleton Daunt e Menezes Drummond. A seguir efetuou-se a cerimônia de posse do novo sócio titular do Instituto, Walter Pinheiro Guerra, que

foi preliminarmente saudado, na forma regimental, pelo orador oficial Duílio Crispim Farina, que traçou biograficamente, o perfil intelectual, moral, científico do novo confrade, de impoluta dimensão humana: médico, diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sanitarista emérito, que trabalhou em várias Unidades brasileiras, sem prejuízo de atividades e pesquisas científicas, testemunhadas por diversas importantes publicações. O orador proclamou o dr. Walter Pinheiro Guerra uma conspícua expressão da classe médica do Brasil. Após a oração, recebida sob entusiásticos aplausos, o novo consócio leu em voz alta, assinando de imediato, o termo de compromisso, passando a receber, da sra. Mariazinha Congílio, o colar e diploma de sócio titular. O primeiro secretário, prof. Roberto Machado Carvalho, leu, na íntegra, o texto do competente diploma. Já na tribuna, o dr. Walter Pinheiro Guerra delineou a trajetória de sua vida, o contato que manteve com diversos colegas, os múltiplos trabalhos que desenvolveu na Bahia, em estados do Nordeste. Foi sobremodo aplaudido. A seguir, o primeiro secretário informou que o Instituto recebera dois telegramas da Família Pondé (Francisco e Lafayette), escusando-se por não poder estar presentes a prévia solenidade. Ficou também registrado o lançamento do livro do consócio Renato Báez, "Garimpando na cidade branca", bem como um convite do Club Piratininga, para uma sessão comemorativa do dia 9 de Julho, data do início da Revolução Constitucionalista de 1932, sobre a qual discorreu largamente, com precisão histórica e pormenores de elementos elucidativos, o prof. Roberto Machado Carvalho. O sr. presidente concedeu a palavra ao consócio prof. Odilon Nogueira de Matos que referiu-se ao ano de 1944, data do cinqüentenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, tendo publicado, na época, uma crônica sobre a efeméride no "Correio Paulistano", destacando a valia de um grupo de estudiosos como Affonso de Escragnole Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Vinicio Stein Campos, Cesário Júnior, Eugênio Egas, Afonso de Freitas, Américo de Moura, Plínio Ayrosa, Jorge Bertolaso Stella, Bueno de Azevedo Filho e outros. Após declarar que esta memória será publicada na Revista do Instituto, em data oportuna, o sr. presidente deu por conclusa a sessão, da qual, eu, José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrei a presente ata, a qual, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 15 DE JULHO DE 1992

Às dezessete horas do dia quinze de julho de mil novecentos e noventa e dois, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede, à rua Benjamin Constant, 158 - 1° andar, uma sessão administrativa. Comparecerem os seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Duílio Crispim Farina, José da Veiga Oliveira, Roberto Machado Carvalho, Délio Freire dos Santos, Antônio Roberto de Paula Leite, Odilon Nogueira de Matos, Adérito Augusto de Moraes Calado, Douglas Michalany, Walter Pinheiro Guerra,

Hernâni Donato e J. Pereira. Foram lidas e devidamente aprovadas duas atas de sessões anteriores. O primeiro secretário prof. Roberto Machado de Carvalho procedeu à leitura das Efemérides Brasileiras, no período compreendido entre 15 de julho e 4 de agosto. Assinalou que, a 16 de julho de 1934 foi promulgada nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, segundo a denominação vigente: texto considerado híbrido pelos padrões jurídicos da época. Ficaram assinalados pelo orador as caraterísticas fundamentais da nova Carta Magna. Ao reviver às Efemérides Paulistas, relatou que o Governo do Estado de São Paulo enviou unidades militares para combater os revoltosos de Mato Grosso, em data de 16 de julho de 1922, sendo que, a 22 do mesmo mês, os militares retornavam à Capital. Por fim, quanto às Efemérides do próprio Instituto Histórico, recordou-se a sessão do dia 29 de julho de 1952, quando o historiador Affonso de E. Taunay usou da palavra para falar sobre o eminente historiador Luiz Gonzaga da Silva Leme, lembrando que o sodalício deve ao egrégio genealogista uma especial homenagem, dedicando-lhe uma inteira sessão solene. Outrossim requereu à Mesa o envio de um ofício a seu filho, solicitando seu comparecimento, sendo que o próprio Taunay falaria sobre o grande finado. Lembrou o primeiro secretário que, em 1952, as sessões se realizavam aos sábados, com início às quinze horas. A nova sede seria inaugurada em 25 de janeiro de 1954. Sem outro assunto a discorrer ou debater, o sr. presidente deu por encerrada a sessão, da qual José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, vai assinalada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 1992

Aos cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois realizou-se, às dezessete horas, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, situada na rua Benjamin Constant, 158 - 1° andar, nesta capital, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, a sessão ordinária cultural do mês. Compareceram os seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, Hernâni Donato, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Pe. Hélio Abranches Viotti, Paul Donovan Kigar, Douglas Michalany, Isaac Grinberg, José Gonçalves Salvador, Ricardo Román Blanco, Renato Báez, Luiz Wanderley Torres, Henrique L. Alves e Délio Freire dos Santos. Dando início aos trabalhos, foi lida a ata da sessão anterior. Colocada em discussão e votação foi aprovada. Em seguida, o primeiro secretário Roberto Machado Carvalho leu às efemérides; ficou registrado na Efeméride Brasileira, a criação dos cursos jurídicos no Brasil, por Lei Imperial datada de 11 de agosto de 1827; na Efeméride Paulista, diversos acontecimentos verificados durante o mês de agosto no desenrolar da Revolução Paulista de 32 e na Efeméride do Instituto, o ingresso, no sodalício, da famosa pianista Guiomar Novaes em sessão de 5 de agosto de 1967. A seguir, o consócio Douglas Michalany solicitou a palavra para encaminhar o registro em ata de votos de pleno

restabelecimento das saúdes dos consócios José da Veiga Oliveira e Célio Debes, ambos submetidos a recentes cirurgias. O sr. presidente comunicou que naquele dia, comemorava noventa e três anos de idade, o ilustre consócio Celso Maria de Mello Pupo, palavras recebidas com uma salva de palmas. Ainda sobre o distinto historiador, o sr. presidente comunicou o recebimento de convite para a solenidade de outorga da Comenda da Ordem do Mérito das Misericórdias com o título de Grande Oficial ao consócio Mello Pupo, a ser realizado no dia 22 de agosto, às dez horas da manhã em Campos do Jordão. O consócio Luiz Wanderley Torres comunicou o recebimento de um trabalho do dr. Carlos Noel de Melo onde consta uma relação de trezentas e vinte cidades, aldeias e povoados de são Paulo que estão sendo despovoados por falta total de trabalho e condições de vida; trata-se, disse o orador, de um grave problema que provoca o deslocamento de pessoas para as grandes cidades, acarretando toda sorte de problemas, a começar pela desestruturação das famílias. Inspirado no tema, o orador declamou um poema de sua autoria. O consócio Hernâni Donato discorreu, longamente, sobre os acontecimentos da Revolução Constitucionalista de 1932, detendo-se especialmente na análise das repercussões do movimento em outros Estados, como Mato Grosso, onde foi proclamado o Estado de Maracaju, correspondendo ao atual Estado do Mato Grosso do Sul, Amazonas, destacando a participação da artilharia localizada em Óbidos e o combate no rio Amazonas em direção de Manaus entre pequenos navios dos revolucionários e navios governistas, sacrificando cinqüenta combatentes, Pará que foi proclamado Estado constitucional pelos estudantes universitários, Bahia e Rio Grande do Sul, destacando aqui a participação da mulher; uma delas, em Soledade perdeu três filhos, em nome da Constituição. Em relação a este último episódio, Hernâni Donato, com palavras emocionadas, pediu que o sodalício reconhecesse o fato, bem como as ocorrências registradas em outros Estados, onde os constitucionalistas morrem heroicamente. O sr. presidente solicitou ao plenário que conservasse um minuto de silêncio em homenagem a aqueles mártires de 32. Em adendo, o consócio Luiz Wanderley Torres disse que na Paraiba houve o levante a favor de São Paulo da mocidade do Colégio Diocesano Pio X e o Ginásio Diocesano; a seguir declamou um "Hino a 32" de sua autoria. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o sr. presidente acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu, Roberto Machado Carvalho, lavrei a presente ata que após lida, discutida e aprovada, vai assinada pelo presidente, primeiro e segundo secretários. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 19 DE AGOSTO DE 1992

As dezessete horas do dia dezenove de agosto de mil novecentos e noventa e dois, sob presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede, à rua Benjamin Constant, 158, 1° andar, uma sessão administrativa.

Verificou-se a presença dos seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, Hernâni Donato, J. Pereira, Walter Pinheiro Guerra, Pe. Hélio Abranches Viotti, José Gonçalves Salvador, Délio Freire dos Santos, Celso Maria de Mello Pupo, Isaac Grinberg, Israel Dias Novaes, Antônio Roberto de Paula leite, Reginaldo Moreira de Miranda e José da Veiga Oliveira. Lidas e aprovadas as atas de duas sessões anteriores. O prof. Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário procedeu à leitura das Efemérides Brasileiras no período compreendido entre 19 de agosto e 1º de setembro. Recordou-se que, a 22 de agosto de 1954, um contigente de trinta generais do Exército Brasileiro redigiu e fez publicar um manifesto à Nação, solicitando a renúncia do presidente Getúlio Vargas, por motivo do escândalo público e as profundas repercussões políticas que se seguiram à tentativa de assassinato do político e jornalista Carlos Lacerda, e na qual perdeu a vida o Major Rubens Vaz, em cuja companhia seguia aquele; crime que se verificou na rua Toneleros, na cidade do Rio de Janeiro, sendo que o rápido e rigoroso inquérito realizado por oficiais do Ministério da Aeronáutica, quando se percebeu que a polícia estava criminosamente passando o caso em "câmera lenta", veio a concluir de forma insofismável que a medida do extermínio partiu dos altos escalões políticos do Palácio do Catete, no qual imperava o chamado "mar de lama" e a conivência acintosa e revoltante dos facínoras do Poder. O manifesto dos generais concluiu que a perpetuação de tais anormalidades poderia conduzir a Nação aos caos político, de conseqüências facilmente previsíveis. Getúlio Vargas deveria, portanto, renunciar e ser substituído, segundo os princípios constitucionais explícitos, ocorrendo, a 24 de agosto, o suicídio do presidente, sendo empossado o vice, sr. João Café Filho. No tocante às Efemérides Paulistas, recordou-se que, a 22 de agosto de 1892, assumiu a presidência do Estado de São Paulo o estadista Bernardino de Campos, dando início a um período político e administrativo sobremodo fecundo na multiplicidade de suas realizações, munido de um secretariado de alto nível. Entre as realizações, ficaram registrados a criação de numerosos grupos escolares na capital e interior do Estado, o saneamento da cidade de Santos, bem como numerosos núcleos outros, a melhoria dos serviços de Imigração, além de outros profusos benefícios. Nas Efemérides do Instituto, na sessão de 19 de agosto de 1978, o então presidente dr. José Pedro Leite Cordeiro comunicou à Casa que os dias das sessões fôra transferido para às quartas-feiras às dezoito horas, em vez dos sábados, como se fazia habitualmente. Na sessão sob epígrafe o consócio Pedro Brasil Bandecchi, efetuou doação ao Instituto de preciosos documentos da família Duarte de Azevedo, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, político influente, que foi Ministro da Justiça do Império. Em memória do recém-falecido João Gabriel Sant'Anna, os presentes observaram um minuto de silêncio, recordando que se tratava de historiador e genealogista de tomo, ao mesmo tempo em que traçava ampla e documentada biografia a propósito de seus intensos trabalhos, os méritos pessoais, os relevantes serviços, as condecorações recebidas na qualidade de sócio titular, a extensa bibliografia que

produziu. O sr. primeiro secretário finalizou pedindo a consignação em ata de um voto de profundo pesar, além de apresentar condolências à família. Moção aprovada. A seguir, o sr. presidente concedeu a palavra ao consócio José Gonçalves Salvador, que noticiou o lançamento de seu mais recente livro "Os Cristãos-Novos em Minas Gerais durante o Ciclo do Ouro (1695-1755)". Relatou pormenorizadamente as tremendas dificuldades que enfrentou para a publicação da obra em epígrafe, precedidas por acuradas pesquisas em arquivos brasileiros e lisboetas. Declarou ainda que o lançamento oficial dar-se-á no próximo dia 29 de agosto, por volta das dezessete horas, na Bienal Internacional do Livro, no Parque Ibirapuera, ao mesmo tempo formulando convite de comparecimento aos colegas do Instituto. Com a palavra, o Pe. Hélio Abranches Viotti S. J. efetuou severa crítica a um filme recentemente exibido, no qual o papel heróico da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial aparece grosseiramente distorcido. Como capelão e testemunha "de visu" dos horrores do conflito, podia ofertar o exato depoimento dos acontecimentos aos quais esteve presente, e desse modo ofertando a inteira verdade histórica. Constou de ata a oferta do panfleto "Recordação de Família" de Margarida de Farias Brito e Castro, doado pelo consócio e acadêmico Hernâni Donato. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual eu, José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1992

Aos dois dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e dois realizou-se, às dezessete horas, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, situada na rua Benjamin Constant, 158, 1° andar, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, a sessão ordinária cultural do mês. Verificou-se a presença dos seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Duílio Crispim Farina, Walter Pinheiro Guerra, J. Pereira, Antônio Roberto de Paula Leite, Pe. Hélio Abranches Viotti, Rui Calazans de Araujo, José Gonçalves Salvador, Délio Freire dos Santos, Maria Amália Corrêa Giffoni, Ricardo Román Blanco, Douglas Michalany, Celso Maria de Mello Pupo, Rudolf Robert Hinner e José da Veiga Oliveira. Lida e aprovada a atada da sessão anterior. Com palavras de emoção e entusiasmo, o sr. presidente saudou a presença do consócio Rui Calazans de Araújo, de retorno após longa enfermidade. Foram as suas palavras coroadas por vibrante salva de palmas da Casa "au grand complet". A seguir, foi outorgada a palavra ao consócio Pe. Hélio Abranches Viotti SJ., que se referiu aos estudos canônicos complementares, que efetuou em Montevidéo. Apresentou seu colega de sacerdócio o Pe. Juan Villegas S.J., membro proeminente do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, autor de importantes trabalhos históricos, dos quais o mais recente versa sobre as Reduções jesuíticas do Paraguai. Um

exemplar foi ofertado à Biblioteca "Affonso de E. Taunay" do Instituto. O consócio Délio Freire dos Santos referiu-se ao resgate, no Uruguai, de um dos maiores achados literários dos últimos tempos, qual seja o único exemplar do romance A Divina Pastora de João Antônio do Vale Caldre e Fião, o primeiro no gênero de autor gaúcho e o segundo mais antigo do Brasil, editado em 1847, três anos depois da célebre A Moreninha de Joaquim Manoel de Macedo. Caldre e Fião, nascido em Porto Alegre, em 1821, faleceu na mesma cidade em 1876. Era médico, abolicionista e deputado estadual. Falou em seguida o já mencionado jesuíta felicitando o Instituto paulistano pelo alto nível dos trabalhos históricos e culturais, estampado em sua Revista. O orador oficial Duílio Crispim Farina celebrou a Academia Paulista de História, que vem de publicar o número três de sua Revista, inteiramente dedicada à Guerra Cívica ou Revolução Constitucionalista de 1932 - ato de justiça e dignidade histórica das tradições paulistanas, enaltecidas pelo alto nível dos trabalhos de colaboração sob estampa da Revista. Foi ofertado um exemplar especialmente ao presidente do Instituto. Outrossim, o orador referiu-se sob carinhosas palavras ao consócio dr. Rui Calazans de Araújo, que retorna ao convívio do sodalício, bem como ao decano dos médicos paulistas dr. Sebastião Calazans. Informa também haver recebido do Diretor da Biblioteca um ofício de agradecimento pela doação da tradicional e conceituada "National Geografic Magazine", no impressionante total de cem volumes, que cobrem os anos de 1911 a 1964, todos de grande formato, além de números avulsos. Informa de seu intento de ofertar a coleção de todos os catálogos de pintores e as respectivas exposições de pintura de artistas brasileiros. O orador foi muito aplaudido. Quanto às Efemérides Brasileiras no período de 2 a 15 de setembro, o prof. Roberto Machado Carvalho, primeiro secretário, referiu-se aos episódios que cercaram e culminaram no ato de D. Pedro I, então Príncipe Regente, proclamando em São Paulo a independência do Brasil, às margens do riacho Ipiranga, a 7 de setembro de 1822. Após relatar os fatos históricos bem conhecidos, menciona que o Príncipe Regente, de retorno ao Rio de Janeiro, resolveu escolher para o governo São Paulo um triunvirato paulista. Efemérides Paulistas. A 13 de setembro de 1892, o governo do presidente Bernardino de Campos reorganiza o Poder Judiciário. Efemérides do Instituto Histórico. Em 1965 o presidente Aureliano Leite elogia o ingresso de novos sócios. O historiador Tito Lívio Ferreira discorre sobre a história da literatura brasileira e convida o sodalício para assistir à missa a ser celebrada na capela do Monumento do Ipiranga. Com a palavra o consócio Antônio Roberto de Paula Leite, designado representante do Instituto junto ao CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - apresenta substancioso e desenvolvido relatório de seus trabalhos naquele órgão técnico e colegiado. Como aponta, é a primeira vez que um relatório a respeito é redigido e formalmente lido na tribuna do Instituo Histórico. O autor empresta às suas ponderações um tonus fortemente crítico e veemente, fundamentado nas falhas que se lhe apresentaram. Deixa claro

que o CONDEPHAAT funciona mal, claudicantemente, em que pese o ângulo positivo de várias importantes decisões. É certo que o trabalho do representante do Instituto foi intenso, construtivo, fundamentado na leitura e no regulamento. Haja visto que diversos pareceres e sustentações orais mereceram endosso do colegiado. O relatório recebeu elogiosas referências do sr. presidente. Por fim, foi dada a palavra ao segundo secretário José da Veiga Oliveira. Declarou ter lido linha por linha, parágrafo por parágrafo, página por página, capítulo por capítulo a obra recém-editada do consócio José Gonçalves Salvador, sob o título "Os Cristãos-Novos em Minas Gerais Durante o Ciclo do Ouro (1695-1755) - Relações com Inglaterra", (São Paulo, Pioneira, 1922, 197 páginas). Declarou tratar-se de trabalho minucioso, fartamente documentado, fruto de alongado tirocínio no trato da história colonial, de minudente pesquisa na Casa da Moeda, de Lisboa, na Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional, dos Arquivos da Torre do Tombo, Histórico Ultramarino, Palácio da Ajuda, Alfândega Geral, da Junta de Comércio e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, das Chancelarias Reais de D. João IV a D. José I, além de outros repositórios. O autor demonstra a importância do papel desempenhado pelos cristãos-novos no desenvolvimento da Capitania Geral das Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, especialmente do Distrito Diamantino, Goiás e Mato Grosso. Não apenas. Estuda o relacionamento da metrópole com a Inglaterra; de como os metais e pedras preciosas enriqueceram o tesouro britânico e as conseqüências que dali advieram. Não poderia faltar farto exame dos processos do denominado "Santo Ofício da Inquisição", com seus seqüestros de bens, encarceramentos, interrogatórios, torturas e autos da fé, como a fogueira que supliciou à morte o dramaturgo brasileiro Antônio José da Silva, denominado "O Judeu". Para o historiador, é fora de dúvida que a Inquisição arruinou Portugal (página 180) e igualmente o Brasil. Curiosamente não constam da bibliografia os três volumes da "História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal" do grande mestre lusitano Alexandre Herculano, obra que, contando cento e quarenta anos de idade (Lisboa, 1852) "é ainda hoje a última palavra sobre o assunto", conforme textualmente escreve David Lopes, professor da Faculdade de letras de Lisboa,. Por igual, os quatro volumes da "Efhemérides Mineiras" de José Pedro Xavier da Veiga (Ouro Preto, Imprensa Nacional, 1897), com numerosas referências à Inquisição, não foram capitulados. Veiga Oliveira encerrou suas observações com citar Herculano (III, 356), que a inquisição foi a "manifestação completa das tendências e do espírito da mais atroz, da mais anti-cristã instituição que a maldade humana pode inventar, resumindo a história da Inquisição portuguesa: nas capturas arbitrárias; nos longos cativeiros sem processo; nas fogueiras devorando promiscuamente o cristão e o judeu por honra da Inquisição e Glória de Deus". Ninguém fazendo uso da palavra, o sr. presidente deu por conclusos os trabalhos, dos quais José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da

Veiga Oliveira.

ATA DA SESSÃO DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 1992

As dezessete horas do dia dezesseis de setembro de mil novecentos noventa e dois, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede, à rua Benjamin Constant, 158, 1° andar, sua segunda sessão ordinária do mês. Estiveram presentes os seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, José da Veiga Oliveira, Duílio Crispim Farina, Roberto Machado Carvalho, Sílvio Marone, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, José Gonçalves Salvador, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Walter Pinheiro Guerra, J. Pereira, Hernâni Donato, Isaac Grinberg, Pe. Hélio Abranches Viotti, Ricardo Román Blanco, Délio Freire dos Santos, Antônio Roberto de Paula Leite, Henrique L. Alves, Renato Báez, Moacir França, Odilon Nogueira de Matos, Divaldo Gaspar de Freitas, Luiz Wanderley Torres e os convidados, Benedictus Mário Mourão, Guido Palomba, Samuel Penido, Luiz Mourão, Glorinha Sandoval Mourão e Geraldo Magella de Freitas. Abrindo os trabalhos, o sr. presidente convidou o médico e professor Benedictus Mário Mourão para integrar a mesa. O sr. segundo secretário procedeu à leitura de ata da sessão anterior, que foi aprovada. A seguir, o sr. primeiro secretário efetuou à leitura das Efemérides Brasileiras no lapso de tempo compreendido ente 16 e 18 de setembro. A Princesa Isabel, Regente do Império, sancionou a Lei número 2.040, que declara libertos os filhos de escravos, nascidos naquela data, ao mesmo tempo instituindo disposições variadas, tanto para o liberto quanto o senhor. A Lei sob epígrafe previa a extinção gradativa do elemento servil. Libertaram-se os escravos de sessenta anos completados antes e durante a promulgação do diploma legal. Quanto às Efemérides Paulistas, assinalou o desaparecimento de vultos ilustres da província, como o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, eminente homem público, o primeiro a introduzir em São Paulo a mão de obra de imigrantes europeus. Assinala-se outrossim, o passamento de José da Costa Carvalho, natural da Bahia, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo. Quanto às Efemérides do Instituto Histórico, o presidente Almeida Magalhães deu ciência à Casa de que o prof. dr. Miguel Reale falaria sobre a vida e obra do jurista Pedro Lessa. Houve elogiosas referências ao consócio e folclorista Alceu Maynard de Araújo, por suas contribuições culturais, Outrossim, fez-se menção da Efeméride concernente à independência do Chile. A tesoureira, professora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci relatou minuciosamente o balancete financeiro do Instituto. Com a palavra o consócio Pe. Hélio Abranches Viotti S.J., manifestou sentimentos de forte pesar pelo passamento do Monsenhor João Pheeney de Camargo e Silva, exemplar existência de sacerdote, que foi capelão-chefe das Forças Armadas do Brasil nas operações da F.E.B., durante a Segunda Guerra Mundial. Relatou em apoio de suas considerações, a coragem, a firmeza de caráter, a energia com que enfrentou dificuldades sem conta, inclusivamente na defesa de pessoa injustamente acusada no Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. Concluiu

propondo a consignação em ata dos trabalhos de um voto de pesar pelo desaparecimento de tão eminente personalidade. Com a palavra o orador oficial Duílio Crispim Farina saudou a presença do convidado especial dr. Benedictus Mário Mourão, ilustre médico e historiador, cujos títulos culturais e científicos declinou. Concedida a palavra ao dr. Mourão, autor do monumental volume "Medicina Hidrológica", publicado sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, explicou à minúcia o escopo da obra, que resume um grande tratado originariamente planejado para três volumes, o único tratado de termalismo na literatura médica internacional. Explicou que termalismo em medicina significa o estudo dos agentes naturais para a terapêutica da patologia humana, na pluralidade de suas manifestações. O orador discorreu sobre o tema de um modo verdadeiramente magistral, prendendo as atenções da assistência, convocando atenções sobre a importância da cura pela ação das águas minerais, de que o Brasil especialmente é tão pródigo. Aplaudido com entusiasmo, o sr. presidente agradeceu ao conferencista a verdadeira aula que acabava de ser prolatada, a seguir, encerrou-se a sessão, da qual José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO REALIZADA NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 1992, PARA A ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ENTIDADE PARA O TRIÊNIO 1993/1996.

Aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e dois, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, auditório do primeiro andar, o Presidente da Diretoria, Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, abriu os trabalhos, pedindo aos presentes a eleição de um dos confrades para presidir o evento, mais um secretário e dois escrutinadores. Foi eleito por aclamação para o primeiro cargo, o Dr. Celso Maria de Mello Pupo e para escrutinadores, os confrades Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho e Dr. Lauro Ribeiro Escobar. O Dr. Celso Maria de Mello Pupo agradeceu a honra da indicação do seu nome para presidir a sessão. Exatamente às quinze horas começou a votação que se prolongou até às dezoito horas. Encerrados os trabalhos, verificando-se que compareceram, segundo os registros 41 (quarenta e um) membros do Instituto. Contados os envelopes, também em número de 41 (quarenta e um) e abertos em seguida, verificou-se o seguinte resultado: Presidente, Hernâni Donato, 41 votos; 1º Vice-Presidente, Duílio Crispim Farina, 40 votos; 2º Vice-Presidente, José Pereira, 40 votos; 3º Vice-Presidente, Odilon Nogueira de Matos, 41 votos; 1º Secretário, Roberto Machado Carvalho, 41 votos; 2º Secretário, José da Veiga Oliveira, 40 votos; 3º Secretário, Henrique L. Alves, 41 votos; 4º Secretário, Ruy Rebello Pinho, 41 votos; 1º Tesoureiro, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, 41 votos; 2º Tesoureiro, Douglas Michalany, 40 votos; 1º Orador Oficial, Israel Dias Novaes, 41

votos; 2° Orador Oficial, José Benedicto Silveira Peixoto, 41 votos; 1° Bibliotecário, Célio S. Debes, 41 votos; 2° Bibliotecário, Adérito Augusto de Moraes Calado, 41 votos; Hemerotecário, Délio Freire dos Santos, 41 votos; Diretor do Museu, Arquivo e Documentação, Reginaldo Moreira de Miranda, 41 votos. Logo a seguir, pelo Presidente desta Assembléia foram proclamados eleitos os nomes acima citados. Receberam ainda votos, digo, não houve mais votos, porém, após a apuração compareceu o confrade Genésio Cândido Pereira Filho, que por sua razão deixou de votar. Ato contínuo, usou da palavra o presidente que acaba de ser eleito, que agradeceu, em nome próprio e da Diretoria, os sufrágios recebidos, pediu um voto de louvor ao Presidente cujo o mandato irá suceder e à mesa que dirigiu estes trabalhos, dando a sessão por encerrada, determinando a lavratura desta ata, que vai assinada pelo Presidente e por todos os confrades presentes. Celso Maria de Mello Pupo, Lauro Ribeiro Escobar, Lycurgo de Castro Santos Filho, Hernâni Donato, Genésio Cândido Pereira Filho, Manoel Rodrigues Ferreira, Célio S. Debes, Antônio Joaquim Alves Motta Sobrinho, J. Pereira, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Odilon Nogueira de Matos, Duílio Crispim Farina, Roberto Machado Carvalho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1992

As dezessete horas do dia vinte e um de outubro de mil novecentos e noventa e dois, no salão nobre de sua sede à rua Benjamin Constant, 158, 1° andar, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão especial de encerramento de suas atividades do ano de 1992, sob a presidência do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente da entidade, que abriu os trabalhos anunciando a presença das seguintes pessoas convidadas: Sra. Zina Gicovate, viúva do consócio Moisés Gicovate; sra. Silvia Bopp, viúva do consócio Itamar Bopp; sra. Origina Sant'Anna, viúva do consócio João Gabriel Sant'Anna; sra. Wanda Meirelles Castejón, viúva do consócio Wilson Dias Castejón; sra. Alexandra Chequer Galvão de Souza, viúva do consócio José Pedro Galvão de Souza; sra. Ana Lúcia do Amaral Gurgel Vianna, da família do consócio Waldemar do Amaral Gurgel Vianna; sr. Ednaldo Corrêa da Silva, representando a família do consócio Theodoro de Souza Campos Júnior; sr. Natan Chaves, representando a família do consócio deputado Ulysses Guimarães; sr. Clóvis Frederico da Silva Ramos, filho do consócio Péricles Eugênio da Silva Ramos; Cecy Ricci Azevedo e Maria Alice Penteado, representando do Club Piratininga na homenagem aos consócios José Leandro de Barros Pimentel e Waldemar do Amaral Gurgel Vianna. Por via telegráfica e telefônica, justificaram suas ausências as seguintes pessoas: sra. Emerentina Oliveira Ribeiro Tavares de Miranda, viúva do consócio José Tavares de Miranda e sra. Flora Maria Cesarino, viúva do consócio Antônio Ferreira Cesarino Júnior. Estiveram presentes os seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, José da Veiga Oliveira, Duílio Crispim Farina, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Sílvio Marone, Adérito Augusto de Moraes Calado, Hernâni Donato, J. Pereira, Pe. Hélio Abranches Viotti, Israel Dias Novaes,

Divaldo Gaspar de Freitas, José Gonçalves Salvador, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Luiz Wanderley Torres, Délio Freire dos Santos, Reginaldo Moreira de Miranda e Roberto Machado Carvalho. Foi lida pelo segundo secretário, José da Veiga Oliveira a ata da sessão anterior, devidamente aprovada. A seguir o sr. presidente, em comovidas palavras, homenageou a memória do deputado Ulysses Guimarães, tragicamente vitimado em desastre, ao mesmo tempo em que convidou o auditório a erguer-se solenemente, mantendo um minuto de silêncio. Foi concedida a palavra ao orador oficial, acadêmico Duílio Crispim Farina, a fim de que, em obediência à sistemática estatutária, traçar o perfil biográfico e humano dos consócios falecidos durante o ano de 1992. Por via de conseqüência foram relembrados o poeta, tradutor, escritor, acadêmico Péricles Eugênio da Silva Ramos, sócio emérito; Itamar Bopp, conceituado filatelista, historiador, genealogista; José Pedro Galvão de Souza, sócio honorário, filósofo de linha tomista, professor universitário, bacharel em Direito; Teodoro de Souza Campos Júnior, sócio correspondente nacional, colecionador da arte da ourivesaria, da louça brazonada, da medalhística, cultor de heráldica, da genealogia, autor da clássica e rara "História da Fundação de Campinas", além de monografias históricas outras; José Leandro de Barros Pimentel, sócio emérito, cronista de vasta coleção literária, filatelista, responsável pela mantença das coleções arquivadas no sodalício; Waldemar do Amaral Gurgel Vianna, sócio honorário, magistrado, assíduo freqüentador do sodalício; Nelson Marcondes do Amaral, sócio benfeitor, Secretário de Negócios Internos e Jurídicos da Municipalidade de São Paulo, membro do Tribunal de Contas do Estado, jornalista nas horas vagas; José Tavares de Miranda, sócio titular, bacharel em Direito, jornalista, poeta, acadêmico, cronista social da "Folha de São Paulo" por dilatados anos; Antônio Ferreira Cesarino Júnior, sócio emérito, catedrático por concurso da cadeira de Legislação Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, autor da obra "Direito Social Brasileiro; João Gabriel Sant'Anna, sócio titular, genealogista, paleólogo, historiador, co-fundador do Instituto Genealógico Brasileiro, autor de valiosos trabalhos na respectiva especialidade; Wilson Dias Castejón, sócio honorário, Professor de Direito, magistrado, historiador, numismata, jornalista; Oldemar Adriano do Couto, sócio honorário, economista, jornalista, poeta, biógrafo de importantes personalidades históricas; Benjamin Salles Arcuri, sócio honorário, educador, fundador de vários estabelecimentos de ensino; Moisés Gicovate, sócio titular, professor, advogado militante, geógrafo, autor de obras básicas da especialidade, espírito e cultura de singular abrangência; Ulysses Guimarães, sócio emérito, jurista, parlamentar, orador eminente, tragicamente vitimado por lamentável acidente aéreo, em recente data, juntamente com o ex-ministro Severo Gomes, cuja memória foi também celebrada. A seguir, o sr. presidente deu por conclusos os trabalhos. José da Veiga Oliveira, segundo secretário, lavrou a presente ata, a qual, após lida na íntegra, discutida e aprovada, vai assinada nos termos regimentais. Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado Carvalho, José da Veiga Oliveira.

DIRETORIA - 1993/1996

Presidente	Hernâni Donato
1º Vice-presidente	Duílio Crispim Farina
2º Vice-presidente	José Pereira
3º Vice-presidente	Odilon Nogueira de Matos
1º Secretário	Roberto Machado Carvalho
2º Secretário	José da Veiga Oliveira
3º Secretário	Henrique L. Alves
4º Secretário	Ruy Rebello Pinho
1º Tesoureiro	Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
2º Tesoureiro	Douglas Michalany
1º Orador	Israel Dias Novaes
2º Orador	José Benedito Silveira Peixoto
1º Bibliotecário	Célio S. Debes
2º Bibliotecário	Adérito Augusto de Moraes Calado
Hemerotecário	Délio Freire dos Santos
Museu, Arquivo e Documentação	Reginaldo Moreira de Miranda

Comissão de Redação da Revista

Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J.

José Benedito Silveira Peixoto

Célio Salomão Debes

Nilva Rogick de Mello